

ANAIS



Simpósio Nacional em Socioeducação

Responsabilização e emancipação de adolescentes

23 a 26 de novembro de 2021

Informações



<https://socioeducacao.unb.br/index.php/simposio-2021>



@simposionacionalsocioeducacao



@simposiosocioeducacao



simposionacional@socioeducacao.com



Secretaria de
Justiça e Cidadania



Cynthia Bisinoto
Larissa Mazzotti Santamaria
Marta Carvalho de Almeida
(Organizadoras)

ANAIS

III SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO:
responsabilização e emancipação de adolescentes

23, 24, 25 e 26 de novembro de 2021

Brasília, maio de 2022.
Faculdade UnB Planaltina - Universidade de Brasília.

FICHA TÉCNICA

Título

Anais do III Simpósio Nacional em Socioeducação: responsabilização e emancipação de adolescentes

Organizadoras

Cynthia Bisinoto

Larissa Mazzotti Santamaria

Marta Carvalho de Almeida

Edição

Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília

Realização

Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS/UnB)
Universidade de Brasília (UnB)

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS/DF)

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da
Universidade de São Paulo

Informações

<https://socioeducacao.unb.br/index.php/inicial/simposio-2021/>

simposionacional@socioeducacao.com

[@simposionacionalsocioeducacao](https://www.instagram.com/simposionacionalsocioeducacao)

https://www.youtube.com/channel/UCgyNtx6w5B1j_aUg8Ggm9Lw/videos

ISBN

978-65-86503-77-7



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Camila Moreira Mendes Barcelos - CRB 1/2193

S612 Simpósio Nacional em Socioeducação (3. : 2021 : Brasília).
III Simpósio Nacional em Socioeducação [recurso eletrônico] :
responsabilização e emancipação de adolescentes : 23 a 26 de
novembro de 2021 : anais / Cynthia Bisinoto, Larissa Mazzotti
Santamaria, Marta Carvalho de Almeida (organizadoras). – Brasília
: Universidade de Brasília, 2022.
118 p.

Modo de acesso: World Wide Web:
<<https://socioeducacao.unb.br/index.php/inicial/simposio-2021/>>.
ISBN 978-65-86503-77-7.

1. Socioeducação – Simpósios. I. Bisinoto, Cynthia (org.). II. Santamaria, Larissa Mazzotti (org.). III. Almeida, Marta Carvalho de (org.). IV. Título.

CDU 37:316

EQUIPE ORGANIZADORA DO III SIMPÓSIO NACIONAL EM SOCIOEDUCAÇÃO

Coordenação Geral

Cynthia Bisinoto - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília (FUP-UnB)

Dayane Silva Rodrigues - Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Comissão Organizadora

Aedra Sarah de Andrade – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Ana Carolina de Moura Pereira – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF) e Universidade de Brasília (UnB)

Andréia dos Reis Elias – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Elessandra da Silva Cruz - Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (coordenadora)

Gustavo Galli de Amorim – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Idelvani da Conceição Bezerra Thiago – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Juliana Duarte Arraes – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Karen Evelyn Soares da Silva – Universidade de Brasília (UnB)

Larissa Mazzotti Santamaria – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Leonel Castro Cabral – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Leticia Priscila de Almeida Borel – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Luana Alves de Souza – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Lucilene Ribeiro Reis Barros – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Márcia Maria Pereira Santos – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Monica Daniele Maciel Ferreira – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Pedro Afonso de Oliveira – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Quezia de Sousa Sabino – Universidade de Brasília (UnB)

Rosana de Cássia Alves da Silva – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Silvia Ferreira dos Reis – Universidade de Brasília (UnB)

Suhelem Brasil Santos – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Thaywane do Nascimento Gomes – Secretaria de Estado de Educação do DF (SEJUS/DF)

Comissão Técnico-Científica

Ana Paula Serrata Malfitano – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Carla Regina Silva Soares – Universidade de São Paulo (USP)

Darlaine Silva do Amaral – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Dayane Silva Rodrigues – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Gleicimar Gonçalves Cunha – Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)

Gloria Christina de Souza Cardozo – Departamento de Atendimento Socioeducativo do Paraná (DEASE)

Ilana Lemos de Paiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Irandi Pereira – Associação dos Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA)

Judith Zuquim – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)

Larissa Mazzotti Santamaria – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC)

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegall – Universidade de Brasília (UnB)

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira – Universidade de Brasília (UnB)

Maria Nilvane Fernandes – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Marta Carvalho de Almeida – Universidade de São Paulo (USP)

Natália Pereira Gonçalves Vilarins – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS/DF)

Paulo Cesar Duarte Paes – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Patrícia Leme de Oliveira Borba – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP Baixada Santista)

Rafael Garcia Barreiro – Universidade de Brasília (UnB)

Ricardo Peres da Costa – Pesquisador em Socioeducação

Sandra Maria Galheigo – Universidade de São Paulo (USP)

Tatiana Yokoy de Souza – Universidade de Brasília (UnB)

APRESENTAÇÃO

É com grata satisfação e entusiasmo que apresentamos os Anais que reúnem os resumos dos trabalhos que foram apresentados e debatidos por ocasião do III Simpósio Nacional em Socioeducação realizado virtualmente em novembro de 2021.

A terceira edição nacional do Simpósio elegeu a *responsabilização e emancipação de adolescentes* como eixos centrais dos debates e deu destaque às realidades vividas no período da pandemia de Covid-19 no campo da socioeducação. As conferências, palestras, manifestações culturais e reflexões compartilhadas no evento foram marcadas pela vivência de um período no qual se intensificaram os desafios.

Seja porque se tornaram mais agudas ou porque ganharam maior visibilidade, as iniquidades sociais impactaram nossa forma de interpretar a vida contemporânea e foram evidenciadas em suas diferentes expressões. No evento, pudemos conhecer e debater as várias iniciativas que se desenvolveram em diferentes regiões do Brasil para melhor compreender esse momento e suas repercussões na socioeducação, bem como no sentido de produzir ações inovadoras ou perseverantes, sempre implicadas no avanço da qualidade das práticas socioeducativas.

Uma vez mais o Simpósio Nacional em Socioeducação se constituiu como espaço de interações, trocas, encontros e construções de redes e de uma comunidade de aprendizagem que partilha o compromisso com os direitos das e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. E a participação criativa, crítica e potente de diferentes coletivos juvenis foi essencial para nos colocar em conexão com a sensibilidade que, pela linguagem das artes, revigora nossa humanidade.

Enfim, o III Simpósio Nacional em Socioeducação, mesmo realizado em modalidade remota, renovou nossas esperanças de que seguimos juntos e que, assim, somos capazes de inventar e reinventar os caminhos que buscam garantir uma vida mais justa e digna para todos os adolescentes e jovens do nosso país.

Boa leitura!

As Organizadoras.
Brasília, maio de 2022.

SUMÁRIO

CONFERÊNCIA DE ABERTURA.....	- 8 -
RESPONSABILIDADES COLETIVAS E PRÁTICAS DE LIBERDADE NO AGIR EDUCATIVO.....	- 9 -
CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO.....	- 10 -
NENHUM A MENOS!!.....	- 11 -
MESAS REDONDAS	- 12 -
QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO RACIAL, VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: implicações para a socioeducação	- 13 -
O TRABALHO EM REDE NO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO: dos desafios às possibilidades	- 14 -
COMO PENSAR E TRABALHAR A RESPONSABILIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO	- 15 -
AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DO SINASE - A INTEGRAÇÃO ENTRE MEIO ABERTO E FECHADO: fragilidades e possibilidades	- 16 -
AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DO SINASE - A INTEGRAÇÃO ENTRE MEIO ABERTO E FECHADO: fragilidades e possibilidades	- 17 -
O PROTAGONISMO DA ARTE E DA CULTURA NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO EMANCIPADOR	- 18 -
TELAS EM DIÁLOGO 1 - 19-Sentidos e práticas durante a pandemia - contribuições de diferentes campos de conhecimentos.....	- 19 -
PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE NA SOCIOEDUCAÇÃO - DO BEM-ESTAR PSÍQUICO À SUJEITIFICAÇÃO: um relato de experiência.....	- 20 -
ESTUDO SOBRE O PARECER TÉCNICO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL COMO EXECUTOR DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	- 21 -
CENSEONAL – A EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO.....	- 22 -
ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM GRUPOS DE ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	- 23 -
SOCIOEDUCAÇÃO: experiência de formação de licenciatura em psicologia	- 24 -
PEDAGOGIA E SOCIOEDUCAÇÃO - contribuições da articulação entre o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Brasília e a Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) Paranoá e Itapoã.....	- 25 -
CADEADOS E PANDEMIA: uma experiência vivida por uma agente de segurança socioeducativo em unidade do sistema com adolescentes privados da liberdade durante a Covid-19.....	- 26 -
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19.....	- 27 -
TELAS EM DIÁLOGO 2 - Leitura, música, arte e cultura como caminhos potentes de intervenção socioeducativa.....	- 28 -
A ARTE COMO UMA PRÁTICA LIBERTADORA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	- 29 -
OFICINA DE ARTES CÊNICAS NA SOCIOEDUCAÇÃO: uma metodologia para aulas de teatro em restrição de liberdade	- 30 -
VESTE A VISÃO.....	- 31 -
ENTRE FIOS E NÓS, A POESIA NA QUARENTENA.....	- 32 -
PROPOSTA DE MUSICALIZAÇÃO NA ATUAÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ALTERNATIVA PARA AULAS DE MÚSICA NO CONTEXTO PANDÊMICO.....	- 33 -
TELAS EM DIÁLOGO 3 - Direito à educação e escolarização em tempos de pandemia da Covid-19	- 34 -

PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICO-CULTURAL: garantia de representatividade e visibilidade na socioeducação	- 35 -
PROJETOS PEDAGÓGICOS ENTRE UNIDADES DE SEMILIBERDADE DURANTE A PANDEMIA	- 36 -
A ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, EM TEMPOS DE PANDEMIA, NO DISTRITO FEDERAL: ações da Secretaria de Estado de Educação	- 37 -
DIREITO À EDUCAÇÃO NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	- 38 -
O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19	- 39 -
DISTANCIAMENTO DA ESCOLA NA PANDEMIA: estratégias para garantia do direito à educação nos centros de socioeducação.....	- 40 -
TELAS EM DIÁLOGO 4 - Problematizando e revisitando o fazer socioeducativo em tempos de pandemia	- 41 -
A EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 - relatos de experiência	- 42 -
PROPOSTA INSTITUCIONAL DE APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE - projeto piloto considerando os impactos pandêmicos.....	- 43 -
SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - entre possibilidades e desafios.....	- 44 -
DESAFIOS E PRÁTICAS DE RESSIGNIFICAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM TEMPOS DE PANDEMIA	- 45 -
SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: medidas de contingência ao novo coronavírus nas unidades socioeducativas no estado do Paraná.....	- 46 -
CONTEXTO PANDÊMICO E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: um processo catalisador de violações? ..	- 47 -
TELAS EM DIÁLOGO 5 - Modos alternativos de fazer socioeducação em tempos de pandemia.....	- 48 -
ARTE E INTERVENÇÃO URBANA.....	- 49 -
DIÁRIO DE APRENDIZAGEM - Meu projeto de vida após os 45 dias	- 50 -
PSC VIRTUAL - Protagonismo Juvenil e Inclusão Social por meio das TICs	- 51 -
PSC CONEXÃO - Desenvolvimento de Habilidades Sociais Online como alternativa ao cumprimento presencial-	52 -
RELATO DE BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA PANDEMIA - Principais estratégias considerando o contexto pandêmico e social.....	- 53 -
ARTE NA TELA: uma experiência pedagógica em tempos pandêmicos	- 54 -
PIA: discutido através de conceitos culinários	- 55 -
PROCESSOS EDUCATIVOS EM TEMPOS PANDÊMICOS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO FEMININA DE MANAUS-AM.....	- 56 -
TELAS EM DIÁLOGO 6 - A potência da comunicação, da interação e dos grupos na intervenção socioeducativa	- 57 -
ATENDIMENTOS COLETIVOS: experiência de grupos com meninas em internação	- 58 -
PAPO DAS MINAS – a importância dos grupos com recorte de gênero para a experiência coletiva em medidas socioeducativas em meio aberto	- 59 -
A SOCIOEDUCAÇÃO NAS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, REFLEXÃO E DEBATE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19.....	- 60 -
TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA - Dialogando com os Severinos da GEAMA do Recanto das Emas/DF..	- 61 -
GRUPO DE ESTUDOS SOBRE ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE, TERAPIA OCUPACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	- 62 -

CÍRCULOS DE PAPO RETO NO CASE CAXIAS DO SUL.....	- 63 -
COMUNICAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS COM SEUS FAMILIARES EM TEMPOS DE PANDEMIA: o que revelam as educadoras	- 64 -
DINÂMICA GRUPAL DESTINADA A JOVENS EM LIBERDADE ASSISTIDA NO CONTEXTO PANDÊMICO - O uso do hip-hop como instrumento de identificação ao adolescente em regime socioeducativo-.....	65 -
TELAS EM DIÁLOGO 7 - Articulações intersetoriais e práticas de atenção à saúde em tempos pandêmicos.....	- 66 -
CUIDADOS EM SAÚDE COM EQUIPE SOCIOEDUCATIVA.....	- 67 -
SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA: A QUALIDADE DE VIDA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DA GESTÃO SOCIOEDUCATIVA DO DISTRITO FEDERAL - Dados Estatísticos em Saúde Mental	- 68 -
A EXPERIÊNCIA DA INTERSETORIALIDADE PARA COMPOSIÇÃO COLETIVA DE ARTIGO: Difundindo práticas em tempos de pandemia	- 69 -
A INTERSETORIALIDADE NA APLICAÇÃO DO SINASE: há um diálogo em rede em tempos de pandemia?....	70 -
LIBERDADE EM SAÚDE - parceria entre o Sistema Socioeducativo do DF e a FIOCRUZ Brasília.....	- 71 -
OFICINAS INTERSETORIAIS EM SAÚDE E SOCIOEDUCAÇÃO	- 72 -
“OFICINAS DO MEDO E DOS SONHOS”: um dispositivo terapêutico de atenção à saúde para profissionais de medidas socioeducativas em meio aberto	- 73 -
SUPERVISÃO PARA A EQUIPE DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	- 74 -
TELAS EM DIÁLOGO 8 - Impactos da pandemia e garantia de direitos.....	- 75 -
A EFETIVIDADE DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO: do contexto de rua ao acolhimento familiar.....	- 76 -
APREENSÃO DE ADOLESCENTES POR POSSE DE DROGA NO DISTRITO FEDERAL - A desigualdade em números	- 77 -
IMPACTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SOCIOEDUCANDOS PRIVADOS DE LIBERDADE COM A RESTRIÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR INTERNA EM TEMPO DE PANDEMIA	- 78 -
CIRCULANDO SABERES: estratégia de enfrentamento ao coronavírus no sistema socioeducativo paulista.....	- 79 -
CONTROLE DEMOCRÁTICO PARA GARANTIA DE DIREITOS DE ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DURANTE A PANDEMIA: Diferentes atores em cena	- 80 -
A JUSTIÇA JUVENIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 - Novos dispositivos de garantia de direitos	- 81 -
OS DESAFIOS DA PANDEMIA NA SOCIOEDUCAÇÃO DO DEGASE-RJ E O PROTAGONISMO DAS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES EM REDE POR POLÍTICAS PÚBLICAS.....	- 82 -
A GARANTIA DO DIREITO AO CONVÍVIO FAMILIAR A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA	- 83 -
PÔSTERES DIGITAIS	- 84 -
A URGÊNCIA DO TRABALHO DIGNO ÀS FAMÍLIAS VINCULADAS AO PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA.....	- 85 -
A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO FERRAMENTA DE AUTORREFLEXÃO ENTRE ADOLESCENTES DE UMA UNIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL-.....	86 -
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA EM CONTEXTO PANDÊMICO: a experiência da culinária como estratégia de intervenção grupal remota	- 87 -
CUIDE-SE: uma proposta de intervenção junto às famílias em contexto de pandemia	- 88 -

ENFRENTANDO A PANDEMIA EM SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: aprendizagem para estudantes de terapia ocupacional.....	- 89 -
IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NA MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS	- 90 -
QuarenCENAS: retratos do isolamento social.....	- 91 -
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EVENTO - SOCIOEDUCAÇÃO: política, gestão e prática profissional .	- 92 -
A CENTRALIDADE DO TRABALHO EM REDE EM TEMPOS PANDÊMICOS - A prática da equipe socioeducativa na GEAMA Planaltina	- 93 -
DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLO PRODUTIVO NA SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS	- 94 -
O IMPACTO DA PANDEMIA NO AMBIENTE ESCOLAR E O TRABALHO EM REDE.....	- 95 -
ENTRAVES PARA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INÍCIO DA PANDEMIA	- 96 -
PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL EM SAÚDE - uma proposta para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal	- 97 -
SETEMBRO AMARELO NO CENSE SÃO FRANCISCO - A prevenção ao suicídio em tempos de Covid-19.....	- 98 -
PROJETO DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE INTERNAÇÃO SANÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM TEMPOS DE PANDEMIA	- 99 -
SINTONIZANDO NA TRANSFORMAÇÃO – projeto de comunicação como estratégia socioeducativa no contexto da pandemia	- 100 -
A EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA NA CIDADE DE TIMON/MA.....	- 101 -
ESTREITANDO LAÇOS: Relações interinstitucionais e a proposta de executar a medida de semiliberdade em tempos pandêmicos.....	- 102 -
SEMILIBERDADE E O ACOMPANHAMENTO REMOTO: Garantindo direitos em meio a pandemia do Covid- 19.....	- 103 -
ENTRE O DITO E O NÃO DITO - Relatos sobre uma experiência teatral em um sistema socioeducativo	- 104 -
SUPERAÇÃO DURANTE A COVID-19 - Um projeto de intervenção por agentes socioeducativos.....	- 105 -
OFICINAS E MINICURSOS	- 106 -
Oficina - Práticas restaurativas e atendimento socioeducativo: conexões possíveis.....	- 107 -
Oficina - Emancipação e integração social de adolescentes em privação de liberdade.....	- 107 -
Oficina <i>para adolescentes e jovens</i> - Oficina de escrita criativa/poética: ressocialização por meio da leitura e da construção poética.....	- 107 -
Oficina - Que tal um CERCO de estratégias profissionais ao trabalho infantil no tráfico de drogas?.....	- 107 -
Oficina - Projeto de Intervenção - como faz?.....	- 107 -
Oficina - Compreendendo e refletindo papéis: Audiência em Psicodrama	- 108 -
Oficina - Desafios de uma educação emancipatória na socioeducação	- 108 -
Oficina - Socioeducação e orgulho LGBTQIA+: existências plurais são possíveis	- 108 -
Minicurso - Socioeducação baseada em evidências.....	- 108 -
Minicurso - Autonomia e interdependência nas práticas socioeducativas	- 108 -
Minicurso - Escrita socioeducativa: onde está o perigo?.....	- 109 -
Minicurso - Enfoque Restaurativo na Execução das Medidas Socioeducativas	- 109 -

Minicurso - O projeto político-pedagógico como orientador da medida socioeducativa: do conteúdo pedagógico ao Plano Individual de Atendimento.....	- 109 -
Minicurso - Arte e socioeducação: elevação estética e emancipação humana	- 109 -
Minicurso - A avaliação de adolescentes na execução de medidas socioeducativas	- 110 -
Minicurso - Grupaldades e Metodologias Coletivas no Trabalho com Adolescentes na Socioeducação	- 110 -
Minicurso - Desenvolvimento da adolescência.....	- 110 -
Minicurso - Práxis socioeducativa emancipadora: primeiras horas de voo	- 110 -
Minicurso - Violências e gênero: responsabilidade(s), agenciamento de cuidado e experimentações de resistências nas relações com as meninas em privação de liberdade.....	- 110 -

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

RESPONSABILIDADES COLETIVAS E PRÁTICAS DE LIBERDADE NO AGIR EDUCATIVO

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mvicentin@pucsp.br

A noção de responsabilidade integra hoje a legislação brasileira tanto como resposta social ao ato infracional na adolescência, quanto como uma via para as propostas de atendimento socioeducativo, indicando um deslocamento do lugar dos adolescentes que, antes vistos como objetos de tutela do Estado e dos adultos, passam a ter direitos como liberdade, participação e expressão. Se a noção ganha fama de boa nova na socioeducação, parece não ter ganhado ainda consistência conceitual ou mostrado sua potência de ruptura nas práticas dirigidas aos adolescentes autores de ato infracional. Neste trabalho apresentamos duas formas hegemônicas de pensar e agir em relação à responsabilidade. A primeira pensa a responsabilidade como uma técnica de sanção das infrações, centrada na inspeção da conduta e na expectativa de uma obediência individual frente à norma. Neste caso, a responsabilidade é apreendida como uma “qualidade” intrínseca ao sujeito, que ele pode ou não possuir, operando com base na falta/desvio relativa à norma, sinalizando uma disfunção a ser corrigida. A segunda pensa a responsabilidade no modelo da regulação social da adolescência como categoria em si mesma, portadora de riscos e perigos para os bons cidadãos. Como categoria de risco, devem ser geridas por políticas de prevenção e segurança que visam minimizar tais riscos. Com a cristalização da insegurança em torno dos adolescentes, vistos como inimigos ou perturbadores da ordem, na forma preferencial do jovem preto, periférico, serão privilegiadas estratégias de distanciamento social, de exílio e de aniquilamento dos adolescentes, de forma a manter os riscos dentro de limites aceitáveis, em defesa da sociedade. Essas formas de compreender a responsabilidade favorecem a culpabilização do adolescente por suas condutas e descompromete outros atores na formulação de projetos consistentes que possam ampliar o acesso do jovem a políticas públicas e a novos projetos existenciais. Nos dois casos acima, a atribuição de responsabilidade ao autor de ato infracional tem sistematicamente prescindido de uma discussão sobre a responsabilidade por parte das instituições. Propomos, ao contrário, que a responsabilidade/responsabilização é: resultante de um processo interativo e não uma qualidade individual que existe ou não existe, o que sugere a necessária gestão coletiva de conflitos e a posição do sujeito adolescente no espaço público; um processo que diz respeito principalmente à possibilidade de engajamento na existência em comum. Assim, responsabilizar-se não é algo da ordem da obrigação a cumprir, que caberia a todos, mas do processo pelo qual alguns, vários ou muitos adquirem compromissos crescentes com a existência dos outros e a existência de um coletivo. Nesta prática de reciprocidade, colaboração e construção de uma existência comum, é necessário ampliar a disponibilidade e a abertura do sistema socioeducativo e de outras políticas sociais de aumentarem sua margem de engajamento. Deste modo, o trabalho socioeducativo não pode ficar reduzido a um trabalho tecnicista, mas tem sua dimensão política, uma vez que exige uma apropriação das relações sociais desiguais que as normas sociais e morais sustentam, bem como dos conflitos e das relações de poder que embasam sua produção.

Palavras-chave: responsabilidade; adolescente; socioeducação.

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO

NENHUM A MENOS!!

Maria de Lourdes Trassi Teixeira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mlteixeira@puccsp.org; lurdinhatrassi@uol.com.br

As práticas relativas à execução das medidas socioeducativas que consideram a produção social e histórica da violência e privilegiam aspectos da cultura, do protagonismo da arte, da educação emancipatória, em uma abordagem crítica, se mostram potentes para o adolescente autor de ato infracional imaginar e realizar outras rotas de futuro. O III Simpósio Nacional de Socioeducação reuniu profissionais de diversos cantos do país que executam o serviço de medida socioeducativa a partir de um compromisso ético que orienta o enfrentamento das forças repressivas, tanáticas que circulam, aprisionam e matam os nossos adolescentes. O monopólio da violência pelo Estado se revela nos assassinatos justificados como *autos de resistência*, nas chacinas, na liberação das armas de fogo, principal motivo de morte por causa externa dos nossos adolescentes. As práticas reguladas pela ética do cuidado exigem, também, “articular práticas com políticas, estudo e pesquisa”. Para isto precisamos de mais engajamento das universidades e dos pesquisadores para, por exemplo, saber onde estão – na cidade de São Paulo – os nossos adolescentes considerando que está diminuindo consideravelmente o número deles nos serviços de medida socioeducativa de meio aberto e, também, na internação onde o número de adolescentes em privação de liberdade é, significativamente, menor em relação a anos anteriores. O site da Fundação Casa, em 19.11.2021, revela que em 2018 houve 7.603 internações e em 2021, 5.006, até esta data. Onde estão os adolescentes? Precisamos de estudos e pesquisa rigorosa, com dados confiáveis para termos a dimensão correta do que acontece e estabelecermos as estratégias de enfrentamento que só irá se fortalecer no trabalho em rede que implica a interlocução de profissionais de diferentes especialidades dos diferentes sistemas – educação, saúde, assistência, justiça e segurança pública – que compõem o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes. Nesta perspectiva, é importante destacar, também, a situação de extrema gravidade que é o genocídio de nossos adolescentes e jovens. Isso está documentado no *Atlas de Violência 2021* elaborado pelo IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); assim como no estudo publicado, em 22.10.2021, pela Unicef em parceria com o FBSP onde se destaca que 80% dos adolescentes assassinados são negros. Nestes tempos, em que a necropolítica prevalece e compromete o presente e o futuro de nossos adolescentes – e nosso também – precisamos nos comprometer a continuar a identificar, mapear, caracterizar em diferentes cantos de nossas cidades, estados, país a existência de trabalhos potentes até formarmos uma grande rede de resistência orientada pela ética da responsabilidade junto às novas gerações.

Palavras-chave: adolescente; violência; ética; práticas inovadoras.

MESAS REDONDAS

QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO RACIAL, VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE: implicações para a socioeducação

Mayara Souza e Silva

Membro da Coalizão pela Socioeducação, silvamay.souza@gmail.com

Primeiramente buscou-se apontar de maneira detalhada como a discussão sobre adolescentes e jovens no sistema socioeducativo é atravessada pela história do racismo, da desigualdade e da violência contra crianças, adolescentes e jovens, sobretudo daqueles pertencentes às comunidades negras, quilombolas e indígenas. Assim, foi possível afirmar que a base histórica dos direitos de crianças e adolescentes negros, indígenas e quilombolas tem início com o tráfico dos navios negreiros. Desta forma, para falar de maneira responsável e comprometida sobre as temáticas que envolvem crianças e adolescentes é necessário racializar as discussões e debates, sobretudo no sistema socioeducativo onde majoritariamente os atendimentos são realizados para adolescentes, e conseqüentemente famílias, das comunidades negras. Este processo de racialização é aprofundado com a invisibilização do sistema socioeducativo, e sua estigmatização, ou seja, são corpos invisibilizados, em um sistema invisibilizado fundamentado por uma pauta invisibilizada. Superar esses dilemas dando luz, cor, voz e nome para as pessoas atendidas pelo sistema socioeducativo é uma forma de criar novas rotas de existência onde a morte e a privação de liberdade não sejam as principais opções para adolescentes e jovens negros. É necessário trazer o público-alvo para a centralidade da discussão para romper o olhar marginalizante que aprofunda as desigualdades e distancia a legislação da prática. Outra ferramenta de invisibilização é a linguagem estigmatizante que determina quem é o menor e quem é adolescente, presente fortemente no âmbito da justiça juvenil. Reconhecer a potencialidade de adolescentes negros como adolescentes que são é urgente para assegurar sua existência com dignidade, sobretudo garantir direitos previstos nas legislações brasileiras e normas internacionais. Este é um movimento que precisa estar impresso na construção de todo o sistema socioeducativo, portanto, todas as instituições que operam o sistema socioeducativo devem refletir sobre como as questões raciais atravessam estas vidas desde a infância, para garantir um atendimento verdadeiramente socioeducativo. Neste mesmo sentido, é possível relacionar as opressões e violências institucionais pela ausência de consciência, letramento e racial com o fenômeno do genocídio da população negra, uma vez que o Levantamento do SINASE 2017 apontou que todos adolescentes que morreram durante a execução das medidas socioeducativas, foram adolescentes negros, cenário este que não pode ser ignorado ou relativizado, pois resta evidente que as opressões em relação aos jovens negros têm custado suas vidas, sem esquecer que ainda o dado que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Desta forma, a preocupação com a justiça juvenil a partir do viés racial demonstra que não é possível uma socioeducação que não reconheça as especificidades de classe, raça e gênero. Por fim, entre as estratégias que podem romper as rotas dos navios negreiros que ainda insistem em levar adolescentes ao sistema socioeducativo indica-se a transparência e atualização dos dados, como Levantamento do SINASE e Avaliação do SINASE; a quebra do silenciamento de denúncias e do racismo; o acolhimento das famílias, que são em sua maioria formada por mulheres negras que exercem a maternidade sozinha. Neste sentido, importa perguntar: quem quer acolher uma mulher negra e sua/seu filha/o? A quem interessa acolher crianças, adolescentes e jovens negras e negros de maneira plena, integral e absoluta? Quais estratégias para assegurar que os corpos negros de crianças e adolescentes não sejam matáveis? Por fim, importa apontar que para além das discussões e debates, é fundamental que o campo acadêmico também esteja comprometido com a racialização do sistema socioeducativo, por meio de trabalhos e produções acadêmicas, valorizando a produção de intelectuais negras e negros que pensam socioeducação com as perspectivas raciais.

Palavras-chaves: gênero; raça; classe; sistema socioeducativo; genocídio da juventude negra.

O TRABALHO EM REDE NO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO: dos desafios às possibilidades

Francisco Coullanges Xavier

Ministério da Cidadania, francisco.xavier@cidadania.gov.br

A apresentação mostrou dados e o perfil das medidas socioeducativas em meio aberto e discussão sobre o (não) lugar do SUAS na lei 12.592/2012 (lei do SINASE) para o entendimento sobre a discussão do trabalho em rede no meio aberto, ou seja, as complicações que essa invisibilidade traz. Foram discutidas as dificuldades vivenciadas pela Política de Assistência Social na relação com as demais políticas, especialmente a Educação e a Saúde, como a resistência no recebimento de adolescentes para PSC e na baixa participação no PIA. Mesmo diante das limitações, foram apresentadas as possibilidades de trabalho intersetorial e as normativas conjuntas, com destaque para a Nota Técnica 42 de 2021 entre Ministério da Saúde e da Cidadania, que regula a oferta de cuidados em saúde para o meio aberto. Ao final, as discussões centraram-se na construção e elaboração do PIA a partir de uma perspectiva intersetorial, que atravessa os 04 “passos” do instrumental: acolhida; análise situacional; planejamento; monitoramento e avaliação.

Palavras-chave: intersetorialidade; meio aberto; SUAS; rede.

COMO PENSAR E TRABALHAR A RESPONSABILIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Giuliano D'Andrea

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, giulianodandrea@gmail.com

Enxergar o adolescente como pessoa pertencente à comunidade e detentora de direito ao pleno exercício da cidadania. Partindo desse pretexto, pensar e trabalhar a responsabilização na socioeducação pressupõe um olhar crítico sobre a efetividade das políticas públicas e o funcionamento do Sistema de Justiça atual. Apontou-se, no debate sobre o tema, a criminalização da pobreza, o tratamento desigual que se dá ao adolescente periférico frente aos demais, a judicialização das questões protetivas e o olhar punitivista, que tem preponderado nas decisões judiciais. Nesse sentido, no mais das vezes, quando da aplicação das medidas socioeducativas, tem-se ignorado questões primordiais, como a própria normativa sobre a criança e o adolescente (sobretudo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 12.594/12) que dispõem sobre a estrita legalidade, a intervenção mínima, a excepcionalidade da intervenção judicial, a brevidade da medida, a proporcionalidade, a presunção da inocência, a prevalência das medidas socioeducativas em liberdade, o direito de o adolescente não receber tratamento mais gravoso que o de um adulto, dentre outras. A criminalização da questão protetiva é um tema especial a ser abordado, como vem sem notando, por exemplo, nos infundáveis processos de apuração de ato infracional equivalente ao tráfico de drogas, nos quais adolescentes são identificados em um claro contexto de exploração de trabalho infantil e de escravidão, mas são reiteradamente processados como autores de ato infracional e, não raro, por associação ao tráfico. Ignora-se, nesse sentido, convenções de direitos humanos às quais o Brasil aderiu, como é o caso da Convenção nº. 182 da Organização Internacional do Trabalho que dispõe ser a utilização, recrutamento e oferta de criança (entendida internacionalmente para aqueles até 18 anos) para atividades ilícitas, particularmente para o tráfico de entorpecentes, dentre as piores formas de exploração do trabalho infantil. A convenção vigora desde 2 de fevereiro de 2001 no Brasil, está regulamentada no Decreto 10.088/2019 e, pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal (RExt 349.703-1) tem caráter supralegal. Torna-se primordial, então, debater a legislação relacionada ao Direito da Criança e do Adolescente como normas limitadoras ao poder estatal. E, quanto ao Poder Judiciário, é essencial refletir sobre a importância de seu papel, que não é o de executor de políticas, sobretudo às relacionadas à segurança pública e combate à criminalidade. Sua função é de julgador e como tal deve observar as garantias constitucionais e legais que contém princípios que impõem a proteção do adolescente. Refletir esses pontos de forma crítica permite trabalhar a responsabilização na socioeducação como um processo de emancipação do adolescente, garantindo-lhe, como sujeito de direitos, efetiva participação na comunidade e permitindo-lhe o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: adolescente; ato infracional; responsabilização; socioeducação.

AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DO SINASE A INTEGRAÇÃO ENTRE MEIO ABERTO E FECHADO: fragilidades e possibilidades

Adriana Peres Marques dos Santos

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Integrante da Coalizão pela Socioeducação,
adrianapmsantos@gmail.com

O SINASE trouxe significativos avanços ao sistema socioeducativo brasileiro, reafirmando direitos fundamentais de meninos e meninas em cumprimento de medidas socioeducativas e reiterando o caráter sociopedagógico das medidas. Em que pese o vanguardismo da referida legislação e os avanços por ela trazidos, percebe-se que após 10 (dez) anos da sua promulgação, ainda existem desafios e fragilidades a serem superados. O sistema socioeducativo em meio fechado no Brasil sempre foi marcado por graves violações a direitos fundamentais e humanos. Superlotação, ausência de acesso à saúde e à escolarização, péssima estrutura arquitetônica das Unidades, relatos de violações a direitos decorrentes de práticas de tortura e maus tratos, pouca preocupação na formação inicial e continuada das equipes técnicas e a inexistência de programas para egressos e de integração com as equipes técnicas dos Programas em meio aberto, eram alguns dos muitos problemas vivenciados. Essa realidade sofreu forte mudança em agosto de 2020, com a decisão final do *Habeas Corpus* Coletivo n.º 143.988, impetrado inicialmente pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo no Supremo Tribunal Federal e depois integrado por Defensorias Públicas de outros 05 (cinco) Estados. A decisão final, que foi estendida a todo o país, reafirmou a impossibilidade de superlotação nas Unidades Socioeducativas, bem como determinou a aplicação do princípio do *numerus clausus* à socioeducação, reafirmando direitos fundamentais de meninos e meninas privados de liberdade. Oportuno pontuar que, com a decisão do *Habeas Corpus* Coletivo, o quadro de lotação das Unidades socioeducativas do Brasil sofreu gradativa redução, não se verificando mais lotações superiores à capacidade de atuação das Unidades. Além disso, houve a adoção de melhorias nas estruturas das Unidades e no acesso a direitos básicos, como saúde e educação. A redução da lotação das Unidades também motivou maiores investimentos dos municípios nos programas de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Embora se constate os avanços apontados, necessário observar que o meio fechado ainda enfrenta as fragilidades decorrentes de violações de direitos relacionadas à tortura e maus tratos, excessivos usos de algemas e armamentos menos letais, sobreposição dos aspectos de segurança em relação aos aspectos sociopedagógicos, ausência de formação inicial e continuada das equipes técnicas e a difícil integração com as equipes do meio aberto. O meio aberto, por sua vez, mesmo tendo avançado ao longo dos últimos anos, possui desafios importantes a superar. Questões relacionadas à falta de estrutura adequada dos CREAS, às equipes técnicas com múltiplas atribuições, à ausência de recursos financeiros adequados, à violência que ainda impera em muitos territórios, dificultando a circulação de adolescentes e jovens e à dificuldade de integração entre os diversos atores que compõem a rede de proteção, ainda impactam na execução adequada de medidas em meio aberto. O SINASE, vale repisar, representou profundo avanço na integração entre os meios fechado e aberto de cumprimento de medidas socioeducativas. No entanto, ainda há muito a se avançar, superando-se velhos e graves problemas que ainda maculam direitos fundamentais de meninos e meninas no Brasil.

Palavras-chave: direitos fundamentais; *habeas corpus* coletivo; meios fechado e aberto; desafios.

AVALIAÇÃO DOS 10 ANOS DO SINASE A INTEGRAÇÃO ENTRE MEIO ABERTO E FECHADO: fragilidades e possibilidades

Cibelle Dória da Cunha Bueno

Pesquisa do Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto em execução pela Visão Mundial por meio do Termo de Fomento firmado com o MMFDH, cibelle_bueno@wvi.org

O presente resumo contempla os principais dados apresentados no III Simpósio Nacional em Socioeducação, relativos à pesquisa do Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. Indicamos, como forma de evidenciarmos as interações entre as Medidas Socioeducativas em Meio aberto e em Meio fechado, algumas evidências que fundamentam o Relatório do Diagnóstico Nacional sobre a Política de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. Inicialmente, pontuamos sobre os obstáculos para o cumprimento dos princípios e diretrizes preconizados pelo SINASE, elucidados por Juízes/as e Promotores/as de Justiça respondentes, como sendo a falta de estrutura e recursos humanos do Poder Executivo para atender a demanda do SINASE; em que estes mesmos profissionais - agregado aos Defensores/as públicos - demonstram insatisfação com a execução técnica do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios de vinculação. Com relação ao atendimento ofertado apresentamos os aspectos mais latentes da estrutura, apontados pelos respondentes que atuam no Sistema de Justiça e na Política de Assistência Social. Evidenciamos, no Sistema de Justiça, um significativo percentual de respondentes, sobretudo de promotores/as de justiça, que indicam a ausência de atuação de equipe técnica multiprofissional na instituição. Na estrutura da Política de Assistência Social salientamos a condição dos/as trabalhadores dessa política, lançando luzes às condições precárias de remuneração e vínculos extremamente instáveis, com significativa incidência de contratações temporárias e remunerações que variam, majoritariamente, de 1 a 4 salários-mínimos. No tocante a aplicação das Medidas Socioeducativas, evidenciamos uma recorrente influência, tanto para os/as promotores/as de justiça, como para os/as juízes/as, dos fatores sócio-familiares e para o contexto pessoal e social do adolescente no momento da solicitação da remissão simples e na determinação da Medida socioeducativa em Meio aberto, seja esta de Liberdade Assistida (LA) ou de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Contudo, mesmo diante de ser a análise técnica do fator familiar extremamente relevante para tal decisão, observamos que raramente os/as promotores/as de justiça solicitam a atuação da equipe psicossocial nos casos que envolvem ato infracional. Também obtivemos um percentual de juízes/as que indicaram raramente e nunca solicitar a atuação da equipe psicossocial em casos dessa mesma natureza. Ademais, tratamos das violências sofridas por adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas em Meio aberto a partir dos relatos dos/as profissionais que realizam o acompanhamento dos/as adolescentes desde o Sistema de Justiça até a Política de Assistência Social. Quanto à autoria das violências, estas são efetivadas, predominantemente, por membros de facções/grupos criminosos, policiais militares ou por moradores da localidade de residência do/a adolescente. São praticadas, em sua maioria, no território de residência dos/as adolescentes ou quando estes se encontram sob tutela do Estado, ocorrendo, dessa forma, durante a abordagem policial e também na passagem dos/as adolescentes pelas unidades de internação. São agressões físicas, verbais e a prática de tortura que se configuram como as violências mais relatadas pelos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio aberto aos profissionais que ofertam o atendimento nos serviços destinados à proteção dos/as adolescentes.

Palavras-chave: diagnóstico; política de atendimento; medidas socioeducativas; meio aberto.

O PROTAGONISMO DA ARTE E DA CULTURA NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO EMANCIPADOR

Juliana Duarte Arraes

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), juliana.arraes@gmail.com

Mônica Daniele Maciel Ferreira

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), monicadaniele1@gmail.com

Pedro Afonso de Oliveira

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), pedroliveiracacto@gmail.com

Rafael Folguieri Domingos

Centro de Orientação do Adolescente de Campinas (COMEC), rafaelfolguieri94@gmail.com

Trilhar o caminho do trabalho socioeducativo emancipador, utilizando arte e cultura como protagonistas na construção de sentido para a experiência socioeducativa, é um grande desafio. Se, por um lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente avança ao defender a prevalência da perspectiva pedagógica sobre a sancionatória, por outro, a herança punitivista do menorismo ainda assombra práticas e concepções nos dias atuais. Frente às contradições, construções possíveis acontecem e lançam luz sobre novas perspectivas ao fazer socioeducativo no Brasil. É o caso do trabalho realizado na Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) do Paranoá e Itapoã, vinculada ao Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (DF); no Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC); e no próprio Simpósio Nacional em Socioeducação (SNS) que, juntos e mediados pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, coordenaram em 2021 a primeira experiência de Prestação de Serviços à Comunidade interestadual e online no país. A GEAMA Paranoá e Itapoã tem uma trajetória de desenvolvimento de projetos com metodologias ativas, orientadas pela concepção político-pedagógica de promoção do desenvolvimento humano de todas as pessoas envolvidas em seu cotidiano: adolescentes, famílias, trabalhadores do Sistema e comunidade. Para tanto, utiliza o trabalho com grupos de arte, cultura e lazer para incentivar a convivência, o fortalecimento de vínculos e a ampliação e fruição estética de forma reflexiva e autoral. O COMEC, por sua vez, é uma OSC de 41 anos de história no fazer socioeducativo da comarca de Campinas e atualmente executa as MSEs de PSC e de LA. Na história da instituição existem diversos exemplos da presença da arte e da cultura nas atividades socioeducativas, buscando sempre ofertar um espaço de acolhimento para que os socioeducandos expressem sua subjetividade através dos mais variados tipos de expressão artística. Um exemplo é o Projeto Sintonizando na Transformação, que oferta oficinas de comunicação social e midiáticas para jovens egressos do sistema socioeducativo, de forma a fomentar o protagonismo dos mesmos em atividades culturais e intervenções artísticas. O SNS também vem construindo importante referência na formação de uma comunidade de aprendizagem que partilha o compromisso com a socioeducação na perspectiva intersetorial, interdisciplinar e democrática. Neste sentido, desde sua primeira edição em 2017 tem como marca o caráter participativo e inclusivo, reunindo adolescentes e egressos/as do sistema socioeducativo que participaram de oficinas e minicursos destinados ao público adolescente; da organização do evento e apoio operacional; da apresentação de trabalhos técnico-científicos elaborados com profissionais; expondo e vendendo produtos autorais; e promovendo apresentações artístico-culturais. Ainda, como forma de reafirmar o compromisso em fazer do SNS um espaço de ocupação das/os socioeducandas/os, a edição de 2021 contou com o trabalho de produção das vinhetas digitais por meio da PSC Interestadual, que contou com GEAMAs Paranoá e Itapoã e Plano Piloto, COMEC e seus respectivos adolescentes vinculados. Além do objetivo de prestar um serviço e fomentar a responsabilização e emancipação dos envolvidos, a PSC também buscou o desenvolvimento de potencialidades e habilidades. Pela produção de vinhetas, usando a técnica de StopMotion, a PSC conseguiu efetivar uma experiência estética e socioeducativa que, em meio a uma pandemia, evitou pôr em risco sanitário pessoas com diversas vulnerabilidades e que dificilmente se encontrariam, para produzirem arte, debates e reflexões importantes.

Palavras-chave: arte; cultura; prestação de serviços à comunidade; emancipação.

TELAS EM DIÁLOGO 1

**Sentidos e práticas durante a pandemia - contribuições
de diferentes campos de conhecimentos**

PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM SAÚDE NA SOCIOEDUCAÇÃO - DO BEM-ESTAR PSÍQUICO À SUJEITIFICAÇÃO: um relato de experiência

Débora Martins Lacerda de Carvalho

Unidade Socioeducativa Feminina Rita Gadelha, FUNDAC/PB, deboramalacar@gmail.com

Érica Renata Chaves Araújo de Melo

Unidade Socioeducativa Feminina “Rita Gadelha”, FUNDAC/PB, ericarenata_araujo@hotmail.com

Este resumo trata de um relato de experiência sobre estratégias de promoção de saúde durante a pandemia de Covid-19 a partir da execução de práticas integrativas: auriculoterapia e estratégias de afloramento da ‘originalidade única’ através da música e da escrita ativa de memórias que foram realizadas na Unidade Socioeducativa Feminina “Rita Gadelha”, que faz parte do sistema paraibano socioeducativo e é vinculada à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida” (FUNDAC/PB). Tais práticas tiveram como público-alvo socioeducandas, agentes socioeducativas e demais atores que compõem o serviço. Foram e ainda são executadas por médica generalista pós-graduanda em medicina tradicional chinesa. A estratégia tem como objetivo reduzir os sintomas físicos e psíquicos decorrentes do estresse causado pela privação de liberdade num contexto de pandemia bem como identificar e trabalhar potencialidades. Para o desenvolvimento metodológico optamos pela pesquisa qualitativa descritiva, com técnica de coleta de dados apoiada na observação participativa, compreendendo que essa nos coloca entre os pesquisados. Em se tratando da garantia do direito à Saúde no âmbito socioeducativo em Unidades de privação de liberdade, a Portaria Interministerial nº 1426/2004 que aprova as diretrizes para a implantação e implementação desse direito para os adolescentes em conflito com a lei estabelece, dentre outras prioridades: “a implantação de estratégias de promoção da saúde com o objetivo de promover ambiência saudável, estimular a autonomia e desenvolver ações socioeducativas, atividades corporais e de melhoria das relações interpessoais [...]”, “a implantação de ações de prevenção e cuidados específicos, com prioridade para o desenvolvimento integral da adolescência, em particular o aspecto saúde mental; a atenção aos agravos psicossociais [...]” e a “educação permanente, tanto das equipes de saúde e dos profissionais das unidades de internação e internação provisória [...]”. A escolha pelas práticas integrativas, no tocante à auriculoterapia, se baseia na técnica milenar chinesa, estudada cientificamente (*Paul Nogier*) e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como prática complementar de cuidado: utilizou-se a estimulação de terminações nervosas do microssistema “pavilhão-auditivo” através de cristais ou sementes, num trabalho que envolve um ambiente musical para fortalecimento de vínculo, escuta subjetiva e desenvolvimento da propriocepção (colocação tridimensional subjetiva no espaço), resultando em melhora de quadros psíquicos incluindo sintomas de ansiedade, depressão e distúrbios do sono. À terapia foi somada a rodas de conversa sobre saúde demandadas horizontalmente, utilizando como meio introdutório vídeos e trechos de documentários envolvendo o protagonismo de mulheres nordestinas, desde a cultura popular das mestras aos contemporâneos movimentos urbanos, o que desencadeou, por conseguinte, na utilização do “sonhário” (*Sidarta Ribeiro*) ou caderno da esperança (*Cátia de França*), na perspectiva de que o sonho é uma projeção inconsciente das vivências e o caderno e o lápis uma forma individual e espontânea de elaboração gerando novas perspectivas de prazer, comportamento e, por fim, consciência. Percebemos importante desenvolvimento do eu-psíquico, envolvendo autocuidado, ritual e amplificação de perspectivas.

Palavras-chave: práticas integrativas; auriculoterapia; escuta subjetiva; desenvolvimento criativo.

ESTUDO SOBRE O PARECER TÉCNICO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL COMO EXECUTOR DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Flavia Maria de Amorim Borges

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR), flaaborges@gmail.com

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR),
Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, renatahdo@gmail.com

Andréa Maria Fedeger

Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, andrea.fedeger@gmail.com

O Plano Individual de Atendimento (PIA) previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Nacional) constitui um instrumento pedagógico que norteia as medidas socioeducativas. Diante a apresentação de portaria estadual 04/2018 DEASE/SEJUF no Estado do Paraná que instituiu modelos de registro PIA e de Relatórios Técnicos para as equipes das unidades de atendimento socioeducativo três terapeutas ocupacionais com conhecimentos teóricos e práticos reuniram-se para análise crítica do documento. Decidiu-se então, pela elaboração de um parecer técnico. Discussões teóricas e análises da prática profissional cotidiana realizada em unidades de atendimento socioeducativo. As reuniões aconteceram no ano de 2020, em pleno contexto pandêmico, através de encontros remotos, se mostrando como possibilidades de reflexão profissional em um momento em que as práticas estavam em reavaliação devido a conjuntura epidemiológica e social. Para fundamentação foram considerados documentos referentes a Terapia Ocupacional em âmbito internacional, nacional e local, assim como documentos referência para o atendimento socioeducativo, como a Declaração de posicionamentos da Federação Mundial de terapeutas ocupacionais (WFOT) sobre Direitos Humanos, e sobre Diversidade e Cultura. Da atuação do/a terapeuta ocupacional no contexto socioeducativo, considerou-se o disposto nas resoluções do COFFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional) que definem as competências do Terapeuta Ocupacional nos Contextos Sociais, em específico o disposto sobre a reflexão sobre os papéis sociais contextualizados. O texto enfatiza que a intervenção de terapeuta ocupacional no contexto socioeducativo com foco na busca pela autonomia e emancipação do adolescente em cumprimento da medida, de modo que o engajamento em ocupações importantes para si seja possível. Neste sentido o profissional auxilia no (re)conhecimento da cidadania do adolescente e na (re)organização de seus projetos, visando ampliação de repertórios e buscando possibilidades de transformação e emancipação social. A partir da identificação de redes sociais e de suporte que atravessam o cotidiano destes adolescentes antes e durante o cumprimento da medida socioeducativa, terapeutas ocupacionais compreendem potências e fragilidades nos modos de pertencer deste adolescente na comunidade em que habita/habitava e provavelmente retornará a habitar. Em sua avaliação o terapeuta ocupacional também considera as práticas sociais que atravessam o cotidiano do adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa, nas diferentes vivências experienciadas dentro das unidades de privação de liberdade. Neste sentido, a atuação profissional não se limita a ações e intervenções diretas com adolescentes, mas requer a interlocução com o contexto macrossocial que determina as relações em sua comunidade de origem/destino, contextualizado nas questões culturais no acesso a equipamentos, recursos e serviços sociais e comunitários. Este estudo foi encaminhado ao conselho fiscalizador do estado com o intuito de respaldar a divulgação e fiscalização do serviço de terapeutas ocupacionais para a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais.

Palavras-chave: parecer técnico; terapia ocupacional; atuação profissional; ética e deontologia.

CENSEONAL – A EDUCOMUNICAÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO

Alex Sandro da Silva

Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande (DEASE/SEJUF-PR), alex_sandro@sejuf.pr.gov.br

Maria Aurineide de Castro Costa

Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande (DEASE/SEJUF-PR), Professora do Magistério do Estado do Paraná, mariaaurineide@sejuf.pr.gov.br

Mariana Barros Aranha

Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande (DEASE/SEJUF-PR), marianabarros@sejuf.pr.gov.br

O resumo apresentado trata do artigo que compõe o E-book Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados, e tem por objetivo apresentar a análise da Educomunicação aplicada à Socioeducação através da experiência do Jornal CENSEONAL, desenvolvido no Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande. Iniciando seu desenvolvimento em momento de restrições geradas a partir da pandemia pelo novo Coronavírus e sendo assim também uma estratégia e oportunidade para conectar os adolescentes com os acontecimentos sociais, considerando as normativas e as medidas de prevenção à Covid-19, resultando na interrupção das visitas familiares presenciais, das atividades escolares presenciais e no acesso de outras pessoas externas à unidade, intensificando a redução de contato dos adolescentes com o meio externo. O jornal é elaborado no ambiente Socioeducativo como um espaço para exercício do protagonismo e a habilidade comunicativa de adolescentes internados, que cumprem medida socioeducativa, por meio de um processo de elaboração e edição quinzenal. A produção do material envolve diferentes profissionais das diversas áreas: Técnica, Educacional, Segurança, Administrativa, Direção e Colaboradores. Ressaltando seu valor multidisciplinar e interdisciplinar ao integrar os profissionais da Socioeducação e os adolescentes de maneira produtiva e colaborativa. Sendo o espaço para publicação de notícias pesquisadas pelos adolescentes e trabalhos realizados por eles nas atividades escolares, como por exemplo a poesias, músicas, charges, desenhos, entre outros, e outras oficinas não escolares. A seleção de imagens e a elaboração dos textos das notícias foram realizados pelos adolescentes com a supervisão da Terapeuta Ocupacional. Neste sentido a Educomunicação é trazida para este contexto como uma importante ferramenta, por trazer propostas de formação de sujeitos emancipados e que buscam o protagonismo e a cidadania participativa. Os resultados foram observados ao longo do desenvolvimento de cada edição do jornal, contando com o envolvimento e a expectativa dos adolescentes a cada publicação. Seu impacto também foi observado nas diversas atividades desenvolvidas com os adolescentes, onde verbalizavam que esperavam ver suas atividades publicadas. Evidencia-se que oportunizar espaços de protagonismo aos adolescentes, e que assim, estimulam tarefas que promovem a participação, a interação, a criatividade e a inclusão, são necessários ao desenvolvimento dos adolescentes no processo socioeducativo, e neste sentido a Educomunicação se apresenta trazendo recursos que possibilitam a expressão de adolescentes de diversas formas, sendo a forma escrita e por imagens, aqui apresentadas, apenas um exemplo delas.

Palavras-chave: socioeducação; jornal; educomunicação; protagonismo; adolescente.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM GRUPOS DE ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Fernanda Bordignon Luiz

Coordenadora do Projeto Guiar, fernandabordignon.psi@gmail.com

Gabriella de Oliveira Machado

Universidade Positivo, integrante do Projeto Guiar, gabi_olima@hotmail.com

Renata Teixeira Parapinski

Integrante do Projeto Guiar, reenatat@hotmail.com

Giovana Hilberath Moreira

Universidade Positivo, integrante do Projeto Guiar, gihilberath@hotmail.com

Mariane Luiza Pereira da Silveira

Universidade Positivo, integrante do Projeto Guiar, marianeluiza712@gmail.com

A pandemia de Covid-19 teve diversas consequências em âmbito social, afetando de forma significativa as relações de trabalho nos mais diferentes contextos. A necessidade de isolamento social agravou sobretudo a situação da população privada de liberdade, que já se encontrava em situação de vulnerabilidade e, com isso, perdeu a possibilidade de contato físico com familiares, professores e outros profissionais responsáveis pela garantia de seus direitos básicos. Ainda que muitas atividades tenham sido suspensas, cabe aos profissionais da socioeducação o papel de desenvolver atividades que viabilizem não apenas a atenuação do sofrimento desses jovens, mas também promovam benefícios importantes à essa população. É objetivo deste trabalho apresentar uma metodologia de coordenação de grupos de adolescentes privados de liberdade de forma remota, bem como examinar os avanços e limitações desse trabalho durante quatro semestres afetados pela pandemia. As intervenções são planejadas, realizadas e avaliadas por meio do Projeto Guiar, um grupo de estudos, pesquisa e de intervenção com adolescentes em conflito com a lei. Desde abril de 2020, são realizados encontros semanais remotos de uma hora e meia. Participam adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação em uma unidade da Região Metropolitana de Curitiba. Os grupos são formados por no máximo oito adolescentes, separados em duas salas, equipadas com um notebook com câmera de vídeo e microfone. Uma dupla formada por psicólogas ou estagiárias de Psicologia coordena o grupo de forma remota, por meio da ferramenta *Google Meet*, em ambiente livre da presença de outras pessoas. Os primeiros encontros têm como objetivo criar vínculo entre participantes e coordenadoras e caracterizar as necessidades dos jovens. Além da coordenação realizada pelas estagiárias e psicólogas, os adolescentes também são convidados a coordenar o grupo, recebendo, para tanto, orientação. As atividades realizadas, bem como os assuntos debatidos em grande grupo, são decididas com base nas necessidades identificadas em conjunto. Os adolescentes têm coordenado o grupo de forma a produzir um ambiente leve e descontraído e ao mesmo tempo as atividades são realizadas, de modo geral, com seriedade e respeito. As principais dificuldades da coordenação de grupo de forma remota são relacionadas aos equipamentos (velocidade da internet, interferências no microfone) e às limitações de visualização dos adolescentes por parte das coordenadoras. É também inviabilizada a possibilidade de oferecer atenção individual quando necessário, como ocorre no atendimento presencial. Apesar desses desafios, as intervenções remotas têm promovido um espaço de protagonismo aos jovens, além de viabilizar o desenvolvimento de senso crítico, autoconhecimento e autoestima.

Palavras-chave: intervenções remotas; adolescentes em conflito com a lei; internação; socioeducação.

SOCIOEDUCAÇÃO: experiência de formação de licenciatura em psicologia

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira
Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, mcsoliveira@gmail.com

Ana Carolina Silva Coelho
Universidade de Brasília, anascoelhopsi@gmail.com

Ana Clara Gomes da Silva
Universidade de Brasília, df_anaclara.gomes@hotmail.com

Carlos Eduardo Garcia
Universidade de Brasília, cebt11@gmail.com

A ação socioeducativa é parte de uma política pública intersetorial, a justiça juvenil. Esta cumpre objetivos sancionatórios e educativos, sendo que para este último é de central importância a promoção de oportunidades de escolarização e profissionalização, que possibilitem ao adolescente a construção de novas trajetórias de desenvolvimento humano e inserção social cidadã. O Grupo de Ações e Investigação das Adolescências (GAIA/UnB) é um núcleo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Psicologia Cultural do Instituto de Psicologia, que se dedica à investigação e formação para o trabalho com adolescentes e jovens no campo psicossocial. Há cerca de dois anos estabeleceu-se a parceria entre o Grupo de Ações e Investigação das Adolescências (GAIA), da Universidade de Brasília, e a SUAP-DPDF para a realização de atividades supervisionadas de Estágio Licenciatura em Psicologia, junto ao projeto Renovação, que é uma proposta de grupos crítico-reflexivos que visa a educação em cidadania e direitos humanos e promoção de saúde mental, para diferentes públicos envolvidos na atenção psicossocial pela DPDF. Neste trabalho, vamos apresentar os resultados da experiência no apoio à oferta do curso na modalidade remota, iniciada com o advento da pandemia por COVID-19 para adolescentes e jovens em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O projeto prevê um conjunto de encontros semanais temáticos, que tratam da promoção de saúde mental, ética e cidadania, inserção no trabalho, entre outros. Como desdobramento desses objetivos, o Estágio Licenciatura consistiu na realização com os adolescentes de um conjunto de Atividades Complementares, com a finalidade de: fortalecer o vínculo entre os adolescentes e destes com o projeto; oferecer espaços de reflexão do adolescente sobre si mesmo, suas relações socioafetivas e seu papel na comunidade; diminuir a evasão do curso. Estes objetivos foram cumpridos por meio de algumas estratégias pedagógicas que foram pensadas tendo em conta as características do público adolescente e a natureza mandatória da participação no projeto, condição para o cumprimento da medida socioeducativa. Destacamos: atividades reflexivas; quizzes; atividades bônus; mentoria individual. Os resultados evidenciam a importância das Atividades Complementares não apenas no apoio à aprendizagem, como na formação de vínculos entre os adolescentes e deles com os responsáveis pelo projeto; como ainda, de aderência à proposta e prevenção à evasão. Ao final, 15 adolescentes concluíram com êxito o curso, dos quais 11 tiveram participação e aproveitamento em 100% das atividades complementares propostas.

Palavras-chave: cidadania; formação de professores; psicologia; socioeducação.

PEDAGOGIA E SOCIOEDUCAÇÃO - contribuições da articulação entre o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Brasília e a Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) Paranoá e Itapoã

Juliana Duarte Arraes

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã (SEJUS-DF), juliana.arraes@gmail.com

Ana Paula do Nascimento Barros

Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá e Itapoã (SEJUS-DF), anabarros1303@gmail.com

Bárbara de Caldas Melo

Universidade de Brasília, barbara_melo@hotmail.com

Marcela Ferreira Rocha

Universidade de Brasília, marceferocha@gmail.com

Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, sandra.ferraz@gmail.com

A pandemia impôs muitos desafios para o fazer socioeducativo. No DF, as Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs) interromperam projetos, suspenderam atendimentos presenciais e reinventaram maneiras de executar as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. As necessidades de adaptação colocaram equipes, adolescentes, jovens e suas famílias em contato definitivo com cada vez mais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). No entanto, o uso intensivo das TICs evidenciou muitas dificuldades do público atendido, em especial, nas atividades de escolarização e profissionalização. Os já conhecidos desafios de acesso e permanência, muito comuns no contexto presencial, ganharam um novo vulto no mundo digital, e as desigualdades acirradas nesse cenário impactaram os processos de desenvolvimento e limitaram oportunidades para os(as) socioeducandos(as). Como enfrentamento a esses desafios, a GEAMA Paranoá e Itapoã buscou o curso de licenciatura em Pedagogia da UnB para um apoio no acompanhamento pedagógico e letramento digital do público atendido. Dessa busca, nasceu o projeto Pedagogia e Socioeducação, uma experiência formativa de natureza técnica-acadêmica que tem por objetivos: apresentar aos(as) estudantes de pedagogia a política pública Socioeducação; compreender as possibilidades de atuação do profissional pedagogo nesse contexto; mapear demandas de intervenção pedagógica para adolescentes e jovens em acompanhamento socioeducativo, em especial, no âmbito da escolarização e profissionalização; e realizar atividades de intervenção e acompanhamento à distância dos(as) socioeducandos(as). O projeto foi dividido em 3 etapas: a) Fundamentos Teóricos da Socioeducação, com a participação de profissionais da GEAMA Paranoá e Itapoã na sugestão de bibliografia, condução de discussões de textos e convite a profissionais e pesquisadores que contribuíram com a mediação de debates; b) A Pedagogia na Socioeducação, com a divisão dos(as) estudantes da graduação entre equipes técnicas das GEAMAS Paranoá e Itapoã, Guará e Brazlândia, para estudos de caso de socioeducandos(as) e construção das propostas interventivas; c) Intervenção e Mediação Pedagógica com os(as) adolescentes e jovens, com supervisão das equipes técnicas e das professoras da disciplina. O projeto encontra-se em desenvolvimento da sua terceira etapa no âmbito da GEAMA Paranoá e Itapoã.

Palavras-chave: socioeducação; TICs; pedagogia.

CADEADOS E PANDEMIA: uma experiência vivida por uma agente de segurança socioeducativo em unidade do sistema com adolescentes privados da liberdade durante a Covid-19

Ivonete Silva Delgado

Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE/SAP- SC), ivonetedelgado@dease.sc.gov.br

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) assegura direitos e garantias para todos os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, inclusive as medidas de internação onde os sujeitos estão em privação de liberdade. A iniciativa deste trabalho partiu da experiência vivenciada pela autora como Agente de Segurança Socioeducativo desde 2003 no Estado de Santa Catarina que durante a explosão da pandemia estava atuando dentro de uma unidade de internação. Essa experiência inédita pela COVID-19 não foi somente como operadora do sistema socioeducativo, mas também como caso ativo, confirmado e recuperado do Coronavírus. As atividades diárias na operacionalização com cadeados e adolescentes durante os plantões exigiu reflexões diárias sobre cada procedimento realizado. Assim o presente trabalho foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa dos dados publicados no link de notícias do DEASE/SC, órgão estadual gestor do sistema socioeducativo, utilizando o método indutivo, que permitiu a partir de informações gerais especificar a importância da formação contínua para os Agentes de Segurança Socioeducativos e os adolescentes. Na apresentação da listagem de cursos e eventos realizados, todos com os devidos cuidados e parâmetros sanitários atendidos, foi possível perceber como os Agentes com melhoria da qualificação do processo de trabalho através da formação contínua podem realizar melhor suas funções laborais dentro e fora da comunidade socioeducativa, despertando novos olhares e perspectivas para todos os atores envolvidos da socioeducação. Por fim, durante a pandemia, muitas vezes, percebemos que para não ficar a cargo somente dos Agentes o único operador do sistema de atendimento socioeducativo que os adolescentes teriam acesso nas unidades de privação de liberdade nos momentos mais críticos, muitos rodízios no quadro de profissionais (psicólogos, pedagogos, assistente social, técnica de enfermagem) efetivos e temporários foram realizados. Assim as principais conclusões referem-se a forma como a construção de procedimentos operacionais padrões podem e devem ser revistos sempre que complexidades imprevistas que comprometam o melhor atendimento e garantias dos direitos de todos os atores envolvidos no processo das medidas socioeducativas, no caso específico de internação de acordo com as diretrizes do SINASE.

Palavras-chave: agente de segurança socioeducativo; covid-19; medida socioeducativa de internação; SINASE.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DE ADOLESCENTES NO ESTADO DO PARANÁ E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Kimberly Juliana dos Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), kimberlyjulianash8@gmail.com

Silmara Carneiro e Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), scsilva@uepg.br

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as atribuições e competências dos(as) Assistentes Sociais que atuam nas Instituições de restrição e privação de liberdade no Estado do Paraná no contexto em geral e, especialmente, durante a pandemia. Esta pesquisa tem cunho bibliográfico e é de natureza qualitativa e exploratória. A pesquisa foi desenvolvida junto dos Cadernos de Socioeducação e do E-book Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados, produções bibliográficas institucionais estas elaboradas pelo Departamento de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná (DEASE). A análise dos dados tem como parâmetro técnico a análise temática e é desenvolvida à luz do conjunto de regulamentações da profissão e de seu projeto ético-político. Como resultados da referida pesquisa identificou-se como uma marca da atuação profissional dos(as) Assistentes Sociais nas instituições de privação e restrição de liberdade o fato da maioria de suas ações profissionais se enquadrarem como competências, sendo exclusivamente o relatório social, o qual pressupõe a realização do estudo social, a única atribuição privativa dos(as) Assistentes Sociais nesse contexto. As demais se configuram como competências profissionais uma vez que são compartilhadas no cotidiano de trabalho com os demais profissionais da instituição, desde os atendimentos técnicos, visitas domiciliares, encaminhamentos, realização de estudo de caso, Plano Individual de Atendimento, oficinas socioeducativas, entre outras. Essa marca identificada a partir das orientações dos Cadernos de Socioeducação, também ficou evidenciada nas produções que compuseram o E-book Socioeducação do Paraná na Pandemia: desafios e legados. Ou seja, apesar das particularidades do contexto pandêmico, essa marca permaneceu. Nas produções do E-book demarcou-se que as ações profissionais dos /as Assistentes Sociais, na sua maioria, foram compartilhadas com outros/as profissionais no contexto socioeducativo pandêmico; e que esse compartilhamento se deu, especialmente, com os/as profissionais de psicologia e de terapia ocupacional. Das ações desenvolvidas restou evidente, em duas das produções, que o acompanhamento das visitas familiares virtuais e o atendimento às necessidades básicas das famílias dos adolescentes se configuraram como atribuições do/a Assistente Social, considerando as instituições estudadas, e que a vídeo chamada, via *whatsapp* para as famílias foi uma atribuição compartilhada pelos/as assistentes sociais com os/as psicólogos(as) em algumas instituições e, noutras, foi uma atribuição do/a Assistente Social. Quanto ao conjunto de competências verificou-se que o contato com as famílias para comunicação de suspensão de visitas nas instituições e ainda sobre os cuidados de prevenção à Covid-19 no contexto pandêmico foram competências profissionais dos/as assistentes sociais, psicólogos(as) e terapeutas ocupacionais. Desse conjunto de competências, obteve-se especial destaque o desenvolvimento e execução de um leque variado de oficinas, sendo estas de caráter reflexivo, formativo, de análise crítica da realidade, culturais, de sensibilização, voltadas à saúde mental, de ações em *prol* da luta por direitos, de conhecimento da história da infância, sobre emoções, percepções e inseguranças durante a vida. Verificou-se que no contexto da pandemia a condução do trabalho dos profissionais se manteve presencial, com a organização em turnos alternados de teletrabalho e trabalho presencial a fim de assegurar a continuidade do atendimento socioeducativo.

Palavras-chave: atribuições e competências; restrição e privação de liberdade; pandemia de covid-19.

TELAS EM DIÁLOGO 2

**Leitura, música, arte e cultura como caminhos potentes
de intervenção socioeducativa**

A ARTE COMO UMA PRÁTICA LIBERTADORA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Antonio Juvenal da Silva Júnior

Universidade de Brasília, juvenaljunior@gmail.com

Marina Rangel de Lima

Universidade de Brasília, marinarangelpsi@gmail.com

Nathalia Ferreira Honorio

Universidade de Brasília, hnathalia0@gmail.com

Tainá Victoria Machado

Universidade de Brasília, tainavictoria@gmail.com

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia

mcsoliveira@gmail.com; claudia@unb.br

O sistema socioeducativo envolve ações e experiências que precisam encorajar os jovens em cumprimento de medida a buscarem novas alternativas de desenvolvimento e aprendizagem, e as experiências que se relacionam à arte e cultura são centrais a este propósito, pois favorecem a emergência de novas autoimagens e a preparação do adolescente para novos posicionamentos frente ao convívio social. O trabalho com as diferentes formas de linguagem e de expressão dialógica é uma ferramenta poderosa em socioeducação, que contribui para que os adolescentes reflitam sobre a própria trajetória e tracem outras rotas e perspectivas. A pandemia pelo coronavírus intensificou a violação de direitos e acentuou a importância de se fortalecer as estratégias de proteção desses mesmos direitos, em diferentes pontos do SGD. A adolescência é uma fase repleta de especificidades, em que se conquista a capacidade de se refletir sobre si e os outros, e de construir uma teoria dinâmica sobre a própria identidade. No entanto, o perfil dos adolescentes em execução de medidas socioeducativas é formado majoritariamente por jovens negros e de baixa renda que, além de outras privações, sofrem um processo contínuo e estrutural de silenciamento de suas vozes. Assim, o objetivo deste trabalho é partir de algumas experiências em que se usa o RAP com fins pedagógicos para promover um debate sobre práticas libertadoras, emancipatórias em socioeducação, ao compreenderem as estruturas de dominação, identifiquem conhecimentos subjugados e tomem posse deles, como um recurso cultural para que histórias alternativas às narrativas dominantes possam ser resgatadas e valorizadas. Conforme Bell Hooks, as práticas discursivas são um possível lugar de resistência e autor recuperação. Pela escrita, fala, e música - como o RAP -, é possível expor o que foi socialmente negado e estabelecer as experiências próprias como válidas e reais, possibilitando, assim, descobrir o que se é e o que se pode ser. A língua, portanto, é caminho de transformação pessoal e coletiva, visto que é por onde nos tocamos afetivamente, e por onde podemos promover movimento radical de conscientização dos povos e indivíduos marginalizados. Freire defende que ensinar não é transferir conhecimento, mas sim respeitar a autonomia e a identidade do indivíduo. Os socioeducandos, enquanto sujeitos ativos, tomam posse do conhecimento para refletir sobre o mundo em busca de modificá-lo.

Palavras-chave: socioeducação; RAP; práticas discursivas; arte; expressão.

OFICINA DE ARTES CÊNICAS NA SOCIOEDUCAÇÃO: uma metodologia para aulas de teatro em restrição de liberdade

José Nildo de Souza

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Paulo Sérgio de Andrade Bareicha

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação

Integra a formação docente do curso “Medidas socioeducativas: olhares, percepções, novas rotinas em tempos dialógicos” mediado por encontros síncronos no período da pandemia pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação/EAPE-SEDF. O objetivo é identificar a relação entre as narrativas e as cenas que jovens em conflito com a lei teatralizam. A partir de estratégias do psicodrama e da sociologia teatral montam quadros-cenográficos de como percebem o estar no mundo. São também autores de suas aprendizagens e reparações. A cada sessão da oficina, um socioeducando-protagonista (ator-narrador) atualiza os temas dos enredos cênicos como em um texto-vivo. Para compreender essas temáticas, considera-se as condições que esses jovens cumprem a internação em uma instituição socioeducativa fechada (Unidade de Internação de Santa Maria/DF): humanizados ou alijados de suas humanidades? Como vivem na unidade? E o que é oferecido a esses jovens? Essas problematizações trazem para as cenas, as narrativas e o lugar que vivem no mundo com o teatro. Propõe-se ao ator-narrador que encontre “seu lugar no mundo da cena” e compartilhe voluntariamente a narrativa e a “cena do seu mundo” com os demais. Colocam-se, portanto, os interatuantes em seus lugares nas cenas. Surge daí, os quadros cenográficos de cada cena, não apenas a partir de quem conta. Mas da interação que se dá na montagem da encenação. As estratégias didático-metodológicas detalham uma proposta pedagógica de teatro na socioeducação: montagem de sete cenas em quinze encontros semanais com a duração de 50 minutos – cinco, de coesão grupal, cinco de construção dos personagens e contato consigo (dinâmicas de contação/interpretação) e cinco de teatralização das narrativas. A cada dois encontros, os socioeducandos montam suas cenas distribuídas em dois blocos temáticos - três cenas de aprisionamento (acusação, julgamento e encarceramento) e quatro cenas de liberdade (enfrentamento, acolhimento, superação e reconhecimento). Cada cena, em um total de sete, constitui um quadro cenográfico, no qual os socioeducandos trazem suas narrativas. Os resultados da pesquisa na oficina de artes cênicas com os socioeducandos são interpretados à luz do sociodrama, da sociologia da performance (referenciais teóricos estudados) e das estratégias metodológicas aplicadas. As vinculações entre as cenas narradas e as teatralizadas constituem o eixo norteador desta interpretação. A discussão dos resultados contempla o fenômeno da responsabilização e da emancipação nos modelos de escolarização oferecidos a esses jovens e o que pode ser proporcionado a eles em uma simples aula de teatro. O que é narrado e teatralizado são os efeitos das práticas de poder nas expressões desses jovens e a liberdade que reivindicam nas cenas. Nas considerações finais argumenta-se o posicionamento desses mesmos jovens diante de suas ações no mundo. Concebem-se, aqui, caminhos e não soluções para essa questão tão complexa, demarcando as limitações e os alcances apontados nas discussões dos resultados. Estigma? Estereotípias? Não. As opções abertas com o teatro, empreendidas nesta pesquisa, implicam ainda a disputa desses jovens por espaços de expressão em busca da desestigmatização. Daí a necessidade de uma metodologia para as artes cênicas no contexto de restrição de liberdade.

Palavras-chave: artes cênicas; socioeducação; metodologia.

VESTE A VISÃO

Raquel Alcoforado

Universidade de Brasília, alcoforado.raquel@gmail.com

O projeto *Veste a Visão*, executado na Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, Distrito Federal, foi elaborado como intervenção de estágio supervisionado em serviço social vinculado à Universidade de Brasília. Considerando a necessidade de isolamento e o agravamento das camadas de vulnerabilidade social durante a pandemia, o projeto consistiu na organização de um grupo virtual para a produção e comercialização, em modelo cooperativo, de camisetas com estampas pensadas e criadas pelos socioeducandos. Foi constatado que a área de Serigrafia se encontra com alta defasagem de profissionais, principalmente na região do Paranoá e Itapoã, constituindo-se um campo repleto de oportunidades trabalhistas para os moradores da comunidade. Todos os participantes apoiaram-se mutuamente para aprender sobre arte, marketing e comércio digitais e, em parceria com um serígrafo residente do Itapoã, puderam acompanhar de perto o processo produtivo das camisetas. O objetivo foi compartilhar noções de organização cooperativa para que, numa gestão democrática conduzida pelos próprios adolescentes, se dividissem harmonicamente entre as tarefas necessárias para produzir e vender um produto, no caso, camisetas. O projeto foi realizado por meio de atividades virtuais, contando com atendimentos individuais presenciais, quando necessário. Através da criação de um grupo de *WhatsApp*, foram desenvolvidos diálogos diariamente, mediados pela equipe de referência, com assuntos e tarefas a serem desenvolvidas pelos adolescentes ao longo da semana. Também foram realizados oito encontros virtuais ao longo de dois meses, com duração de uma hora cada, em que foram tomadas as decisões coletivas essenciais para tornar o projeto uma realidade. Os socioeducandos fizeram o planejamento, a customização e a venda das camisetas, apoiados pela equipe de referência do projeto. Para arrecadar os recursos de produção, foi realizada uma pré-venda das camisetas nas redes sociais, em que foi possível constatar as estampas de maior sucesso entre os compradores, as quais foram produzidas em maior quantidade. O trabalho de divulgação e vendas foi feito pelas plataformas digitais à disposição dos adolescentes, como o *Instagram* da GEAMA e suas próprias redes sociais, além do site gratuito criado por eles. Os recursos provenientes da comercialização das peças foram depositados em uma conta do banco digital Inter, criada especialmente para essa finalidade, sob a responsabilidade da equipe de referência do projeto. Juntos, eles escolheram sete estampas que resultaram em 75 camisetas. Eles presenciaram algumas das etapas da produção, quando manusearam e testaram algumas das ferramentas utilizadas na serigrafia. A divulgação alcançou pessoas de diversos estados do país e, ao final da medida, quando dividiram os lucros, cada um arrecadou R\$450,00. Após uma avaliação positiva por parte dos adolescentes e da equipe socioeducativa da GEAMA, o projeto seguiu para uma nova fase em que, com o avançar da vacinação contra a Covid-19, inclusive entre os adolescentes, está sendo possível realizar os encontros do grupo presencialmente. Mesmo utilizando máscaras e sendo obrigados a manter o distanciamento durante os encontros, foi possível realizar diálogos construtivos que originaram as camisetas que estarão à venda na feira virtual deste Simpósio e no site: <https://veste-a-visao.lojaintegrada.com.br/>.

Palavras-chave: cooperativa; comércio digital; camisetas.

ENTRE FIOS E NÓS, A POESIA NA QUARENTENA

Tanisa Fernanda Benati

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, tanny15@hotmail.com

Izandra Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Feliz,
izandra.alves@feliz.ifrs.edu.br

O ano de 2020 representou para todos a incursão em um espaço de crise do qual todos nós ainda estamos em busca de saídas possíveis. Para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Case Caxias do Sul não foi diferente, tendo em vista que a privação da liberdade é a mais severa das medidas, agravada pelo distanciamento físico dos familiares e a redução de atividades coletivas, por seguir os protocolos de segurança em prevenção à Covid-19. Assim, preocupados com a construção das pontes de cuidado e de afeto entre os meninos, suas histórias e suas memórias, a equipe de analistas, os professores da Escola Paulo Freire, as oficinas do CASE Caxias do Sul e os responsáveis pelo projeto Experiências de leitura em espaços de crise, do IFRS, *campus* Feliz/RS, construíram uma atividade de mediação leitora onde o texto literário foi o centro das discussões e perspectivas de (trans)formação de cada participante. Partindo da leitura do poema *E agora, José*, de Carlos Drummond de Andrade, os garotos discutiram acerca da atualidade do questionamento feito, insistentemente, há setenta anos, pelo eu lírico do texto drummondiano. Assim, assumiram o papel de protagonistas na medida em que estabeleceram relações entre o texto e a realidade atual e, a partir das discussões, responderam ao questionamento feito pelo poema a todos nós, os “José’s”. A resposta individual dos adolescentes foi registrada, artisticamente, através de um bordado que eles fizeram, com a tutela das professoras e oficinas. Este lindo e afetuoso processo de construção a partir da leitura literária culminou em um registro que uniu, fio a fio e ponto a ponto os sonhos, os anseios, os desabafos e as projeções de cada menino e constituiu um mosaico representativo da experiência leitora que vivenciaram, ao participar das ações socioeducadoras neste período. Por fim, cabe ressaltar que este projeto que uniu instituições, proporcionou momentos de reflexão e projeção para o atípico momento de pandemia. Após este trabalho, todos os envolvidos, sejam os organizadores, os professores, as oficinas, como os adolescentes, verbalizaram o aspecto de união de sentimentos e memórias afetivas que os pontos, por tantas vezes repetidos, possibilitaram ressignificar no bordado finalizado. É possível ver, então, que a trama poética de Drummond com suas teias e seus fios condutores de ideias e possibilidades contribuiu para que cada adolescente, valendo-se do têxtil, reproduzisse em um plano coletivo as suas afetividades individuais.

Palavras-chave: leitura; socioeducação; bordado; quarentena.

PROPOSTA DE MUSICALIZAÇÃO NA ATUAÇÃO SOCIOEDUCATIVA COMO ALTERNATIVA PARA AULAS DE MÚSICA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Walter de Sousa Silva

Unidade de Internação do Recanto das Emas – DF, waltssilva@yahoo.com.br

O Projeto de Musicalização foi realizado pelo núcleo de música da Unidade de Internação do Recanto das Emas – DF, teve início em 16 de abril de 2020 e aconteceu até o final de junho de 2020. O objetivo do projeto foi abranger o maior número de jovens possível (participação dos jovens foi facultativa) e conhecer com mais detalhes o seu universo musical e cultural. Cada jovem deveria participar de 4 encontros. Ao menos 140 dos socioeducandos à época participaram da primeira atividade e apenas 14 fizeram as quatro atividades. Assim, inicialmente os jovens eram entrevistados numa conversa informal sobre suas experiências prévias com música, gêneros musicais e artistas de sua preferência. A maioria dos participantes tinha experiência de apreciação musical. Dos poucos que relatavam ter tido experiências de prática musical, como cantar ou tocar um instrumento, ou mesmo ter contato com pessoas próximas que tocassem ou cantassem, despontavam aqueles com mais habilidade musical ou facilidade para assimilar e praticar as ideias musicais nas práticas propostas. Os jovens tiveram acesso à aprendizagem de elementos musicais, como pulsação; ritmo e subdivisão rítmica; melodia; leitura e notação musical; percepção e criação musical. Nos dois primeiros encontros foram abordados os elementos de ritmo. A partir da percepção da pulsação musical, com base no próprio batimento cardíaco, passamos pela compreensão das subdivisões rítmicas com ajuda da percussão corporal aliada ao método do Passo, e foi possível experimentar a leitura rítmica de figuras musicais elementares bem como a transcrição de ritmos executados pelo professor com as batidas corporais. No terceiro encontro o assunto era melodia e os jovens trouxeram seus conceitos particulares sobre o tema. Dessa discussão se chegou a um conceito de melodia, que seria uma sequência de sons (notas musicais) produzidos com intencionalidade musical, e que seria algo que poderia ser cantado ou assobiado, por exemplo. Nesse encontro alguns temas acessórios (timbres, intervalos ascendentes e descendentes, frequências sonoras graves e agudas e outros) foram tratados com uso de exemplos musicais e práticas pedagógicas, assim como foi tratado todo o conjunto de temas emergentes nos encontros. No último momento, os jovens foram provocados a compor uma melodia usando as figuras de ritmos que surgiram nos encontros iniciais, quatro notas selecionadas na escala de Dó Maior e sua criatividade. Os resultados dessa etapa foram quase vinte melodias criadas, na maioria das vezes, coletivamente, com as mais diversas sonoridades e variedades de timbres. Foi usado um programa de edição de partituras que permite a audição das melodias escritas e oferece uma série de sons de instrumentos melódicos e percussivos. Assim, com a melodia criada pelos estudantes, o professor propunha possibilidades de acompanhamentos harmônicos e rítmicos, nos quais os jovens podiam fazer sugestões, alterações, aprovar ou desaprovar.

Palavras-chave: socioeducação; educação musical; aulas de música e pandemia.

TELAS EM DIÁLOGO 3

Direito à educação e escolarização em tempos de
pandemia da Covid – 19

PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE HISTÓRICO-CULTURAL: garantia de representatividade e visibilidade na socioeducação

Edinéia Aparecida Calistro

Docente da Rede Estadual do Paraná e no Sistema Socioeducativo, edineiacalistro@gmail.com

Maria Ester Schreiner Berbetz

Docente da Rede Estadual do Paraná e no Sistema Socioeducativo, esterbbtz@gmail.com

Edina Schimanski

Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva da UEPG, edinaschi@hotmail.com

Desde o início da pandemia da Covid-19, instituições precisaram replanejar suas atividades. O que se notou foi um “reinventar” metodológico sendo que a figura do professor permanece como destaque nessas necessidades pedagógicas. Vários foram os desafios que assolaram essa missão de mediar a aprendizagem nesse novo modelo de ensino. A sociedade vive um processo de transformação e reconstrução, e nesse contexto, a socioeducação precisa garantir a representação do educando no âmbito escolar alicerçada na formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres. Nesse auxílio temos as metodologias ativas que colocam a aprendizagem como centro do processo, em que os estudantes são motivados a produzir conhecimento, sendo protagonistas de seu aprendizado através da mediação e interação com o professor e demais alunos. Essa proposta de implementação relaciona-se ao estudo dos lugares da Memória, bem como a valorização da consciência histórica na representatividade do educando enquanto um sujeito que faz parte do cenário cultural, pois retrata a realidade, enriquece o conhecimento e a reflexão acerca do contexto em que se vive. Esse estudo é relevante no sentido que apresenta como objetivo norteador a valorização da identidade histórico-cultural. Essas abordagens fazem muito sentido na vida do educando, pois lhe garante um reforço no exercício da cidadania. Dessa maneira, o uso das tecnologias como estratégias metodológicas, podem contribuir para o processo de construção e valorização da identidade local. A proposta é trabalhar de forma interdisciplinar por meio da mediação dos professores envolvidos, acompanhando a evolução tecnológica que abrange a dinâmica da sociedade. A reflexão aqui contida parte de autores como Vigotsky (2007), Freire (1997), Moran (1995) entre outros que apontam para uma perspectiva pedagógica aproximando os conteúdos do enfoque identitário contemporâneo a partir do uso das TICs, as quais são recursos atrativos e estimulantes para enriquecer o trabalho socioeducativo. O uso de metodologias ativas e tecnologias digitais é uma ferramenta educacional inovadora que estimula o conhecimento de estudantes com diferentes interesses e habilidades, onde os mesmos são mobilizados com atividades e recursos atrativos que possibilitem o desenvolvimento de processos cognitivos. Como resultado, espera-se que o educando tenha a oportunidade de se apropriar de “um novo olhar” sobre a especificidade cultural a qual pertencem, contribuindo para o desenvolvimento de uma postura crítica, política e cidadã. É nesses encontros com a memória que se escreve a própria história.

Palavras-chave: metodologia ativa; identidade; interdisciplinaridade; cidadania.

PROJETOS PEDAGÓGICOS ENTRE UNIDADES DE SEMILIBERDADE DURANTE A PANDEMIA

Alexandra de Campos Bittencourt

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Vanessa Porto

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), vanessa-porto@fase.rs.gov.br

O presente trabalho apresentará projetos pedagógicos realizados em parceria entre unidades de semiliberdades do Estado do Rio Grande do Sul, que foram e vêm sendo realizados ao longo da pandemia. As iniciativas são direcionadas aos adolescentes e jovens da medida socioeducativa de semiliberdade, sendo um dos projetos desenvolvidos o “Resgate Histórico da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul-FASE e da Semiliberdade”. Esta iniciativa teve por objetivo principal propiciar momentos de resgate histórico da FASE, que completou 19 anos em 28/05/2021, e da medida de semiliberdade. A programação ocorreu no formato on-line, em três encontros e contou com servidores (as) convidados (as) da FASE, com vasta experiência na socioeducação. Outro projeto promovido foram os Círculos de Papo Reto, que buscam garantir momentos de fala e escuta cuidadosa e respeitosa aos adolescentes e jovens da semiliberdade. Esta proposta conta com a parceria do Programa Municipal de Pacificação Restaurativa de Caxias do Sul, na realização de círculo de construção de paz, no formato virtual. Os encontros ocorrem uma vez por mês e reúnem adolescentes e jovens de diversas semiliberdades da FASE. Em ambos os projetos houve articulação intensa das equipes socioeducativas das unidades, em especial da pedagoga, na promoção de atividades específicas aos adolescentes e jovens da semiliberdade. O trabalho possibilitou um amadurecimento na construção coletiva de projetos entre unidades de cidades distantes, sendo possível construir propostas alternativas para a garantia e promoção de atividades pedagógicas durante a pandemia. As atividades foram pensadas, planejadas e realizadas de forma on-line e tiveram adesão positiva das unidades e dos adolescentes participantes. Além disso, os adolescentes e jovens da medida tiveram momentos de aprendizados, referente aos resgates históricos de caráter institucional da FASE e da medida de semiliberdade a qual cumprem. Nesse processo de resgate da história institucional, os adolescentes e jovens puderam trocar experiências sobre o cumprimento de suas medidas socioeducativas. A partir dessa perspectiva, o projeto dos círculos de papo reto complementa esse trabalho, através dos princípios norteadores da justiça restaurativa e dos círculos de construção de paz. Esses momentos oportunizaram um aprofundamento reflexivo do contexto pandêmico, sendo os círculos um espaço seguro de escuta e fala dos adolescentes e jovens participantes com os facilitadores, em que se buscou amenizar alguns efeitos da pandemia nos quais os adolescentes estiveram expostos, como por exemplo: o isolamento social, sintomas emocionais de ansiedade, ansios, perspectivas.

Palavras-chave: semiliberdade; pandemia; projetos pedagógicos.

A ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, EM TEMPOS DE PANDEMIA, NO DISTRITO FEDERAL: ações da Secretaria de Estado de Educação

Daniela Gomes do Nascimento

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, gndaniela02@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, amlace@unb.br

Lívia Silva de Souza

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, livia.souza@gmail.com

Este trabalho apresenta as ações da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), para garantir o direito à educação dos jovens em cumprimento de medida de internação, na pandemia. Realizaram-se estudos em fontes primárias e secundárias, a fim de extrair dados que permitissem caracterizar os caminhos da escolarização, no contexto atípico em decorrência do novo coronavírus. O Sistema Socioeducativo se consolidou como uma política pública intersetorial e interfederativa, com vistas a promover condições de reintegração dos jovens que cometerem atos infracionais. As Unidades de Internação contam com Núcleo de Ensino (NUEN) em sua estrutura física para garantir a escolarização dos adolescentes, cada NUEN possui um supervisor pedagógico, coordenadores pedagógicos locais e professores servidores da carreira do magistério. Como ação para o enfrentamento da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, o governo do Distrito Federal, em 11 de março de 2020, suspendeu as atividades educacionais em todas as escolas das redes. Na sequência, o recesso de julho dos professores foi antecipado e as aulas foram suspensas. No período de março a junho, a SEEDF elaborou planos e estratégias para a retomada do calendário letivo, entre essas ações, esteve um breve curso de formação para os professores, para capacitar para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. Em relação à escolarização, elaborou-se de forma intersetorial e coletiva o “Plano Pedagógico para a Realização de Atividades não Presenciais ou Híbridas nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas”. O Plano se constituiu como uma carta de intenções para garantir a continuidade da escolarização dos jovens privados de liberdade, promover a segurança sanitária e nortear as ações docentes. Coube aos supervisores e coordenadores pedagógicos dos NUENS organizar um Plano Local para viabilizar o atendimento aos estudantes. Foram realizadas coordenações pedagógicas locais, de forma remota, para planejar e definir coletivamente as ações a serem implementadas. As estratégias mais relevantes para o contexto peculiar envolveram a produção, por parte dos professores, de vídeos de acolhimento e recepção dos estudantes. Acordou-se também que os professores produziriam vídeos didáticos relacionados aos temas curriculares em estudo. A dificuldade de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação por parte dos jovens internos não permitiu a realização de atividades síncronas. Os professores realizaram avaliação diagnóstica com os estudantes, a fim de identificar o nível de aprendizagem em todos os componentes curriculares e propor atividades impressas. Eles elaboravam as atividades e encaminhavam, via *google classroom* ou gmail, para os supervisores e coordenadores - profissionais que permaneceram presencialmente nos núcleos de ensino durante a maior parte do período pandêmico. Eles foram responsáveis por receber as atividades, providenciar a impressão, categorizar por turmas e entregar os materiais impressos aos agentes socioeducativos responsáveis pela segurança. Como resultado se evidencia que este processo não foi isento de contradições, uma vez que a rotina da unidade foi alterada e papéis, momentaneamente, redefinidos. Os Núcleos de Ensino tiveram autonomia para organizar as estratégias de entrega dos materiais impressos e da rotina pedagógica. A partir de agosto de 2021, os professores retornaram de forma presencial, tendo em vista o calendário completo de vacinação e, em setembro, a rotina de atendimento presencial aos estudantes foi retomada. A intersetorialidade em ação no desenho das estratégias de retomada do calendário letivo; bem como o número reduzido de contaminação entre os adolescentes internados foram outros resultados percebidos.

Palavras-chave: escolarização; unidade de internação; ações da SEEDF.

DIREITO À EDUCAÇÃO NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Laryssa Slavov

Universidade de Brasília, laryssaslavov@gmail.com

Andréia Mello Lacé

Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, amlace@unb.br

Este trabalho apresenta os resultados do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, da Universidade de Brasília, em 2021, cujo objetivo foi identificar a organização escolar nas unidades de internação do sistema educativo do Distrito Federal. A pesquisa de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, estruturou o levantamento de informações por meio de três procedimentos complementares: i) aplicação de um questionário prévio a distância com duas profissionais que atuam na gestão da escolarização dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas na Secretaria de Educação do Distrito Federal; ii) Análise em fontes primárias e iii) revisão de literatura. No Distrito Federal, as unidades de internações possuem núcleos de ensino (NUENs), tendo em vista a atender a educação como um direito de todos e todas, conforme assegura o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A gestão do Sistema Socioeducativo é feita pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF, por meio Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis). Como a Socioeducação é uma política intersetorial, a Secretaria de Educação do Distrito Federal cuida da escolarização dos jovens em unidades de internação. A SEEDF, em sua estrutura organizacional conta com a Gerência de Acompanhamento da Socioeducação vinculada à Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade. A Gerência tem, de maneira geral, entre suas atribuições: implementar, acompanhar e elaborar a política de escolarização para estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, medida socioeducativa em meio aberto e medida de internação. Em 2020, no contexto da pandemia e do retorno do calendário letivo na SEEDF, foi elaborado “Plano Pedagógico de Atividades não Presenciais ou Híbridas nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas”. Neste documento, são apresentadas estratégias para que o direito à educação dos jovens fosse efetivado, além de planejamentos pedagógicos locais implementados de forma coletiva pelos professores - que atuaram de forma remota-, pelos Supervisores dos NUENs - que permaneceram presencialmente nas Unidades -, e com o apoio de agentes de segurança. Observa-se que no caso da escolarização da Socioeducação, durante o período de suspensão das aulas presenciais, as atividades aconteceram por meio de material impresso. De acordo com a Portaria nº 193, de 4 de agosto de 2020, as estruturas dos Comitês Regionais e Locais para a implementação e operacionalização do regresso dos estudantes às atividades educacionais remotas ou híbridas ficaram mantidas estritamente. Importa ressaltar que mesmo com os avanços promovidos, a partir da Constituição Federal de 1988 para a garantia do direito à educação para todos e todas, há ainda um longo caminho a percorrer, sobretudo, considerando a conjuntura de crise sanitária aliada à política atual que hostiliza os direitos humanos e, conseqüentemente, os direitos dos jovens e adolescentes que cometeram atos infracionais.

Palavras-chave: direito à educação; escolarização; sistema socioeducativo; pandemia.

O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Silvia Santos Gomes

Rede municipal de ensino de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH/USP), silvia.gomes@usp.br

Marta Carvalho de Almeida

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH/USP), mcarmei@usp.br

Devido à necessidade de distanciamento físico e para evitar a disseminação do novo coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020 nas unidades escolares do estado de São Paulo. Desde então, algumas medidas foram adotadas por redes de ensino, públicas e privadas, na tentativa de garantir o direito à educação escolar e a continuidade da oferta de ensino, em especial por meio da operacionalização do ensino remoto, indicado em normativa estadual. Na perspectiva de Paulo Freire, a razão de ser da educação está na interação entre educador e educando, a partir de uma relação na qual os saberes de ambos devem ser considerados na concretização do ato pedagógico, fomentando assim uma educação cidadã, emancipadora, dialógica e para a liberdade, pautada na conscientização crítica dos educandos. Partindo dessa concepção temos buscado compreender as estratégias educativas implementadas no período de emergência sanitária junto aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no município de São Paulo, interrogando se estas foram capazes de garantir o seu direito à educação básica. O método de estudo, que está em andamento, envolve a coleta e análise de dados provenientes das normativas estaduais referentes à educação na pandemia, em especial no que se refere a esses adolescentes e jovens, bem como de coordenadores pedagógicos e de educadores de escolas estaduais vinculadoras (unidades escolares da rede estadual de ensino, responsáveis pelos recursos humanos, organização das classes e documentação escolar dos alunos internados), com foco em suas práticas e percepções no período da pandemia. Tem sido utilizada a técnica de análise de conteúdo, que trabalha informações, temas e significações desprendidas do texto, possibilitando a produção de interpretações. Em resultados preliminares foi observado que a principal estratégia que vem sendo utilizada no período tem sido o envio de material impresso para os adolescentes e jovens internados. A esses jovens não foram disponibilizados outros recursos educacionais além dos materiais didáticos impressos com orientações pedagógicas e atividades correspondentes. Segundo os educadores, esse fato tem implicado em um conjunto importante de problemas e limitações, tanto para o exercício profissional quanto para a educação de adolescentes e jovens internados. Os educadores relataram dificuldades persistentes no processo de comunicação com os estudantes, ainda que tenham realizado esforços no sentido de tentar contorná-las. O estudo vem indicando que as estratégias educativas adotadas parecem não terem sido suficientes para evitar prejuízos importantes no processo educacional e para garantir o direito à educação desses adolescentes, se levadas em conta as concepções desenvolvidas por Paulo Freire.

Palavras-chave: direito à educação; medida socioeducativa; pandemia; covid-19.

DISTANCIAMENTO DA ESCOLA NA PANDEMIA: estratégias para garantia do direito à educação nos centros de socioeducação

Vania Cristina Pauluk Cavalheiro

Centro de Socioeducação de Ponta Grossa, Secretaria de Estado da Justiça,
Família e Trabalho do Paraná (SEJUF), vpauluk@hotmail.com

Trata-se de um relato de experiência a respeito das estratégias para a garantia de escolarização durante a Pandemia, no CENSE - Centro de Socioeducação, instituição na qual os adolescentes cumprem medida socioeducativa de internação no estado do Paraná. As escolas foram fechadas como alternativa para evitar a contaminação do Covid-19, assim como outros serviços, empresas e instituições. Distanciamento social era a palavra de ordem, mas tal distanciamento, por mais que necessário, prejudicou o acesso e a permanência na escola, o que não foi diferente no Cense. A escolarização é a principal atividade dos adolescentes e com a pandemia foram necessárias adequações para a garantia desse direito. A princípio o DEASE-Departamento de Atendimento Socioeducativo do Paraná decretou que os professores em teletrabalho planejavam atividades e as enviariam aos adolescentes e essas seriam realizadas com acompanhamento pedagógico nos Censes. Essa retomada, mesmo que longe das condições ideais, ocorreu em junho/julho de 2020. As atividades nem sempre foram recebidas com entusiasmo, devido às defasagens curriculares e dificuldades de aprendizagem dos adolescentes privados de liberdade, além de certo desinteresse pelas tarefas, o que motivava reclamações por parte dos alunos. Mas mesmo que não ideal era um contato com a escola, o qual possibilitou inclusive a conclusão de disciplinas, para alguns adolescentes, pois as atividades eram devidamente computadas e avaliadas. Tempos depois, conseguimos incluir aulas via aplicativo *meet*, o que tornou as aulas mais atraentes e trouxe proximidade com os professores, inclusive propiciando melhor aprendizagem na interação com os docentes, o que não ocorria no modelo de atendimento anterior. Ao final de outubro de 2020, veio outra instrução possibilitando o retorno escalonado de docentes, mesmo com resistência do Sindicato e alguns docentes conseguimos o retorno dos professores presencial, mas não ainda em sala de aula: apenas para orientação distante das atividades. No retorno presencial dos professores havia muito medo/receio pelos riscos da pandemia, tanto para discentes como para docentes. Com muitas reuniões, conversas e sensibilização conseguimos, em novembro de 2020, o retorno presencial escalonado. Esse retorno foi conforme carga horária, dessa forma: uma vez na semana para quem trabalhava 20 horas/aulas e duas vezes para docentes que lecionavam 40 horas;/aulas. Tal retomada se deu com todos os cuidados sanitários: distanciamento, máximo de quatro alunos por sala, uso de álcool em gel e máscaras. Esse retorno foi muito comemorado, especialmente, pelos discentes, os quais sofriam com a ausência satisfatória do cumprimento desse direito. Tempos depois, conseguimos dobrar a carga-horária presencial dos professores, ampliando o tempo em sala de aula dos educandos. No primeiro trimestre de 2021 houve resolução, ampliando a escala, conforme necessidades das unidades. No entanto, como já estávamos com uma escala ampliada e discutida com os docentes, não tivemos necessidade de ampliação. Em julho do corrente ano outra resolução determinou o retorno dos professores com carga horária total presencial, e neste momento conseguimos propiciar um atendimento escolar satisfatório, com as medidas sanitárias necessárias e a eliminação do intervalo escolar como medida sanitária adicional. Nesse momento estamos com número reduzido de adolescentes, cerca de 50% da capacidade e parte da carga horária dos professores fica para planejamento escolar. No entanto, o atendimento escolar não é prejudicado.

Palavras-chave: socioeducação; educação na pandemia; escolarização.

TELAS EM DIÁLOGO 4

**Problematizando e revisitando o fazer socioeducativo
em tempos de pandemia**

A EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 - relatos de experiência

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, renatahdo@gmail.com

Juliana Biazze Feitosa

Universidade Federal do Tocantins, juliana_biazze@yahoo.com.br

Ana Maria Campos Machado

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, Casa de Semiliberdade de Cascavel,
anamcmachado@sejuf.pr.gov.br

O estabelecimento de relações de confiança e a garantia de direitos sociais são princípios basilares para a execução da semiliberdade. A principal característica desta medida socioeducativa é a intensificação de atividades externas à unidade sob a supervisão e tutela da equipe multidisciplinar, condição prejudicada com a pandemia da Covid-19, exigindo um redesenho de nossas práticas. Neste estudo discute-se o quanto a pandemia da Covid-19 influenciou a execução da semiliberdade, considerando que o acompanhamento psicossocial continuou e os adolescentes, em geral, passaram a cumprir a medida em seus domicílios, aproximando nossa prática da Liberdade Assistida. Trata-se de um relato de experiência de duas Casas de Semiliberdade, que diante da pandemia da Covid-19 precisaram construir novas metodologias de trabalho, dentre elas: potencializar o uso de ferramentas tecnológicas para o atendimento de famílias e estudos de caso com a rede, as visitas domiciliares com atendimentos técnicos, o trabalho conjunto com a rede de proteção e comunitário, objetivando colaborar para garantir o mínimo social da família, que tiveram agravadas as vulnerabilidades sociais com a pandemia. Realizar as ações citadas foram fundamentais para conseguir executar a medida socioeducativa sem maiores prejuízos. Entendendo que a pandemia interferiu nas rotinas sociais e de trabalho das famílias devido a imposição de barreiras sanitárias, as equipes socioeducativas passaram a realizar visitas domiciliares periódicas e efetivaram a articulação comunitária para a garantia da segurança alimentar dos adolescentes, por meio da articulação com os serviços socioassistenciais e arrecadação de cestas básicas. Utilizar a sede da semiliberdade para os atendimentos técnicos, acompanhamento da escolarização, profissionalização e preparação para o encaminhamento ao mercado de trabalho, assim como conduzir os adolescentes para as atividades previstas no Plano Individual de Atendimento também foram estratégias utilizadas para efetivação da semiliberdade. Desafios e possibilidades acompanharam esse processo. Os adolescentes que cumpriam a semiliberdade por um período maior antes de passarem a cumprir a referida medida integralmente no seio familiar não apresentaram dificuldades significativas para dar continuidade ao PIA. O mesmo não aconteceu com os que estavam no início do cumprimento da medida e/ou foram inseridos posteriormente na modalidade remota, mostrando a importância do fortalecimento dos vínculos e das fases do atendimento socioeducativo. A não possibilidade de contato direto com os adolescentes escancarou que a execução da medida de semiliberdade ainda se amparava na lógica da repressão. Com a não mais existência do controle direto e a constatação de que as práticas deveriam se sustentar na garantia de direitos sociais, as ações profissionais se direcionaram a um maior contato com a rede e em uma articulação com foco na possibilidade de acesso dos adolescentes e famílias aos serviços e políticas, objetivando assim a redução de vulnerabilidades. Apesar da crise sanitária, econômica e social potencializada pela pandemia, executar a semiliberdade neste contexto evidenciou o quanto o trabalho no território, em rede e o cuidado em liberdade são frutíferos para o alcance dos objetivos da medida socioeducativa, apontando a institucionalização como último recurso.

Palavras-chave: medida socioeducativa; semiliberdade; novas metodologias; cuidado em liberdade; prática profissional.

PROPOSTA INSTITUCIONAL DE APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE - projeto piloto considerando os impactos pandêmicos

Alexandra de Campos Bittencourt

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anunciação

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE),
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Tamara Aparecida Maciel

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE), tamara-maciel@fase.rs.gov.br

O presente trabalho apresenta uma proposta de projeto institucional de aprimoramento da execução da semiliberdade, tendo como base a experiência de trabalho desenvolvida durante a pandemia e com vistas a manter a segurança dos adolescentes e servidores quanto à contaminação por COVID-19. Nesse período de pandemia a equipe desenvolveu novas formas de atendimento, já que as atividades presenciais foram suspensas e foi necessário a realização de acompanhamento à distância. A partir dessas novas práticas na execução da semiliberdade foram observados resultados positivos, no que se refere à qualificação do trabalho socioeducativo. Foi possível manter um acompanhamento eficaz aos socioeducandos, com inserções efetivas em cursos de aprendizagem e qualificação, escola e mercado formal de trabalho. Assim, a equipe entende que algumas práticas podem ser testadas e, talvez, adotadas em período pós-pandemia, caso se mostrem mais eficazes no cumprimento dos objetivos da semiliberdade. Propor novas metodologias de trabalho se justifica por dois aspectos: a pandemia que ainda não se encerrou e os resultados positivos observados nesse período frente a novas abordagens desenvolvidas na semiliberdade. Entende-se como importante a adoção de novas formas de trabalho para a manutenção dos protocolos de prevenção à Covid-19 desenvolvidos pela equipe, bem como a adoção das orientações da Cartilha do Adolescente - Ações de Prevenção à Covid-19. Tais documentos foram construídos pela equipe socioeducativa ao longo da pandemia, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), dos decretos do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, bem como orientações municipais e da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE). Além disso, o projeto institucional de aprimoramento da execução da semiliberdade visa qualificar o atendimento socioeducativo, aliado a uma responsabilização mais efetiva do adolescente, por meio de ações pedagógicas que focam no maior desenvolvimento da autonomia do jovem, na execução das suas metas do PIA (Plano Individual de Atendimento) e no alcance dos objetivos das medidas socioeducativas. Nesse período houve maior vinculação dos adolescentes com suas famílias ou responsáveis. Constatou-se que a família precisou assumir mais responsabilidades com o adolescente, acompanhando-o nos encaminhamentos. A equipe socioeducativa realizou de forma mais efetiva atendimentos específicos para cada situação familiar. Cabe ressaltar que as visitas domiciliares *in-loco* são realizadas sempre que a equipe entende ser necessário, sendo obrigatório a visita domiciliar inicial, durante a construção do PIA. As visitas domiciliares favorecem a compreensão do contexto e dinâmica familiar. A equipe do Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul (Casemi) vem executando essa metodologia, que está sendo testada como projeto piloto ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro de 2021, e em dezembro serão avaliados os resultados, com realização de ajustes conforme necessário. Nesse sentido, torna-se necessário o apoio e envolvimento da Diretoria Socioeducativa da FASE, Juizado, Promotoria e Defensoria Pública. Houveram momentos de discussão para que essas instâncias institucionais também pudessem contribuir com seus olhares, ponderações e orientações, para que o trabalho seja desenvolvido dentro da legalidade.

Palavras-chave: semiliberdade; pandemia; aprimoramento; qualificação; responsabilização.

SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - entre possibilidades e desafios

Heloyza Ribeiro Garcia

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), heloyza7799@gmail.com

Silmara Carneiro e Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), scsilva@uepg.br

Este trabalho é resultado de reflexões desenvolvidas por integrantes do setor pedagógico de um centro de atendimento da Fundação CASA/SP acerca do trabalho desenvolvido durante o período pandêmico. Trata-se de um relato de experiência, que teve como objetivo dialogar sobre a prática vivenciada no ambiente socioeducativo, considerando-se as dificuldades e desafios que emergiram ante o trabalho. A pandemia ocasionada em decorrência da propagação do novo coronavírus causou um forte impacto em todo o mundo, e esse impacto foi sentido na educação e de maneira muito particular, na socioeducação. Em nossa metodologia, apresentaremos alguns momentos vividos pela socioeducação no estado de São Paulo. No primeiro momento nos deparamos com situações complicadas, onde o medo foi geral. Havia incertezas em relação a tudo. Aos poucos, os parceiros suspenderam suas atividades nos centros de atendimento. A instituição afastou as pessoas que pertenciam ao grupo de risco de desenvolverem a doença. Quem permaneceu trabalhando, fazia escala de revezamento, estando uma semana in loco e outra em teletrabalho. Foi preciso dialogar com a equipe para estabelecer possibilidades de desenvolver o trabalho de forma presencial e virtual. O primeiro desafio posto foi como lidar e desenvolver um trabalho de qualidade com aproximadamente 50 adolescentes e uma equipe técnico-pedagógica reduzida ao extremo. Compreendeu-se que vivíamos um momento excepcional, no qual não seria possível garantir os direitos básicos, como acesso à escola, qualificação profissional, atividades culturais, esportivas e de lazer. Mas, era o momento de zelar pela saúde de todos. Não poderíamos deixar de garantir o atendimento aos adolescentes, e em parceria com a equipe de segurança foi possível que a equipe pedagógica desenvolvesse atividades propícias ao momento delicado que enfrentávamos, muitas dessas atividades eram de lazer. Enfrentávamos dificuldade para realizar o trabalho burocrático, pois se o priorizássemos não conseguiríamos garantir o atendimento direto aos adolescentes. Aos poucos o teletrabalho foi sendo estabelecido, e as pessoas afastadas passaram a colaborar com quem estava presencialmente, mas demorou alguns meses para que esta realidade se estabelecesse e pudesse apresentar resultados. Com o passar dos meses fomos nos reorganizando, aprendendo a lidar com ferramentas que possibilitaram que intermediássemos as atividades remotas desenvolvidas pelos parceiros e pela escola. Em outro momento encerrou-se o revezamento da equipe presencial, houve diminuição do número de adolescentes internados, o que possibilitou uma nova reorganização do trabalho e a garantia dos direitos mínimos como acesso à escola, profissionalização, etc. Em 2021 com o início da vacinação e o retorno progressivo de todas as atividades presenciais e dos parceiros passamos a enfrentar outras dificuldades, dentre as quais o negacionismo acerca da pandemia e do que ela ocasionou no mundo. Embora tenhamos passado por situações diversas, perpassadas por medo, incertezas e muitas perdas, não se perdeu de vista a preocupação da equipe com os adolescentes e vínculos foram fortalecidos entre estes, pois a única relação estabelecida com familiares era por contato telefônico, virtual ou por meio de cartas.

Palavras-chave: socioeducação; pandemia; práticas.

DESAFIOS E PRÁTICAS DE RESSIGNIFICAÇÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Luciene de Jesus Nery

Secretaria de Segurança Pública, luenery@hotmail.com

Bruno Garbelini

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná (SEJUF), brunogarbelini18@gmail.com

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a responsabilização, por atos delitivos, as medidas socioeducativas oferecem a promoção de intervenções, e a possibilidade de desenvolvimento nos adolescentes de outros olhares sobre seus cotidianos, ressignificando assim suas práticas, e quem sabe seu contexto de vida, facilitando a construção de novos projetos para o futuro. Um dos maiores desafios dentro desse universo confinamento surge quando o mundo se vê imerso em uma pandemia ainda não vivenciada por esta geração. A necessidade de compreender o isolamento social, e todas as medidas aplicadas para salvar a saúde de todos, dentro de um ambiente de reclusão, torna o período de cumprimento da medida socioeducativa ainda mais desafiador, tanto para internos, quanto para os profissionais que com eles lidam. Nesse sentido a equipe do Centro de Socioeducação de São José dos Pinhais/ PR (CENSE), uma unidade de privação de liberdade masculina, buscou desenvolver atividades, e aperfeiçoar as já existentes, para que os meninos em cumprimento de medida socioeducativa pudessem lidar com esse momento de maneira a compreender o contexto, perceber seus sentimentos em relação à esta realidade, e repensar suas condutas sociais. Assim iniciou-se a prática de oficinas denominadas de “*Conversando com os adolescentes*”, nas quais técnicos se reuniam com pequenos grupos, respeitando todas as normas de distanciamento e higienização do espaço, para pautar assuntos que fazem parte do cotidiano social, fornecendo através de vídeos, filmes, músicas, e formas de sensibilização para o tema, elementos para que os adolescentes pudessem expressar sua compreensão, e repensassem seus comportamentos, fazendo considerações, respeitando as diversas opiniões surgidas, e exercitando seu direito de expressão e pensamento. Muitas considerações importantes surgiram nesses momentos, nos quais os mesmos faziam conexões com leituras que realizaram a partir de outro projeto, que na pandemia se tornou mais robusto, o qual foi o aumento do acervo, e o acesso mais frequente à biblioteca, que possui títulos variados, e que atendia às mais diferentes faixas de letramento dos internos. Percebeu-se que possibilitar acesso à leitura e à discussão de temas inerentes, tanto à faixa etária, como ao cotidiano da população, suscitou em muitos daqueles adolescentes novas maneiras de compreensão de mundo, fazendo-os entender de forma mais clara suas opções de conduta, e a responsabilidade advinda delas. A cada reunião, como produto das discussões era proposta alguma atividade mais lúdica, ou de criação de um objeto, como por exemplo “filtro dos sonhos”, algo comum nesse ambiente de confinamento, mas que naquele momento deixava de ser algo para “passar o tempo”, e se tornava símbolo de uma tarde de conversa sobre um tema delicado como o comportamento suicida, além de outros momentos com outros temas também relevantes. Acreditamos que oportunizar espaços como estes, de conhecimento e discussão, possa possibilitar a estes adolescentes isolados da sociedade, por determinação jurídica, a compreensão de que eles possuem voz, e podem exercitá-la de forma assertiva, sendo respeitados e respeitando o que lhe é diferente, sendo um instrumento de ressignificação de condutas, e facilitador de outros projetos de vida.

Palavras-chave: acolhimento; ressignificação; socioeducação.

SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: medidas de contingência ao novo coronavírus nas unidades socioeducativas no estado do Paraná

Valéria Regina Valério de Carvalho Frederico
Fundação CASA, valeria250485@gmail.com

Diego Frederico da Silva
Fundação CASA, prof.filosofia.diego@gmail.com

Josilene Maria da Silva
Fundação CASA, joyccemenina@hotmail.com

Vilma Moreira de Oliveira Ribeiro
Fundação CASA, vilmamoribeiro@yahoo.com.br

Daniela Aparecida Araújo de Sousa
Fundação CASA, fernandogsdani@gmail.com

No dia 31 de dezembro de 2019 foram notificados os primeiros casos que vieram a ser identificados como de contágio pelo novo coronavírus, na cidade de Wuhan, na China. Desde então, os casos só aumentaram e se espalharam cada vez mais pelo mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, definiu o surto da doença como uma pandemia. Desde então, começou-se a viver um período de grandes incertezas. Os diferentes setores da sociedade foram obrigados a mudar suas rotinas, se adaptando às exigências sanitárias. Um amplo conjunto de normativas foi constituído para regulamentar as questões da pandemia, nas mais diferentes áreas. Inscrito nesse contexto, a socioeducação também passou por adaptações, principalmente nas unidades de privação de liberdade. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as principais normativas que regulamentaram o conjunto de medidas de contingência de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus nas unidades socioeducativas do Estado do Paraná. A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória e se baseou em estudo documental junto do conjunto de normativas que regulamentaram a matéria no Estado. O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho e do Departamento de Atendimento Socioeducativo emitiram, em 18 de março de 2020, a Portaria nº 01/2020, que sucintamente abordou sobre a suspensão das atividades, sobre a adaptação dos espaços físicos para a entrada de novos adolescentes. Em 19 de março de 2020 foi emitida Recomendação Conjunta que dispôs sobre medidas para o enfrentamento a Covid-19, com vistas a mitigar a potencialidade de contaminação. Foi proposto ainda medidas em relação a reavaliação das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, podendo receber progressão para meio aberto, ou remissão, ou suspensão. No dia 06 de maio de 2020, o poder executivo do Estado do Paraná emitiu a Portaria nº 02/2020, a qual complementou as medidas da Portaria nº 01/2020 quanto ao número de vagas e remanejamento dos adolescentes no Estado e ao estabelecimento do fluxo e manejo dos adolescentes nas unidades socioeducativas. No mesmo mês, foi publicado o Manual de Fluxo, Manejo, Proteção e Prevenção: Covid-19 e Socioeducação, que estabeleceu orientações para as instituições socioeducativas sobre as atividades envolvendo profissionais e adolescentes. Consta no documento informações sobre como utilizar os equipamentos de proteção, sobre a higienização pessoal, de roupas e ambiente, assim como demarcação das áreas de isolamento dentro das unidades com o objetivo de realizar os atendimentos e procedimentos adequados para o atendimento dos adolescentes. Sendo assim, considerando que os mesmos são vulneráveis, foi necessário desde então, o estabelecimento de ações emergenciais visando a atenção especial em relação ao contingenciamento da propagação do vírus e dos atendimentos aos casos suspeitos e confirmados. Portanto, considera-se que as portarias foram essenciais e se complementaram estabelecendo, com brevidade, o conjunto de diretrizes necessárias para que os atendimentos nas unidades pudessem acontecer da melhor forma possível durante a pandemia. Ultrapassou-se ainda a mera regulação da matéria uma vez que as informações foram traduzidas didaticamente através do Manual Covid-19 e Socioeducação.

Palavras-chave: socioeducação; unidades socioeducativas; pandemia de covid-19; medidas de contingência.

CONTEXTO PANDÊMICO E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: um processo catalisador de violações?

Lívia Rebouças da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN), liviareboucasc@gmail.com

Olívia Maria de Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN), almeidaolivia22@gmail.com

Ilana Lemos de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN) e do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid/UFPB), ilanalemos.paiva@gmail.com

Ao integrar uma sociedade que se caracteriza como cisheteropatriarcal-racista-capitalista, o Sistema Socioeducativo se materializa em mais um espaço de opressão sobre grupos subalternizados, especialmente os racializados e periféricos. Tal dinâmica diz respeito aos processos de criminalização e de penalização seletivos, à precariedade na infraestrutura e na operacionalização dos serviços socioeducativos e à produção contínua de violência estrutural, dentre outros elementos que, diante do contexto de pandemia da Covid-19, apontam para agudização dos desafios para lidar com o conjunto dos impactos desta devastadora doença. As gestões das unidades socioeducativas tomaram medidas para garantir o distanciamento e isolamento social, como a suspensão das aulas presenciais e visitas familiares, cuja reavaliação dos indicadores de contaminação, óbito, recuperação e vacinação tem ocasionado a flexibilização para retomada paulatina das atividades. Do mesmo modo, os Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura retomaram as inspeções e publicaram Notas Técnicas e Relatórios que discorrem sobre a condição destas instituições e indicam recomendações aos órgãos e entidades diretamente ligadas a seu funcionamento. Neste sentido, este trabalho objetiva apresentar aspectos estruturantes das condições das unidades socioeducativas no contexto pandêmico, a partir de uma análise documental das publicações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) dos anos de 2020 e 2021. Dentre as informações levantadas nos referidos documentos, destacam-se: a) a superlotação institucional; b) a ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de testes; c) a disseminação da contaminação em populações totais de algumas unidades socioeducativas; d) o aumento do tempo de permanência de adolescentes nos alojamentos; e) denúncias de práticas de tortura disseminadas; f) a realização de audiências por videoconferências; e g) condições inadequadas nos espaços físicos, como a presença de insetos, e a não circulação de ar nos alojamentos, dentre outras violações de direitos. Outro aspecto que chama atenção nos relatórios refere-se ao impacto sobre a saúde mental dos/as adolescentes e jovens privados/as de liberdade. A distância de suas casas, a ruptura das relações familiares e comunitárias e os processos de sofrimento relativos à internação não só dizem da realidade socioeducativa, mas provocam a urgência de fortalecimento de vínculos afetivos e de se priorizar a garantia de uma atenção integral à saúde nas redes de base territorial. Outro aspecto de destaque nos relatórios foi a realização de audiências em formato remoto. Esta medida merece a devida problematização em face de carregar consigo fragilidades que podem ocasionar sérias repercussões no sigilo das informações prestadas, na privacidade e na proteção desses/as adolescentes e jovens, e consequentemente na garantia de seus direitos de defesa. Desta forma, conclui-se que, mesmo diante de um contexto que exige uma maior atenção para a garantia e defesa de direitos da população juvenil privada de liberdade, esta permaneceu em situação não só de desassistência, mas também de penalização, por meio de práticas de tortura, o que, além de produzir sofrimento para tais sujeitos/as, atesta o quão estes/as são destituídos/as de sua humanidade pelo conjunto da sociedade.

Palavras-chave: sistema socioeducativo; prevenção à tortura; covid-19.

TELAS EM DIÁLOGO 5

Modos alternativos de fazer socioeducação em tempos de pandemia

ARTE E INTERVENÇÃO URBANA

Juliana Duarte Arraes

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), juliana.arraes@gmail.com

O projeto foi criado para proporcionar aos adolescentes com demandas prioritárias de atendimento presencial uma experiência socioeducativa de cunho artístico e cultural, em espaços ao ar livre, com vistas a fomentar a produção autoral e o engajamento no cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, respeitando as regras de distanciamento social e evitando a situação de descumprimento. Sua metodologia é dividida em 4 momentos: 1) roda de conversa sobre temas propostos pela equipe e temas apresentados pelo grupo, ao longo dos diálogos. Nessa fase, a equipe socioeducativa se divide entre duas principais funções: a) “problematizadora” dos assuntos trazidos à roda para fomentar os diálogos e incentivar o aprofundamento das reflexões surgidas no grupo; b) “registro” das falas feitas por cada participante, em formas de frases, em cards. Para esta função, destaca-se a necessidade de abertura e atenção para a maior quantidade de falas possíveis, de modo a não “filtrar” conteúdos, mas registrar a riqueza trazida pelos participantes. 2) leitura dos cards pelos participantes da roda, como forma de valorizar os conteúdos que foram apresentados. Nessa fase, os adolescentes podem reconhecer suas falas durante as leituras, ressignificar a importância de suas contribuições ao debate promovido, estabelecer novas formas de diálogo com as contribuições dos demais participantes e elencar, entre todo o conteúdo apresentado, os cards que mais gostaram. 3) transformação dos cards em cartazes. Nessa fase, os participantes digitam no computador as frases, formatam os textos com tipos de fontes e tamanhos de letras, de acordo com o que acham mais bonito e, por fim, imprimem esse novo material. Também há espaço para a composição com outras linguagens, como a colagem de imagens, o desenho e a pintura. Neste momento, os conteúdos produzidos pelo grupo ganham uma nova dimensão estética e também outros significados de cunho artístico. 4) passeio pela cidade e colagem dos cartazes (lambe-lambe) em locais públicos. Nesta fase, os conteúdos autorais passam a intervir diretamente na cidade e ganham, por si, autonomia em relação à sua dimensão artística. Os adolescentes são convidados a refletirem sobre esse deslocamento que vai da reflexão, passa pela criação e chega na autonomia de suas obras, em relação às expectativas que tinham com o próprio processo criador. Ao longo dos encontros, foi possível observar que o projeto despertou o interesse dos adolescentes pelo processo de criação artística, estreitou vínculos entre os mesmos e possibilitou momentos de lazer e prazer durante a construção da experiência socioeducativa. Avaliamos que dentro das condições materiais objetivas e dos limites impostos pela situação pandêmica, o projeto de Arte e Intervenção Urbana foi exitoso, pois inaugurou uma possibilidade de trabalho em grupo mantendo a perspectiva histórica da GEAMA Paranoá e Itapoã do trabalho com metodologias ativas que valorizam o protagonismo dos adolescentes e jovens, ao mesmo tempo em que atendeu às exigências do momento. Vale ressaltar que em agosto de 2021 o projeto foi retomado e realizou mais um ciclo de atividades, desta vez para caracterizar a nova sede da GEAMA, inaugurada em julho.

Palavras-chave: arte; intervenção urbana; metodologia ativa; trabalho em grupo.

DIÁRIO DE APRENDIZAGEM - Meu projeto de vida após os 45 dias

Alfredo Silva

Universidade Federal do Pará, alfredobarros.professor@gmail.com

Andréia Fonseca

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), andrea.silva40@gmail.com

Aderli Tavares

Universidade do Estado do Pará (UEPA), aderli.tavares@uepa.br

João Tavares

Secretaria de Estado de Educação do Pará, gomestavaresnetojoao@gmail.com

Orlando Souza

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, orlandos@ufpa.br

No contexto da pandemia que assola nosso país, encontramos como estratégia para manter a escolarização no Centro Feminino de Internação Provisória – CEFIP, o uso de diários onde as adolescentes podem produzir e registrar os momentos e atividades que participam, podendo relatar o seu próprio processo que levou a internação assim como podem expressar sentimentos e emoções. As atividades foram planejadas levando em consideração que seriam aplicadas pelos educadores plantonistas uma vez que houve a decretação de lockdown. Também utilizamos com certa frequência a aula remota utilizando videoconferência. A participação dos educadores/monitores da Instituição que abriga as adolescentes – FASEPA, foi fundamental neste processo. Os diários são entregues após a sensibilização do tema onde se utilizou trechos de filmes e documentários que abordam o universo da escrita e sua importância para o desenvolvimento da humanidade. Primeiramente os diários são customizados sendo adotados diferentes técnicas, assim como são nomeados e onde se inicia um processo de pertencimento. A cada encontro busca-se sensibilizar a aluna para o uso do diário adotando diferentes atividades, como a leitura de um poema ou de uma letra de música. Uma vez que as adolescentes que se encontram custodiadas no CEFIP e permanecem por cerca de 45 dias na unidade aguardando a conclusão do processo judicial em que estão arroladas, as atividades da escola são planejadas pensando na dinâmica de entrada e saída destas jovens que são provenientes de diferentes municípios, possuindo idades e níveis de escolarização diferentes. Após a definição do teor da sentença judicial, as adolescentes devem levar com elas o diário. Os resultados colhidos estão sendo considerados promissores uma vez que notamos a participação efetiva das adolescentes que abraçam a atividade permitindo fazer dos diários um registro de sua rotina na unidade assim como dos seus pensamentos, emoções e sentimentos. Os mesmos estão sendo considerados importantes para incentivar a escrita, o aprendizado e reforçar a importância da retomada da vida escolar, uma vez que a maioria se encontra fora da escola. A partir da ideia de que as adolescentes podem e devem continuar seus registros são trabalhados conceitos referentes à importância do ato de ler e escrever, assim como da importância do espaço de escolarização e de como esta pode transformar suas vidas e estas transformarem a realidade.

Palavras-chave: socioeducação; diário; escolarização.

PSC VIRTUAL - Protagonismo Juvenil e Inclusão Social por meio das TICs

Bianca Cristine Gomdie Costa

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, biacgc@gmail.com

Dayane Silva Rodrigues

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, dayanesr@yahoo.com.br

Este trabalho relata o desenvolvimento e execução de uma Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) virtual desenvolvida por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como forma de dar uma alternativa ao cumprimento das PSCs no período da Pandemia de Coronavírus. A PSC teve como objetivos: (a) promover reflexões com os adolescentes acerca do cenário global e local de propagação do Coronavírus e seus impactos; (b) fomentar discussões sobre perspectivas de futuro pós pandemia; (c) proporcionar maior familiaridade dos adolescentes com as TICs como estratégia de inclusão digital; (d) ampliar o senso de cidadania e o protagonismo juvenil nas redes sociais, possibilitando um engajamento digital consciente; e (e) desenvolver, juntamente aos jovens, produtos audiovisuais informativos como forma de devolutiva social. A PSC foi ofertada às 15 Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) que compõem o sistema socioeducativo do Meio Aberto do Governo do Distrito Federal, tendo tido adesão de sete GEAMAS. Cada GEAMA indicou servidores que atuaram como tutores no projeto. Os tutores participaram de reuniões semanais de formação que tinham como foco qualificar a atuação dos servidores no planejamento, mediação e aplicação de atividades online; proporcionar conhecimentos introdutórios em ferramentas de edição de imagens e vídeos; fornecer suporte às dificuldades e dúvidas na aplicação do projeto. As atividades da PSC foram aplicadas em grupo por meio de aplicativo de mensagens, ficando cada GEAMA responsável pelo envio e acompanhamento das atividades de seus adolescentes. Foram enviadas 8 atividades pedagógicas, sendo uma por semana, com o auxílio de vídeos, textos, imagens, áudios, músicas, charges e outros recursos. As atividades versaram sobre as seguintes temáticas: quem sou eu; o que é PSC; O que é Pandemia e como me cuidar; Coronavírus e questões sociais e econômicas: onde buscar ajuda; Como o Coronavírus afetou a minha vida; O futuro que eu quero pra mim; Qual o papel de cada um na superação do Coronavírus; Quem está em risco ou está se colocando em risco por nós; e Como eu posso ajudar. Como forma de devolutiva social da PSC, a cada semana eram criados pelos tutores, em parceria com os adolescentes, artes visuais e/ou vídeos a partir dos temas debatidos para compartilhamento em redes sociais. Concomitantemente, os adolescentes foram inseridos em curso de Design Gráfico, ofertado pela empresa Collab Design com vídeo-aulas semanais de 2h. Tal curso representou a oportunidade de qualificação profissional aos jovens do projeto. As atividades mediadas pelos tutores fomentaram diálogos sobre temas contemporâneos favorecendo o senso crítico dos adolescentes. As discussões e colaboração dos jovens na criação de artes visuais e vídeos informativos possibilitaram o desenvolvimento de cidadania e protagonismo juvenil pelos adolescentes, bem como maior familiaridade dos adolescentes com as TICs em educação como estratégia de inclusão digital e protagonismo juvenil. Em termos quantitativos, foram inseridos na PSC Virtual 47 adolescentes, dos quais aproximadamente 60% (n=28) concluíram as atividades. A PSC gerou ainda 51 produtos audiovisuais informativos, sendo eles 31 artes visuais e 20 vídeos informativos sobre as temáticas do projeto.

Palavras-chave: prestação de serviço à comunidade; socioeducação; tecnologias de informação e comunicação.

PSC CONEXÃO - Desenvolvimento de Habilidades Sociais Online como alternativa ao cumprimento presencial

Marina de Figueiredo Coelho

GEAMA Taguatinga (SEJUS-DF), marina.coelho@sejus.df.gov.br

Karine Coeli Barbosa Cunha

GEAMA Taguatinga (SEJUS-DF), karine.cunha@sejus.df.gov.br

Fabíola Alves da Silva Nascimento

GEAMA Samambaia (SEJUS-DF), fabiola.nascimento@sejus.df.gov.br

Sulamita Avelina Soares

GEAMA Taguatinga (SEJUS-DF), sulamita.soares@sejus.df.gov.br

Nelson de Almeida Silva

GEAMA Taguatinga (SEJUS-DF), nelson.almeida@sejus.df.gov.br

Trata-se de projeto de execução direta para cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, de forma virtual. O projeto iniciou-se mediante a impossibilidade de cumprimento presencial das medidas de PSC em virtude da pandemia da Covid-19. Objetiva oportunizar uma alternativa de acesso ao cumprimento da medida de PSC. Utiliza-se do Treinamento de Habilidades Sociais como base às atividades propostas virtualmente aos/as socioeducandos/as, buscando assim fortalecer o Protagonismo Juvenil por meio da ampliação do repertório de habilidades sociais na interação com o outro e consigo mesmo. O público-alvo são os/as adolescentes e jovens em cumprimento da medida de PSC, vinculados à GEAMA Taguatinga. Após acolhimento e esclarecimentos ao jovem acerca da medida socioeducativa de PSC, é apresentado a ele e seus responsáveis a possibilidade de cumprimento por meio da realização de atividades da PSC Conexão. O/A socioeducando/a deve possuir acesso à internet e aplicativo *Whatsapp* para o envio e recebimento das atividades. A PSC é composta por 8 atividades semanais contendo vídeos, textos, imagens, bem como uma tarefa que o/a jovem deve realizar e enviar até o fim da semana à sua equipe de referência. As atividades são enviadas ao/à jovem de forma individual, sendo fornecido suporte da equipe à realização das mesmas, bem como realizadas reflexões a partir das respostas dadas. As atividades trabalham as seguintes temáticas: Contando a minha história; O que são habilidades sociais?; Aprendendo a gerenciar as minhas emoções e relações; E agora, como resolver?; Sim ou não? Quem sou eu e para onde vou?. Os temas objetivam o desenvolvimento das seguintes habilidades: autoconhecimento; conhecimento das habilidades sociais; autocontrole; empatia; comunicação; resolução de problemas; assertividade e construção de projeto de vida. Ao final é realizada junto ao/à jovem uma avaliação de seu processo, bem como suas percepções acerca das atividades e da PSC. Em avaliação realizada com 15 jovens que concluíram a PSC Conexão, 93,3% afirmaram acreditar que o desenvolvimento das habilidades sociais os ajuda em seu dia a dia, bem como afirmaram terem gostado dos materiais trabalhados. Em avaliação com a equipe, foi unânime a percepção de que a PSC Conexão foi um projeto que deu certo, sendo hoje a principal via para o cumprimento de medidas de PSC da GEAMA Taguatinga. Como pontos positivos da PSC Conexão destaca-se a flexibilidade de horários em que o jovem pode realizar suas atividades, possibilitando o cumprimento da medida a jovens que trabalham e estudam ou que possuem dificuldades financeiras para locomoção até a Gerência, dentre outras situações particulares. Ressalta-se ainda o benefício da execução da PSC pela própria GEAMA, o que resulta em maior proximidade da equipe socioeducativa de referência, potencializando o caráter ressocializador da medida. Por fim, observa-se que o desenvolvimento das habilidades sociais possibilita aos/as jovens terem recursos pessoais para lidarem com as situações do dia a dia, auxiliando-os/as na resolução de problemas, bem como em seus relacionamentos interpessoais e seu posicionamento na sociedade, o que pode ser fator protetor no afastamento da trajetória infracional.

Palavras-chave: socioeducação; habilidades sociais; prestação de serviços à comunidade.

RELATO DE BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA PANDEMIA - Principais estratégias considerando o contexto pandêmico e social

Alexandra de Campos Bittencourt

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Daniela Andrade da Anunciação

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE),
daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Tamara Aparecida Maciel

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE), tamara-maciel@fase.rs.gov.br

O presente trabalho traz um relato de boas práticas desenvolvidas na execução da medida de semiliberdade durante a pandemia. O Centro de Atendimento em Semiliberdade (CAS) de Caxias do Sul, uma unidade executora da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul - FASE, passou por inúmeras adaptações dos processos de trabalho, a fim de suprir as demandas do cenário pandêmico. De março a outubro de 2020, devido à pandemia, houve a suspensão das atividades presenciais e o acompanhamento dos adolescentes e jovens foi realizado à distância, diariamente, através de contatos telefônicos, videochamadas ou visitas domiciliares. De novembro de 2020 até agosto de 2021, houve a retomada gradual do atendimento presencial, através de cronograma de comparecimentos semanais dos socioeducandos. Recentemente a equipe elaborou uma proposta a ser desenvolvida nos meses de setembro a dezembro de 2021, visando ao aprimoramento da execução da medida de semiliberdade, bem como manutenção da segurança dos adolescentes e servidores quanto à contaminação por Covid-19. Para o desenvolvimento dessa proposta há o envolvimento da equipe do CAS, gestores da FASE e poder judiciário, sendo que todos os envolvidos avaliarão em conjunto os resultados obtidos nesse período. Ao longo da pandemia a unidade de semiliberdade desenvolveu estratégias, considerando o contexto pandêmico e social, sendo as principais: construção de protocolos com orientações e procedimentos aos servidores quanto à proteção e prevenção a Covid-19; cartilha dos socioeducandos – ações de prevenção a Covid-19 na semiliberdade; projeto de confecção de máscaras de proteção junto ao socioeducando e sua família; auxílio às famílias com fornecimento de cestas básicas e kit de proteção a Covid-19 (máscaras, álcool em gel e produtos de limpeza) e ações de empregabilidade visando à inserção dos jovens que cumprem a medida socioeducativa de semiliberdade no mercado do trabalho. Nesse período constatou-se que a semiliberdade é uma medida que sempre necessitou de maior flexibilidade, o que contribuiu para as mudanças necessárias na rotina. O contexto pandêmico exigiu experimentar uma nova forma de acompanhamento na semiliberdade, com mais autonomia dos adolescentes, estando mais inseridos na sua comunidade e família. Esse fator contribuiu para um maior envolvimento e aproximação das famílias com os socioeducandos, pois a família precisou envolver-se mais nos encaminhamentos orientados pela equipe. Observou-se também a redução dos abandonos da medida por fugas, evasões e deserções. Inclusive, desde o início da pandemia não ocorreu nenhuma fuga. A diminuição da tensão institucional foi outro fator observado e considerado muito importante, pois os socioeducandos passaram a aderir às atividades de forma mais tranquila. Os principais desafios percebidos têm sido a vinculação escolar, rearticulação com a rede de atendimento, aprimoramento do acompanhamento à distância dos socioeducandos, o acirramento das vulnerabilidades sociais entre as famílias, as alterações nos fluxos de trabalho entre instituições executoras das medidas e judiciário, e a necessidade de alinhar as diferenciações entre as medidas socioeducativas, sendo que todas vêm sofrendo alterações em seu formato de execução desde a pandemia.

Palavras-chave: semiliberdade; pandemia; socioeducação; boas práticas.

ARTE NA TELA: uma experiência pedagógica em tempos pandêmicos

Beatriz Saks Hahne

Universidade de São Paulo, beatrizsaks@gmail.com

Marília Rovaron

Universidade Estadual de São Paulo, mariliarovaron@gmail.com

Este trabalho é escrito a partir da recente recondução da metodologia de trabalho de um projeto de ensino de oficinas de arte e cultura realizadas em centros de internação para adolescentes do sexo masculino no município de São Paulo e região metropolitana. As oficinas desenvolvem diferentes linguagens artísticas, como arte das palavras, grafitti, desenho e capoeira, colocando em prática, através da experimentação, a ampliação de repertórios cognitivos e afetivos. Pretendem, ainda, por meio das trocas que se dão nos processos de ensino entre educadores/as e educandos, ressaltar a importância da experiência afirmada pela palavra e pela ética atenta aos desafios que dificultam a realização dos Direitos Humanos para adolescentes em privação da liberdade. Tomamos a noção alargada de Direitos Humanos em que, para além de desfrutar de alimentação, vestimentas e condições de habitação adequadas, o sujeito é tomado naquilo que é (em sua singularidade) e tem, portanto, a prerrogativa de saber, opinar e participar das decisões nos processos que atravessam suas condições de existência. Com o advento da Covid-19, desde março de 2020 este projeto, que é realizado há treze anos pela Organização da Sociedade Civil à qual as autoras estão vinculadas, foi provocado a reinventar suas estratégias de ensino. Nestas linhas, apresentamos uma síntese do percurso de reestruturação das oficinas de arte e cultura para garantir o acesso dos adolescentes a elas, tendo como norte a preocupação em continuar viabilizando encontros educativos atentos, sobretudo, aos interesses, às dúvidas e ao aprendizado dos adolescentes. No primeiro momento, as oficinas passaram a ocorrer à distância em dois formatos (síncrono, via plataforma Google Meets, e assíncrono, em que as aulas gravadas eram disponibilizadas aos adolescentes pelas equipes dos centros de internação); nessa modalidade de ensino, os/as educadores/as passaram a ter de se haver com desafios inéditos, como o uso de tecnologias até então desconhecidas pelo grupo e a preocupação em manter a qualidade das aulas presenciais neste novo formato de encontros remotos. A experiência realizada pela perspectiva da pesquisa-intervenção – as autoras estavam a todo tempo acompanhando, pensando e participando da formação dos/as arte educadores/as – e cuja análise foi apoiada em seus estudos acadêmicos – ambas em processo de elaboração de suas teses de doutoramento – permitiu acessar desafios para a manutenção de vínculos entre educadores/as e adolescentes e que, como sempre, a criação de dispositivos, no instante seguinte em que são produzidos, solicita que eles sejam repensados: não há solução duradoura, posto que a duração precisa estar na inventividade que confronta o que ameaça a dignidade da vida, e não apenas nas ferramentas elaboradas (sempre, necessariamente, limitadas). A principal constatação apresentada neste trabalho é que, apesar de inúmeras limitações estruturais, novas possibilidades de convívio e de aprendizagem foram produzidas e a potência das relações entre educadores/as e educandos encontrou formas inéditas de existência; todavia, presencialmente ou à distância, segue imperativo o enfrentamento do que dificulta a afirmação da imprescindibilidade do afeto nos encontros humanos e a relevância da arte-educação nos espaços de privação de liberdade.

Palavras-chave: adolescência; arte e cultura; ensino; direitos humanos; formação.

PIA: discutido através de conceitos culinários

Vera Lucia Neves

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, CENSE I Londrina, veraneves@sejuf.pr.gov.br

Gisele Dobis Toreto

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, CENSE I Londrina, giselet@sejuf.pr.gov.br

Marcio Augusto Schimidt de Alencar

Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, CENSE I Londrina, marcioschimidt@sejuf.pr.gov.br

A execução de medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei foi, historicamente, alvo de intensos debates teóricos e diferentes formas de execução até a normatização do SINASE, que estabelece, entre outras normativas, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). O PIA é um instrumento que norteia ações a serem realizadas com os adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa e demonstra os objetivos elencados por eles a serem alcançados em curto, médio ou longo prazo. A pandemia, vivenciada com a exposição da população à Covid-19, exigiu dos profissionais uma nova forma de realizar as intervenções, um necessário repensar a prática cotidiana. Com isso, a equipe do CENSE Londrina - I propôs a utilização da oficina de culinária como instrumento de reflexão das etapas e desafios encontrados na elaboração do PIA com o adolescente. A trajetória de vida de cada adolescente é singular; contudo, apostamos que todos trazem consigo alguma memória afetiva da culinária da família, por mais simples ou vulnerável que seja. Muitas histórias familiares podem ser contadas a partir de como a relação com a comida é estabelecida. Somos um povo onde a cultura da sociabilidade gira em torno do alimento, ou seja, de pessoas que se encontram para socializar em torno da mesa. Conceitos da culinária, como organização e planejamento, são essenciais para construção do PIA e são utilizados na oficina e aplicados como reflexão para a elaboração do instrumento. A organização da cozinha, dos ingredientes e utensílios que serão utilizados e a sequência da receita nos remetem a um método, um passo a passo. É preciso planejamento para realizar a cocção da receita, assim como em quaisquer objetivos na vida, que possuem tempos diferentes para serem alcançados, podem ser de curto, médio ou longo prazos, exigem planejamento, paciência e tempo de espera e serão conquistados de acordo com a trajetória de cada um. São introduzidos outros conceitos, como de autonomia e individualidade, na oficina, que têm o objetivo de refletir sobre o trabalho coletivo e proporcionar vivências que possibilitem a internalização de conceitos e a mudança de comportamentos. A atividade propicia a interação entre os adolescentes, a cooperação, o incentivo para o trabalho em grupo, através do respeito às regras de convívio. A experiência aponta que a culinária serve de base para discutir diversos conceitos significativos que possibilitam reflexão sobre temas como a importância do planejamento e da organização, do trabalho articulado e em equipe, da individualização da medida, do estabelecimento de objetivos e metas, além dos percalços que podem ser enfrentados para o seu alcance. O PIA precisa mostrar ao adolescente uma realidade alcançável, possível dentro de suas condições sociais e emocionais. A experiência trouxe aos profissionais da comunidade socioeducativa um novo olhar em relação à realização de atividades diferenciadas e ao próprio adolescente, como sujeito capaz de se reinventar e responder positivamente aos estímulos. Houve quebra de vários paradigmas arraigados no cotidiano institucional.

Palavras-chave: plano individual de atendimento; adolescente; socioeducação; culinária.

PROCESSOS EDUCATIVOS EM TEMPOS PANDÊMICOS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO FEMININA DE MANAUS-AM

Edla Caldas

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, edlacristina@gmail.com

André Santo

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, andluz1991@gmail.com

Elenice Onofre

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, eleonofre@ufscar.br

A pandemia de Covid-19 atravessou o cotidiano de milhares de pessoas no mundo todo. O impacto desse momento sentiu-se também em unidades socioeducativas por jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O trabalho que aqui se apresenta é um recorte de pesquisa de Doutorado em Educação que objetiva compreender as concepções de educação que as jovens expressam a partir das atividades escolares e não escolares no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus - AM. Diante da situação inesperada provocada pela pandemia, a equipe técnica (assistente social e socioeducadoras) da unidade socioeducativa solicitou colaboração da pesquisadora para coleta de dados. Elaboramos atividades recreativas e pedagógicas, haja vista a suspensão das aulas e das demais atividades presenciais. Dessa maneira, as atividades foram entregues para as socioeducandas e recebidas pela pesquisadora entre os dias 09/04 e 22/05/20. O espaço de tempo entre entrega e recebimento foi maior, pois o número de infectados com o vírus no estado do Amazonas, especialmente em Manaus, aumentou expressivamente, exigindo um nível alto de isolamento social nas unidades socioeducativas. Todo o contato externo com as meninas foi proibido, as visitas familiares foram interrompidas, nosso contato ocorreu apenas com a assistente social no portão principal da instituição. As atividades por nós elaboradas tiveram cunho pedagógico, mas também objetivaram coletar dados e manter o diálogo com as jovens. A pesquisa tem abordagem qualitativa por entendermos que processos educativos são de exclusividade humana, portanto, a análise desses processos requer modalidades peculiares de pesquisa, diferentes daquelas usadas nas pesquisas das ciências exatas e naturais. Como recursos metodológicos usamos diários de campo para registro dos dados durante as inserções e as atividades realizadas. Os procedimentos da análise foram pautados por Bardin (2016), a partir dos seguintes segmentos codificados: estar socioeducanda, andarilharem das meninas, envolvimento da família, problematização dos conteúdos escolares, saber de experiência-feito, dialogicidade e recursos pedagógicos. Para esta apresentação, destacamos duas atividades desenvolvidas no foco dialogicidade e recursos pedagógicos, ambas entregues às meninas em papel ofício, sem contato físico pessoal. A primeira solicitou das meninas a apreciação de figuras representativas de variantes amazonenses da Língua Portuguesa e que elas escrevessem utilizando essas variantes para alguma amiga sobre como estavam se sentindo no momento da pandemia. A segunda atividade propôs um jogo de completar expressões para o autoconhecimento. A partir dos focos de análise dialógica e recursos pedagógicos, os resultados indicam a valorização dos estudos e uma concepção de educação que contribua com outro futuro para a jovem e sua família. Os resultados também demonstram a valorização da família para a mudança de trajetória de vida e a importância da educação para a esperança de um projeto de vida. Analisamos que, mesmo em tempo de desesperança, o ser no mundo é uma constante busca pelo ser mais na transformação da realidade, na crença de que o mundo não é, está sendo.

Palavras-chave: educação; socioeducação; processos educativos; pandemia de covid-19; socioeducanda.

TELAS EM DIÁLOGO 6

A potência da comunicação, da interação e dos grupos
na intervenção socioeducativa

ATENDIMENTOS COLETIVOS: experiência de grupos com meninas em internação

Iara Lima

Unidade de Internação Feminina do Gama (SEJUS-DF), iarasousalima@gmail.com

Fabíola Cavalcante

Unidade de Internação Feminina do Gama (SEJUS-DF), sendofabiolac@gmail.com

Laura Anjos

Unidade de Internação Feminina do Gama (SEJUS-DF), lauraunb@hotmail.com

A pandemia de Covid-19 demandou adaptações de todas as relações sociais e de trabalho, inclusive na forma de executar a socioeducação. Consideradas ambientes vulneráveis à disseminação da Covid-19, as Unidades de internação adotaram medidas de prevenção, como a suspensão de visitas familiares, aulas presenciais e entrada de parceiros externos, como forma de implementar o isolamento social. Entretanto, sabe-se que tal medida de prevenção gera impacto na saúde mental das populações, sobretudo quando se refere a um grupo que já se encontra isolado da sociedade. Sendo assim, foi proposta uma metodologia de atendimento em grupo com as socioeducandas em cumprimento de internação provisória, sanção e estrita cujo objetivo foi abordar conteúdos de integração social de maneira a reduzir o efeito do isolamento na saúde mental das adolescentes. Foram realizados 13 atendimentos coletivos com frequência quinzenal entre os meses de janeiro a setembro de 2021, com temas relacionados a datas de conscientização, bem como assuntos identificados como vulnerabilidades a partir dos atendimentos individuais. Os grupos foram conduzidos por profissionais da equipe de especialistas da Unidade, com caráter multidisciplinar (Psicologia e Serviço Social) e utilizando recursos metodológicos diversos, oportunizando a expressão das jovens por meio de rodas de conversa, exposição de materiais audiovisuais, produção de materiais artísticos, cartazes, manifestos, entre outros. Foram utilizados diversos espaços físicos da Unidade, a depender do objetivo de cada atendimento, como por exemplo salas de aula, ginásio de esportes e espaços ao ar livre. Os grupos abordaram os seguintes temas mais amplos: projeto de vida; autocuidado e saúde mental; garantia de direitos sociais e prevenção à violência. Participaram 26 adolescentes e jovens de 14 a 20 anos, contemplando a totalidade do efetivo da Unidade no período, com exceção de uma adolescente. Como resultado, observou-se melhoras em indicadores de saúde mental entre as socioeducandas e melhoria no relacionamento interpessoal entre o grupo, evidenciados por redução no número de ocorrências disciplinares e conflitos entre as jovens, diminuição da verbalização de sintomas relacionados a ansiedade e depressão. Tais fatores contribuíram para amenizar o efeito do distanciamento entre as jovens e suas famílias e para incrementar o trabalho socioeducativo neste período de poucos recursos para o atendimento em virtude da suspensão da maioria das atividades componentes da rotina da instituição. Observou-se também que os temas abordados em grupo enriqueceram os atendimentos individuais, sendo possível aprofundar a reflexão das jovens sobre suas vivências, além de permitir à equipe observar o comportamento das socioeducandas em situações de grupo, podendo trabalhar aspectos relacionados à interação social entre elas, que não seria possível apenas por meio de atendimentos individuais. Essa metodologia se mostrou eficaz para as intervenções da equipe de especialistas, contribuindo para uma cultura institucional com caráter pedagógico em que o processo socioeducativo das jovens pôde se aproximar mais de um acompanhamento integral.

Palavras-chave: socioeducação; atendimento em grupo; pandemia.

PAPO DAS MINAS – a importância dos grupos com recorte de gênero para a experiência coletiva em medidas socioeducativas em meio aberto

Jéssica Idalina Ribeiro da Silva
SMSE-MA Cruz de Malta, jessica_irs@hotmail.com

Aline Ramos da Silva
SMSE-MA Cruz de Malta, alineavape@yahoo.com.br

Yuri de Aguiar Valente de Castro
SMSE-MA Cruz de Malta, valenteyuri@hotmail.com

Cristhian Roberto dos Santos Nunes
SMSE-MA Cruz de Malta, valenteyuri@hotmail.com

Fernando Freitas do Nascimento
SMSE-MA Cruz de Malta, fefreitas00@outlook.com

O grupo de meninas realizado no Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Cruz de Malta existe desde 2017. Nasceu a partir da pulsação de duas necessidades apresentadas pelas adolescentes e jovens atendidas no serviço: primeiro pela demanda de ser mãe e, segundo, pela urgência de um espaço exclusivo para meninas/mulheres que, sendo minoria no serviço e, por consequência, nos espaços coletivos, sentiam que o silenciamento de suas falas era reproduzido também ali, tal qual em outros espaços da sociedade no qual transitam. Assim, tal espaço foi estrategicamente criado com a intenção de ser um espaço de fala, escuta e fortalecimento, o que aconteceu por quase três anos na modalidade presencial. Seu nome, Papo das Minas, foi escolhido juntamente com as adolescentes participantes. Quando a pandemia eclodiu foram desenvolvidas diversas estratégias para manter o contato com as adolescentes: grupos por aplicativos (*WhatsApp*, *Hangouts* e *Google Meet*), depois, com *lives* por *Facebook* e outros materiais audiovisuais difundidos pelo *WhatsApp* e *Facebook*. Por fim, com um certo esgotamento dos recursos físicos e *online* e, também, das técnicas responsáveis, a experiência de outros serviços inspirou o início da produção de um Jornal e de um Podcast, chamado Na Medida. Desde então, o grupo de meninas está responsável pela produção do jornal, se configurando como uma estratégia para o desenvolvimento das ações grupais. Este trabalho tem como objetivo apresentar o Papo das Minas como um espaço de fala, escuta e fortalecimento das participantes, tendo a experiência vivida como objeto reflexão sobre a importância do espaço coletivo no desenvolvimento do trabalho socioeducativo em meio aberto na busca pelo protagonismo dos usuários. Para tanto, fez-se um levantamento nos instrumentais de grupo, produzidos pela equipe técnica como forma de registro do planejamento e do que ocorrera nos encontros, a fim de destacar os dados dos encontros presenciais adotadas em 2020 por conta do distanciamento social imposto pela pandemia; e, por fim, a construção e efetivação do jornal Na Medida, em 2021, focando como se deu a construção das temáticas e a participação e o acesso das adolescentes e jovens. Consideramos que o recorte da discussão para o Papo das Minas é fundamental para falar sobre a condição de ser menina adolescente ou jovem dentro do sistema socioeducativo, que reflete sua criminalização com base na classe social, processos de opressão em função da sua construção de gênero e racialização de seus corpos. Com tais dados, é possível vislumbrar o debate proposto no objetivo de tal trabalho. O Papo das Minas em todas as formatações que se deram até hoje - espaço físico, das redes e das ideias -, demonstra a extrema importância do espaço coletivo para o trabalho socioeducativo em meio aberto.

Palavras-chave: medida socioeducativa; pandemia; espaço coletivo; mulheres.

A SOCIOEDUCAÇÃO NAS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, REFLEXÃO E DEBATE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Irandi Pereira

Núcleo de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA), Conselho Consultivo do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA) e Instituto Cidadania e Direitos Humanos (ICDH), irandip@gmail.com

Claudio Oliveira Fernandes

Rede pública Prof. José Bonifácio Andrada e Silva Jardim - São Paulo, Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA), claudioof@gmail.com

A presente comunicação traz a leitura interdisciplinar sobre o tema da socioeducação apresentado por diferentes atores e espaços institucionais que lidam com a materialização da política socioeducativa voltada aos adolescentes que cumprem medidas judiciais no sistema de atendimento socioeducativo brasileiro. Para tanto, foi feito um levantamento nas redes sociais e *sites* institucionais sobre a oferta de eventos, na modalidade à distância, considerando as orientações de distanciamento social recomendadas pelos Comitês Técnicos Científicos da Covid-19. A coleta de dados priorizou o período de maio de 2020 a setembro de 2021 e aspectos como a origem da oferta, os objetivos, o público-alvo e o alcance das proposições. Os grupos de estudos e pesquisas de universidades públicas e privadas, os centros de estudos, pesquisa e formação vinculados às instituições da sociedade civil, os pesquisadores independentes, as redes de ativistas e profissionais da socioeducação constituíram-se as fontes principais de busca da oferta de atividades de comunicação, reflexão e debate em torno da temática que permeia o campo socioeducativo. Foi elaborado instrumental para a coleta de dados, contendo descritores como: título, tema e subtemas; origem institucional e as parcerias; natureza, finalidade e diversidade da oferta (cursos, formação, rodas de conversa, apresentação de pesquisas e relatórios, lançamento de periódicos, livros, coletâneas etc.); público-alvo a ser alcançado; metodologias e estratégias utilizadas; formação, currículo e experiência do(a) expositor(a); tempo de duração de cada evento; gratuidade e necessidade ou não de inscrição prévia para a participação nos eventos; requisitos definidos previamente ou não para a participação dos profissionais com vínculo, ou não ao sistema socioeducativo; abertura para o debate dos participantes pelo *chat* ou por inscrição durante a realização do evento; resultados esperados. Nesta comunicação, a apresentação dos resultados parciais do levantamento destaca o debate reflexivo, analítico e propositivo dado ao tema da socioeducação, consideradas as oportunidades de formação dos educadores sociais que lidam com a execução das medidas socioeducativas no sistema de atendimento socioeducativo. A relevância do presente estudo recai sobre os múltiplos olhares, nos campos teórico-metodológicos da socioeducação, bem como as possibilidades de sua aplicabilidade nos programas e/ ou serviços socioeducativos de atenção de adolescentes que cumprem medidas judiciais no sistema de atendimento socioeducativo brasileiro.

Palavras-chave: socioeducação; política socioeducativa; sistema de atendimento socioeducativo; formação.

TERTÚLIA LITERÁRIA DIALÓGICA - Dialogando com os Severinos da GEAMA do Recanto das Emas/DF

Claudinea Jean Silva

Polícia Civil do Distrito Federal, UnB, claudinea_silva@hotmail.com

Trata o presente de um relato de experiência acerca da atuação da Polícia Civil do Distrito Federal junto à Gerência de Atendimento em Meio Aberto – GEAMA, do Recanto das Emas/DF, vinculado à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo/DF, com os socioeducandos daquela Gerência. Aplicamos o Projeto Cabeça Feita, de prevenção ao uso indevido de drogas. Para cumprir a carga horária pretendida adaptamos o projeto, com a inclusão da Tertúlia Literária Dialógica – TLD. A TLD é uma atividade cultural, social e educativa, baseada na leitura de clássicos da literatura universal e no diálogo entre a palavra escrita e a visão de mundo de cada um e consiste em um processo gerador de aprendizagem e de superação da exclusão social, podendo acontecer em diferentes espaços e tem por base os princípios da aprendizagem dialógica, quais sejam: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, solidariedade, criação de sentido, igualdade de diferenças. Nesse sentido, a atuação teve por objetivo despertar o interesse dos participantes pela leitura e, a partir dessa leitura, refletir sobre suas escolhas de vida e suas vivências. Elegi o poema Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, de 1955. A obra traz temas atuais e conectados à vida daqueles socioeducandos, alguns descendentes de nordestinos, pobres e analfabetos. Também traz uma mensagem de otimismo no final, tão importante para todos nós, sobretudo em tempos de pandemia. Comecei com o Mapa da Vida, uma estratégia quebra-gelo para conhecermos uns aos outros, que consiste na reflexão das dimensões temporais, passado, presente e futuro. Cada um desenha/escreve algo que lhe representa nessas dimensões e, a partir do seu mapa, se apresenta. No passado, um dos participantes fez o desenho dele preso, no presente, ele estudando, no futuro, ele com um carro, um futuro melhor. No início de todos os encontros, convidei os participantes a sentarem em círculo, no chão, de tal forma que todos tiveram a oportunidade de se olharem de forma igualitária, criando um espaço de diálogo e confiança, inclusive com os policiais, o que foi revelador, eles disseram que jamais pensaram a polícia como educadora. Expliquei aos alunos que faríamos a leitura compartilhada e pedi a eles que marcassem partes do texto que lhes tocassem, que tivesse algum significado para eles, assim a leitura da palavra se mesclaria à leitura do mundo de cada um. E foi assim, um deles se identificou com as canelas finas de Severino, outro porque era filho de nordestino, outro se irritou no início com a repetição do nome Severino. A menina do grupo se emocionou com a cena em que a criança é coberta com um jornal, “ele será doutor”, foi a profecia. E refletiram sobre a morte, aquela morte matada ou morte morrida ou de emboscada. Pensaram em suas realidades. No final, no concurso cultural o vencedor foi justamente aquele socioeducando que reclamou da repetição do nome Severino, ele desenhou no cartaz toda sua jornada no Cabeça Feita e disse: agora entendi por que tantos Severinos no poema é porque todos nós somos Severinos!

Palavras-chave: tertúlia literária dialógica; socioeducativo; diálogo igualitário.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE, TERAPIA OCUPACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Andréa Maria Fedeger

Universidade Federal do Paraná (UFPR), andrea.fedeger@gmail.com

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR),
Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, renatahdo@gmail.com

Flavia Amorim Borges

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR), flaaborges@gmail.com

A pandemia de Covid-19 impôs o distanciamento social e requisitou adoção de protocolos sanitários para atividades acadêmicas, incluindo ações de extensão universitária. Considerando a necessidade da discussão sobre a prática profissional de terapeutas ocupacionais no contexto socioeducativo propôs-se a realização de um grupo de estudos através de uma atividade de extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A coordenação foi composta por três terapeutas ocupacionais sendo uma professora da universidade e duas terapeutas ocupacionais que atuam nas medidas socioeducativas do estado. A programação teve a duração de doze meses em encontros periódicos mensais. A proposta foi fundamentada na área temática Direitos Humanos e justiça, com foco nas políticas de garantia de direitos de adolescentes e documentos balizadores sobre as medidas socioeducativas acompanharam a leitura de Declaração de posicionamentos da Federação Mundial de terapeutas ocupacionais (WFOT) sobre Direitos Humanos, Diversidade e Cultura, especificidade de terapeutas ocupacionais no contexto socioeducativo que nortearam o compartilhamento de práticas e saberes. A escolha das temáticas dos encontros e seleção de referenciais para estudo ocorreu em modo dinâmico, considerando a interlocução dos participantes. A comunicação do grupo fluiu através do *Google Drive*, plataforma *ZOOM* e *Whatsapp*. Participaram 15 pessoas sendo 9 terapeutas ocupacionais que atuavam em diferentes medidas socioeducativas, 1 docente do ensino superior e 5 estudantes de graduação em Terapia Ocupacional. A atividade foi realizada entre setembro de 2020 e agosto de 2021 e mesmo em encontros assíncronos houve entre participantes aproximação afetiva, social, ética, política e científica. Destacaram-se nos compartilhamentos os desafios enfrentados por terapeutas ocupacionais para realização de propostas em um sistema extremamente opressor e fundamentado na lógica do monitoramento e controle constante dos jovens, visto que a profissão se ancora na premissa de busca pela emancipação, autonomia e participação social das pessoas. A realidade de adolescentes nas unidades socioeducativas permeou grande parte das discussões, visto que é evidenciado que estes têm restrição de acesso aos direitos e bens sociais antes mesmo da apreensão e privação de liberdade, e em específico em tempos de pandemia, em que as vulnerabilidades foram exponenciadas. Discutindo sobre o papel ético existente nas práticas profissionais puderam ser realizadas reflexões sobre o papel do técnico, de detentor do saber para o profissional que visa a facilitação do acesso aos direitos, possibilitando a reinvenção de possibilidades de sobrevivência (à privação da liberdade e às dificuldades cotidianas, sobreviver a esse mundo) dos adolescentes. Em grupo, o compartilhamento de experiências despertou o senso coletivo sobre possibilidades de atuação nas unidades de privação de liberdade. Observou-se que estudar em grupo foi uma nova ocupação coletiva, um espaço de resistência e solidariedade frente à realidade repleta de tensões e sofrimentos. O estudo possibilitou a (auto)crítica sobre intervenções que podem contribuir com a injustiça, marginalização social e ocupacional. Constatou-se também que estudar em grupo fortalece a inserção profissional de terapeutas ocupacionais como executores de medida socioeducativa e favorece a interlocução teórico-prática. Como objetivos futuros almeja-se a continuidade da atividade extensionista, fortalecendo também a relação entre a comunidade acadêmica e os profissionais da socioeducação.

Palavras-chave: terapia ocupacional; estudar; extensão universitária; atuação profissional.

CÍRCULOS DE PAPO RETO NO CASE CAXIAS DO SUL

Tanisa Fernanda Benati

Fundação de Atendimento Socioeducativo/RS, tanyy15@hotmail.com

Franciele Lenzi Ferreira

Programa Municipal de Pacificação Restaurativa, franlenzi.adv@gmail.com

Oferecer a vivência da participação em círculos de construção de paz vai ao encontro da legislação. Neste sentido, o CASE Caxias do Sul, que atende socioeducandos que cumprem medida socioeducativa de internação, proporciona, em parceria com o Programa Municipal de Pacificação Restaurativa, os círculos de “Papo Reto” para todos os adolescentes e jovens adultos do CASE. Ao iniciar o ano de 2021, ainda em situação de pandemia, buscávamos uma metodologia diferenciada para trabalhar com os internos os sentimentos envolvidos na privação de liberdade, agravados pela ausência do toque da família e amigos, neste momento de distanciamento/isolamento social. Além disso, necessitávamos de um momento de escuta e fala, com um sentido de pertencimento e empatia entre os socioeducandos da unidade, dirigido por profissionais de fora da instituição. Em encontro a isso, a educadora social municipal Franciele Lenzi, que trabalha como facilitadora do Programa Municipal de Pacificação Restaurativa, em contato com o colega analista do CASE sugeriu que os Círculos de Papo Reto, que já ocorrem desde 2018, em parceria entre CREAS, CASE e CASEMI com adolescentes que cumprem medida socioeducativa com possibilidade de atividade externa, semiliberdade e de meio aberto, fossem realizados dentro do CASE, com adolescentes de privação de liberdade, neste momento de pandemia. Após reuniões virtuais entre as instituições, estabeleceu-se a parceria, com os facilitadores do Programa Municipal de Pacificação Restaurativa, na realização de círculos de construção de paz, de forma presencial, seguindo os protocolos de combate à pandemia, e com periodicidade bimensal para todos os adolescentes. Os adolescentes são divididos em pequenos grupos, para garantir a presença de todos e também para garantir a segurança e o distanciamento necessário. Os encontros ocorrem na Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, local mais acolhedor dentro das próprias dependências do CASE. Os facilitadores proporcionam espaço e tempo de fala e escuta respeitosa e empática, isto é, sem julgamentos, através da condução da metodologia circular. Os adolescentes compreenderam a metodologia e sentiram-se seguros em falar, participar e aproveitar o espaço ofertado. Durante o projeto “Papo Reto” diversos temas foram, e continuam sendo abordados voluntariamente pelos participantes: pandemia, família, ato infracional, socioeducação, perspectivas de vida. Cabe ressaltar que este projeto vem ocorrendo no CASE Caxias do Sul, e o planejamento é dar continuidade nesta parceria. Pois, conseguimos constatar que espaços como os círculos de construção de paz, além de ter legitimidade no ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente e no SINASE- Sistema Nacional Atendimento Socioeducativo, bem como na Lei Municipal 7.754/14, que institui o Programa Municipal Pacificação Restaurativa, são benéficos para todos do CASE. Aos adolescentes é garantido um espaço sem julgamentos, de troca de ideias, experiências, histórias de vida, sonhos e perspectivas de futuro, que preconiza respeito, voluntariedade, horizontalidade e empatia. Para os funcionários, contribui em um ambiente de trabalho menos conflitivo e tensionador, favorecendo a vinculação dos adolescentes com toda a equipe de trabalho. Desta forma, tudo o que o “Papo Reto” trabalha, transcende o ambiente institucional, e efetiva uma socioeducação e qualidade.

Palavras-chave: círculos; adolescentes; parceria; socioeducação.

COMUNICAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS COM SEUS FAMILIARES EM TEMPOS DE PANDEMIA: o que revelam as educadoras

André Santos

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, andluz1991@gmail.com

Edla Caldas

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, edlacristina@gmail.com

Elenice Onofre

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar – SP, leonofre@ufscar.br

As mudanças que ocorreram mundialmente por conta da pandemia fizeram com que várias esferas da sociedade tivessem que se adequar e se reinventar perante as incertezas do Covid-19. Nessa esteira, as instituições de privação de liberdade voltadas aos jovens assumiram outras formas de permitir os enlances entre os jovens socioeducandos e seus familiares, em substituição ao Dia de Visita. O estudo que se apresenta é um recorte de pesquisa de mestrado, realizado em um Centro Socioeducativo do estado de São Paulo, cuja coleta de dados ocorreu durante o período pandêmico e tem como objetivo apresentar as percepções das educadoras de medida socioeducativa e a comunicação dos jovens socioeducandos com seus familiares. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, pois tem suas configurações carregadas de significados, intenções e ações. Seguindo os protocolos de segurança, os encontros e as conversas foram realizados de maneira remota, com um roteiro de perguntas, que duraram entre duas a três horas, de acordo com as disponibilidades de três colaboradoras: uma psicóloga e duas agentes educacionais. Os encontros foram organizados em quatro momentos com cada colaboradora para que fosse possível, uma conversa dialogada com o pesquisador. As conversas foram gravadas com a autorização das participantes, transcritas e analisadas com base na categorização das unidades de significado, grandes temas e focos de análise. Na organização dos dados foram também utilizadas as anotações realizadas em diários de campo que expressavam os olhares, desconfortos, alegrias e desencantos das educadoras. Da análise dos dados emergiram quatro focos de análise. Para fins de apresentação desta Tela de Diálogos, trazemos a comunicação entre jovens socioeducandos e seus familiares no período pandêmico, em lugar do encontro do Dia de Visita. Neste foco de análise emerge: a primeira ação tomada pela instituição foi intensificar e aumentar o tempo de ligação telefônica que acontecia com a duração de dez minutos. No dizer das colaboradoras, outras estratégias foram pensadas para que o diálogo entre jovem e família fosse mantido, por tratar-se de direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2013). A utilização de videochamadas foi utilizada durante curto período da pandemia, pois a demanda e a logística para a realização constituíram-se em obstáculos para que as conversas se concretizassem. Os dados revelam, fortemente, que a troca de cartas ganhou outro significado para os jovens, pois ficam na expectativa do recebimento e escrita das respostas. Segundo as colaboradoras, a carta parece ser mais valiosa do que a ligação telefônica, pois gostam de mostrar as fotos e projetam alguma ostentação para os demais socioeducandos. As análises evidenciam, portanto, como a instituição alavancou mecanismos para assegurar a comunicação dos jovens com seus familiares, por tratar-se da garantia de seus direitos e que a troca de cartas se revelou como opção pedagógica. Por sua vez, os jovens passam a valorizar o recebimento e a escrita das devolutivas, pois ressignificam sentimentos e elaboram projetos de vida.

Palavras-chave: socioeducação; pandemia; comunicação; jovens infratores; cartas.

DINÂMICA GRUPAL DESTINADA A JOVENS EM LIBERDADE ASSISTIDA NO CONTEXTO PANDÊMICO - O uso do hip-hop como instrumento de identificação ao adolescente em regime socioeducativo

Marillia Elisa Brahim Silva

Universidade Paulista (UNIP), marillia.ccbeu@gmail.com

Valéria Cristina Antunes

Universidade Paulista (UNIP), valeria.lisboa@docente.unip.br

Cláudia Soares

Universidade Paulista (UNIP), claudia.soares@docente.unip.br

A intervenção descrita a seguir foi resultado de uma proposta interventiva, redigida por uma estagiária de Psicologia da UNIP campus Sorocaba, apresentada à equipe técnica de um equipamento de assistência socioeducativa, denominada Serviços de Obras Sociais, localizado no município de Sorocaba-SP, que tem como público atendido adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O objetivo principal consistiu em propor uma dinâmica grupal aos jovens em regime de Liberdade Assistida (LA), que possibilitasse uma atividade de cunho reflexivo, objetivando nos pormenores o desenvolvimento do pensamento crítico dos jovens; o desenvolvimento da autonomia; o desenvolvimento da integração da identidade pessoal com a realidade externa, no que tange às críticas sociais a partir de letras da música; e um momento de socialização entre os integrantes do grupo. O método utilizado foi qualitativo, que teve como suporte o método dialético, este último preocupa-se em dispor sobre o contexto sócio-histórico-político dos jovens. Os procedimentos tiveram estruturação rígida, levando em conta a crise sanitária resultante da pandemia do COVID-19; a dinâmica foi aplicada num campo de futebol aberto dentro da instituição atendida, sendo que havia distanciamento entre os integrantes e a mediadora e todos usavam máscaras; a dinâmica iniciou-se com a apresentação de todos os participantes; cada integrante recebeu uma cópia individual da letra da música dos Racionais MC's "A vida é desafio"; os integrantes ouviram a música, e discorreram sobre a letra assim como também sobre suas vivências pessoais. O resultado foi positivo, pois os integrantes, cada qual com sua particularidade, expuseram críticas e pensamentos acerca da música e refletiram sobre algumas situações pessoais que correlacionaram com a letra. As considerações finais apontam para uma recomendação da dinâmica em instituições que atendem jovens em medida socioeducativa, já que a dinâmica proporcionou a realização satisfatória dos objetivos supracitados, uma vez que a intervenção levou em consideração a realidade social e cultural destes jovens com o uso de métodos, como a música, pertinente ao contexto destes, favorecendo o desenvolvimento socioemocional.

Palavras-chave: dinâmica-grupal; covid-19; medida-socioeducativa; psicologia; liberdade-assistida.

TELAS EM DIÁLOGO 7

Articulações intersetoriais e práticas de atenção à
saúde em tempos pandêmicos

CUIDADOS EM SAÚDE COM EQUIPE SOCIOEDUCATIVA

Tamara Aparecida Maciel

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE), tamara-maciel@fase.rs.gov.br

Franciele Dalle Molle

Nutricionista na Clínica Mobilitare Saúde, francieledm@gmail.com

Este resumo apresenta uma ação desenvolvida em uma unidade de semiliberdade da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na cidade de Caxias do Sul, tendo como público-alvo a equipe da unidade. A campanha foi denominada Cuidados em Saúde, ocorreu de julho a setembro de 2021 e teve como objetivo os cuidados na área da alimentação, emocional e prática de atividade física. O período do desenvolvimento da campanha foi concomitante com a volta ao trabalho de servidores que estavam afastados em laudo médico, por pertencerem ao grupo de risco de contágio ao Covid-19. Importante mencionar que uma pesquisa realizada em 2019 com a equipe, apontou que 63,6% dos avaliados possuíam doenças crônicas, sendo algumas destas, posteriormente, identificadas como complicadoras em possível contágio com a Covid-19. Nesse contexto, a busca pelo cuidado com a saúde dos servidores torna-se um aspecto primordial. Para o desenvolvimento das atividades foi convidada uma nutricionista, um educador físico e a psicóloga da unidade, que participou, também, como organizadora. Esses profissionais foram responsáveis por orientar o grupo com dicas e informações, além de incentivar a participação de todos. Dos 23 servidores da unidade, 21 participaram de ao menos uma ação da campanha. As duas pessoas que não participaram estavam afastadas do trabalho. Os participantes foram incentivados a adotar hábitos saudáveis e fazer pequenas mudanças cotidianas visando melhoria na qualidade de vida. Foi criado um formulário para avaliação inicial, onde os participantes deveriam preencher de forma independente, informações relacionadas a saúde, medidas corporais e metas a serem alcançadas durante a campanha. Responderam ao questionário 66,6% das participantes. Posteriormente, percebeu-se que seria importante a realização de uma avaliação presencial. Assim, foi realizada uma avaliação com balança de bioimpedância (IMC, gordura visceral, gordura corporal, massa muscular) aos que desejaram realizá-la, e outra avaliação após 30 dias do início da campanha. Essa ação trouxe mobilização da equipe e motivação para a participação. Para incentivar a adesão de todos, foram sorteados em torno de 60 brindes, entre eles, vales combustível e kits doados por lojas de alimentos naturais. Na avaliação da campanha ficou evidente que os servidores aprovaram as ações, entendendo-as como muito positivas. Responderam a avaliação 71% dos servidores e destes, 100% consideraram a campanha importante e repensaram hábitos que precisavam modificar para ter mais saúde; 93% adotaram hábitos mais saudáveis durante a realização da campanha; 86,7% obtiveram algum resultado positivo a partir da alteração de hábitos durante a realização da campanha. As mudanças relatadas pelos participantes incluíram aumento no consumo de água, melhora da saúde e imunidade, motivação para continuar com a reeducação alimentar, melhora na qualidade de vida, identificação de hábitos prejudiciais à saúde. Com base nos resultados observados, é possível concluir que a campanha Cuidados em Saúde trouxe cuidado aos servidores em um período importante da pandemia, onde servidores estavam retornando ao trabalho após longo período de afastamento. Além disso, o cuidado e atenção às equipes que atuam na área da socioeducação é sempre importante, em virtude das características estressantes inerentes ao trabalho.

Palavras-chave: socioeducação; saúde; equipe.

SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA: A QUALIDADE DE VIDA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DA GESTÃO SOCIOEDUCATIVA DO DISTRITO FEDERAL - Dados Estatísticos em Saúde Mental

Tatiana de Paula Soares

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), Centro Universitário de Brasília, tatiana.soares@gmail.com

Jorge Ponciano Ribeiro

Universidade de Brasília, jorgeponcianoribeiro@yahoo.com.br

Este estudo descreveu as correlações entre saúde e fatores de satisfação do trabalho dos gestores do sistema socioeducativo do Distrito Federal. A relevância desta pesquisa justifica-se pela escassez de referências na área de saúde para este público-alvo e visa retratar os processos, visando a promoção de saúde, em tempos de pandemia. O estudo teve como objetivo trazer dados sociodemográficos, profissiográficos e psicossociais dos gestores e características relacionadas aos fatores psicológicos, como a busca de psicoterapia ou outro tipo de apoio emocional. A finalidade foi ainda destacar aspectos institucionais ligados à propensão do desenvolvimento de exaustão emocional e sobrecarga de trabalho à equipe gestora. Como método, utilizou-se os questionários *MBI-HSS*, *SF-36 Health Survey* e *JCQ*. Nos resultados, enquanto os índices de saúde física foram elevados, a baixa qualidade de vida foi evidenciada sob o parâmetro de saúde mental. Os gestores em cargos de gerenciamento estratégico relataram ter algum suporte emocional para lidar com problemas em geral e somente um participante dessa categoria (1/3 do total) se encontra em processo psicoterápico. Aproximadamente 36% da gestão operacional informaram ter pelo menos um diagnóstico de doença crônica e cerca de 22% estão em processo psicoterapêutico. Sobre as condições de trabalho da gestão, constatou-se que o nível de saúde mental está inversamente proporcional ao controle da instituição. Observou-se a insatisfação acerca da realização pessoal e condições de trabalho conectadas ao controle e a demanda organizacional aos gestores. Averiguou-se que 54% dos gestores perceberam que há burocratização de regras e 87% afirmaram que existem riscos relacionados ao ambiente físico. Sobre a 'falta de confiança, respeito e consideração entre os membros da equipe', 39% concordaram com essa assertiva. Notou-se que quanto maior a exaustão emocional e sobrecarga e menor a vitalidade, mais as relações com a equipe de trabalho foram afetadas. Nas discussões, salientou-se a necessidade de espaços de diálogos aos gestores da socioeducação do Distrito Federal para nortear propostas que otimizem, de forma geral, a saúde associada às condições de trabalho. O desafio maior é de construir pontes entre ações de potência política e novas possibilidades de autocuidado no contexto organizacional diante o momento ímpar vital e social global desestruturante permeado pela COVID-19. O ponto chave é que a partir da percepção dos gestores acerca da própria saúde, estado emocional e qualidade de vida, engendra-se o entendimento da prioridade de criação e efetivação de programas de saúde aos profissionais e às pessoas atendidas pela socioeducação. Esse processo de conscientização é a abertura, para que, à luz da saúde, visibilize-se de quais significados e modos pandêmicos vivem-se, em mundos tão diversos e plurais no sistema socioeducativo. Nesse sentido, deve-se incluir procedimentos de saúde co-construídos com a comunidade.

Palavras-chave: exaustão emocional; qualidade de vida; saúde; condições de trabalho; sistema socioeducativo.

A EXPERIÊNCIA DA INTERSETORIALIDADE PARA COMPOSIÇÃO COLETIVA DE ARTIGO: Difundindo práticas em tempos de pandemia

Alex Sandro da Silva

Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande (DEASE/SEJUF-PR), alex_sandro@sejuf.pr.gov.br

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR),
Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, renatahdo@gmail.com

O resumo apresentado trata da experiência de produção do artigo “O Uso da Tecnologia Para Garantia do Atendimento Socioeducativo Familiar em Tempos de Pandemia”, que integra o E-book Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados. A proposta da produção do artigo teve como objetivo compartilhar as experiências vivenciadas em diferentes unidades socioeducativas do estado do Paraná que aconteceram em contexto da pandemia de Covid-19. Com foco na discussão sobre a manutenção dos vínculos familiares e sociais dos adolescentes, sete profissionais representando quatro unidades socioeducativas dedicaram-se a escrever sobre como se deu a materialização do princípio de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no contexto da pandemia. Para a confecção do artigo as diferentes unidades socioeducativas compartilharam suas práticas, que correspondem desde o uso das tecnologias de informação e comunicação para a manutenção do contato dos adolescentes e seus familiares até a utilização de aplicativo de mensagens para a manutenção do vínculo dos adolescentes em cumprimento da medida de semiliberdade com a equipe socioeducativa, diante da condição de acompanhamento remoto. Os autores do artigo representam diferentes categorias profissionais, como assistentes sociais, terapeuta ocupacional, educador físico e diretor de unidade socioeducativa, demonstrando que a construção da socioeducação se fortalece através da intersectorialidade e do fortalecimento das equipes e da rede socioeducativa. Com a construção do relato e a posterior difusão através da publicação do ebook e participação em compartilhamento da experiência em capacitação para servidores da socioeducação, as ações realizadas nas diferentes unidades socioeducativas puderam ter ampla visibilidade. Com a experiência da escrita conjunta, apesar de ainda serem observadas barreiras institucionais, constatou-se que a utilização da tecnologia se mostrou essencial para a reorganização de práticas socioeducativas visando a garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes privados de liberdade, sendo uma experiência vivenciada por todos os envolvidos. Porém, ficaram evidentes as barreiras econômicas e sociais vivenciadas pelos adolescentes e familiares, visto que as vulnerabilidades se intensificaram durante o momento pandêmico. Como resultados desta prática tem-se a integração dos relatos de diferentes realidades, porém com a percepção de que a construção coletiva se mostra ao mesmo tempo como um desafio e possibilidade, nos aproximando de um cenário que merece atenção e investimento. O construir coletivo da socioeducação, especialmente em tempos de pandemia, nos desperta a refletir cada vez mais sobre a necessidade de compreendermos a realidade do outro para que haja uma real produção de fazeres e construção de ações significativas.

Palavras-chave: intersectorialidade; pandemia; vínculos familiares; tecnologia; socioeducação.

A INTERSETORIALIDADE NA APLICAÇÃO DO SINASE: há um diálogo em rede em tempos de pandemia?

Luciano Aparecido Pereira Junior

Universidade de Franca (UNIFRAN), lucianojuniorpereira@gmail.com

Talisson Roberto Bergamim

Universidade de Franca (UNIFRAN), talissonroberto02@hotmail.com

João Pedro Pereira Martins

Universidade de Franca (UNIFRAN), jpedrop46@hotmail.com

Regina Célia de Souza Beretta

Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde, Universidade de Franca (UNIFRAN),

regina.beretta@unifran.edu.br

A implementação da Socioeducação no atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional só foi possível por meio da Constituição Federal (CF) de 1988 e do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) enquanto marco temporal na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. O estudo se objetivou a compreender as ações intersetoriais no trabalho socioeducativo durante a pandemia, no que concerne o atendimento aos adolescentes. A pesquisa ocorreu por meio da abordagem qualitativa, e da pesquisa bibliográfica e documental, em bases de dados como *SciELO* e *Google Acadêmico*, bem como nas bases de ordem pública, como o governo brasileiro e o Ministério Público. Foram utilizados os seguintes descritores: *interdisciplinaridade, socioeducação e pandemia*. A análise foi realizada por meio da “Análise de Conteúdo” com a leitura atenta dos textos e a sua correlação com o materialismo histórico-dialético, enquanto referencial teórico-metodológico. A pandemia causada pelo SARS-COV-2 (Covid-19) apresentou até então, um cenário desconhecido para muitas pessoas e para os profissionais, visto que eventos anteriores só estavam descritos na história, e não foram vividos por boa parte da população mundial. Assim como no campo social, no sistema socioeducativo, a pandemia escancarou problemas e dificuldades já existentes, bem como a baixa produção acadêmica de dados abordando essa correlação. No entanto, como prevê o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) a atuação interdisciplinar deve ser aplicada em todas as situações, bem como na compreensão pedagógica e de relações sociais entre os sujeitos, visto que, houve uma diferenciação no atendimento no que concerne às medidas socioeducativas de meio aberto semiliberdade e internação, visto às adaptações necessárias aos profissionais para executarem o acompanhamento próximo dos adolescentes e de seus familiares. Por fim, a pandemia apontou problemas já existentes nas políticas públicas e no cuidado com os profissionais, frente à sobrecarga gerada pelo trabalho, bem como trouxe outra realidade para o atendimento socioeducativo e cuidado para que o contágio não se infiltrasse dentro das instituições de internação, bem como para que os atendimentos em todas as medidas socioeducativas continuassem a ser realizados.

Palavras-chave: socioeducação; interdisciplinaridade; pandemia.

LIBERDADE EM SAÚDE - parceria entre o Sistema Socioeducativo do DF e a FIOCRUZ Brasília

Ana Clara Manhães Mendes

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), anaclaramendes@gmail.com

Caroline Toledo Barbosa

Programa de Residência em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (FIOCRUZ), karolinedstv97@gmail.com

Matheus da Silva Sousa

Programa de Residência em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (FIOCRUZ), matheusoskt@gmail.com

Lucélia da Conceição Silva

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), luceliasc123@gmail.com

June Corrêa Borges Scafuto

FIOCRUZ, juneCBS@gmail.com

Helena Fonseca Rodrigues

FIOCRUZ, zedirodrigues@gmail.com

Este projeto foi desenvolvido no bojo do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado entre FIOCRUZ Brasília e Sistema Socioeducativo do DF, através da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF. A parceria visa a elaboração e a execução de atividades conjuntas que beneficiem tanto adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, quanto os residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da FIOCRUZ Brasília. A parceria se apresenta como um campo de atuação prática para os residentes, possibilitando a diversificação de sua formação profissional para além das unidades de saúde. No que diz respeito ao Sistema Socioeducativo, os benefícios da parceria se referem tanto a ampliação de possibilidades de intervenção com os adolescentes, como a troca de conhecimentos junto à própria equipe socioeducativa. Dentre as ações previstas está a atuação de duplas de residentes nas Gerências de Atendimento em Meio Aberto (GEAMAs), responsáveis pela execução das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no DF. A partir do segundo semestre de 2021, a GEAMA Paranoá passou a contar com uma enfermeira e um assistente social vinculados ao Programa de Residência Multiprofissional da FIOCRUZ Brasília. Com a chegada dos profissionais foi construído, em parceria com a equipe da GEAMA Paranoá, um projeto de intervenção que pudesse contribuir com o acompanhamento socioeducativo, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos e práticas em saúde. O Projeto *Saúde em Liberdade* está em andamento e conta com a participação de 4 socioeducandos. O número reduzido de participantes tem o objetivo de respeitar as normas sanitárias necessárias para a prevenção de contaminação do vírus Sars-coV-2. Além disso, as atividades são realizadas em local ventilado e com respeito ao distanciamento entre os participantes. Com base numa perspectiva biopsicossocial para compreendermos a saúde no seu território de vivência, o objetivo do *Saúde em Liberdade* é a discussão e construção de conhecimentos com os socioeducandos participantes a respeito da noção de saúde em suas múltiplas determinações. São objetivos específicos: problematizar as questões relacionadas ao uso de drogas, tanto no aspecto social como os impactos a sua saúde; discutir o acesso ao lazer e espaços públicos de convivência; construir com os adolescentes propostas de práticas de saúde que sejam adequadas a sua realidade; além da difusão de práticas de atenção e prevenção a COVID-19. O projeto tem duração de 2 meses e prevê encontros semanais que utilizam estratégias metodológicas variadas como: atividades artísticas, exibição e debate de filmes, jogos, oficina de pipa, culinária lúdica e, ainda, uma “batalha de rima” que aborda as temáticas do grupo. Ao final dos encontros, os participantes são motivados a registrarem livremente o que foi abordado nas discussões em um caderno individual. São oferecidos materiais de desenho, pintura e colagem para esse registro. O projeto se encerrará em dezembro de 2021.

Palavras-chave: drogas; educação em saúde; oficina lúdica.

OFICINAS INTERSETORIAIS EM SAÚDE E SOCIOEDUCAÇÃO

Talita Santos de Oliveira

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), talita87soliveira@gmail.com

Denise Leite Ocampos

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e Faculdade UNIEURO Brasília, denise.sesdf@gmail.com

Valéria Batista Gama Santana

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), valeria.gamast@gmail.com

A Política Nacional de Atenção Integral à saúde de adolescentes em conflito com a Lei (PNAISARI) estabelece como um de seus objetivos estratégicos estimular ações intersetoriais para a responsabilização conjunta entre as equipes de saúde e da socioeducação referente ao cuidado em saúde de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. No contexto da pandemia de Covid-19, a importância dessa atuação integrada entre as equipes tornou-se ainda mais indispensável, colocando em voga a necessidade do fortalecimento intersetorial entre ambas as políticas públicas, corresponsáveis pelo cuidado e pela diminuição do preconceito, estigma e iniquidades em saúde atribuídas a essa população. Com intuito de aproximar as equipes de saúde e da socioeducação que atuam no âmbito do Distrito Federal, a então equipe gestora da PNAISARI no DF, composta por representantes da área central das Secretarias de Estado de Saúde e de Justiça e Cidadania, promoveram oficinas intersetoriais por meio de videoconferência. As oficinas buscaram capacitar as equipes de profissionais da saúde e da socioeducação em temas relacionados à execução da PNAISARI e os instrumentos normativos que a regulamentam no DF. Além disso, instrumentalizá-las para o desenvolvimento de ações conjuntas conforme as diretrizes e eixos definidos pela política, visando ampliar o acesso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas aos cuidados integrais em saúde. Foram realizadas três oficinas intersetoriais, organizadas por medidas socioeducativas. As duas primeiras, destinadas às equipes de saúde e da socioeducação que têm como referência as unidades de atendimento inicial, internação provisória, internação e semiliberdade, ocorreram em novembro de 2020. Tiveram como objetivo instruir e incentivar a elaboração conjunta dos planos de ação para cada unidade socioeducativa, os quais deveriam relacionar e ampliar as ações de atenção e cuidado em saúde que seriam prestadas aos adolescentes durante o ano de 2021. A terceira oficina realizada em junho de 2021 teve como público-alvo as equipes que atuam na medida socioeducativa em meio aberto e gestores das Unidades Básicas de Saúde distribuídas nos territórios em que se encontram as Gerências de Atendimento em Meio Aberto. Visou discutir os parâmetros do acesso aos serviços de saúde pelos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto, tendo por base a Nota Técnica Conjunta Ministério da Cidadania e Ministério da Saúde nº 42/2021, bem como apresentar possibilidades de intervenções intersetoriais a serem desenvolvidas pelas equipes nos territórios. Destacam-se como principais resultados: relatos das equipes de saúde e da socioeducação sobre maior conhecimento da política e integração entre as equipes; elaboração, pelas equipes, de novos fluxos e protocolos de atendimento de adolescentes vinculados ao sistema socioeducativo, considerando as especificidades territoriais e das unidades de saúde e de socioeducação; confecção conjunta e entrega dos planos de ação referente às ações integradas de saúde das equipes de saúde e da socioeducação que atuam nas unidades de atendimento inicial, internação provisória, internação e semiliberdade.

Palavras-chave: PNAISARI; intersectorialidade; oficinas intersectoriais; ação integrada em saúde.

“OFICINAS DO MEDO E DOS SONHOS”: um dispositivo terapêutico de atenção à saúde para profissionais de medidas socioeducativas em meio aberto

Katerina Volcov

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), katerina.volcov@gmail.com

A pandemia trouxe inúmeros desafios às /aos técnicas de serviços de medida socioeducativa em meio aberto (MSE/MA) a partir do distanciamento social e do trabalho remoto realizado para a continuidade dos planos individuais de atendimento (PIA) de cada adolescente. No município de São Paulo, os MSE/MA continuaram suas atividades durante toda a pandemia, contudo, as/os profissionais se sentiram afetados física, emocional e psiquicamente. Com o objetivo de compreender o momento pandêmico de modo crítico e sistêmico e da necessidade de escuta e respectiva ressignificação das atividades desenvolvidas, seis MSE/MA contaram com supervisões e capacitações na área de Saúde Mental, tendo como dispositivo terapêutico as Oficinas do Medo e dos Sonhos (OFMS). As OFMS são encontros terapêuticos em grupo, utilizadas há alguns anos no curso de Pós-Graduação em Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) e passaram a ser desenvolvidas em SME/MA desde maio de 2020. Com o regime de teletrabalho anunciado pelo Decreto Municipal No. 59.289, de 16 de março de 2020 as OFMS passaram a ser desenvolvidas no modo online. Nesse interim, as capacitações e supervisões técnicas junto aos SME/MA também passaram a ocorrer de modo remoto, sendo utilizada a plataforma Google Meet para a realização dos encontros com duração de duas a três horas. Com temas voltados à comunicação, à sociabilidade em meio remoto, ao bem-estar e ao cuidado de si e aos atendidos, as OFMS se tornaram parte constitutiva das supervisões técnicas. Desde maio de 2020, seis MSE/MA por meio de um olhar fenomenológico-hermenêutico em que as/os participantes juntamente com a facilitadora, de modo horizontal, vem compartilhando angústias, culpas e temores com o propósito de transformá-los em potencialidades e novas perspectivas. Desenvolvidas por pelo menos quatro meses e, em alguns MSE/MA, por mais de oito meses, em encontros remotos quinzenais, as/os técnicos conseguiram reformular ao longo de suas incursões nas OFMS questões relativas ao medo da morte, ao luto de familiares, às inseguranças no atendimento de adolescentes, às vulnerabilidades relacionadas às visitas domiciliares e, principalmente, às possibilidades do uso da arte como mecanismo deflagrador de expressão. Como resultado da experiência, as OFMS vêm se constituindo como um instrumento de cuidado e de escuta, visto que boa parte (senão todos, com exceção daqueles que fizeram uso das OFMS) dos serviços não contam com um trabalho contínuo em termos de saúde mental. As/os profissionais puderam perceber nas OFMS que cada vulnerabilidade compartilhada era semelhante de certo modo à da colega e, a maneira como o Estado oferecia ou não recursos no combate à desinformação, nos recursos para o teletrabalho aliados à dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres e a preocupação em relação à situação dos/as atendidos/as, precisavam ser vistas e apropriadas de forma crítica e ressignificadas com vistas ao cuidado de si. Notou-se, com o passar do tempo e da participação na OFMS, pelos próprios relatos trazidos, que as/os técnicas/os sentiam-se mais fortalecidos e presentes em suas atividades cotidianas domésticas e profissionais.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; dispositivo terapêutico; cuidado de si; assistência social; oficina do medo e dos sonhos.

SUPERVISÃO PARA A EQUIPE DO SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19

Paulo Henrique Xavier

Medida Socioeducativa Cruz de Malta, paulo.henrique@cruzdemalta.org.br

Aline Ramos da Silva

Medida Socioeducativa Cruz de Malta, alineramosavape@gmail.com

Everton Daniel da Silva

Medida Socioeducativa Cruz de Malta, evertondaniel@gmail.com

Fernando Freitas

Medida Socioeducativa Cruz de Malta, fefreitas00@outlook.com

Joelma Siqueira

Medida Socioeducativa Cruz de Malta, siqueira2027@gmail.com

O Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto da Cruz de Malta, atende adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e/ou Prestação de Serviços à comunidade. Sempre na busca do aprimoramento de estratégias para qualificar o atendimento, a equipe técnica foca suas ações na escuta dos adolescentes para a construção de alternativas de vida. Nesse sentido, o estudo de caso é uma forma potente de análise da realidade do adolescente, de como percebe a realidade que vive e com o apoio firme e forte da equipe pode emergir, contribuindo com a construção do seu projeto de vida que lhes possibilitem avançar nesses projetos. Desde o início da pandemia a equipe do SMSE-MA passou a participar semanalmente de supervisão técnica com a psicanalista Emília Estivalet Broide, cujo objetivo foi qualificar o trabalho contribuindo com a saúde mental dos profissionais. Neste período pandêmico, os atendimentos com os adolescentes foram marcados por idas e vindas, seguindo as determinações das autoridades sanitárias, exigindo da equipe técnica flexibilidade para sustentar os vínculos com os adolescentes, ora presencial ora online. Garantir um espaço de elaboração sobre o trabalho é fundamental, uma vez que as vulnerabilidades dos adolescentes e de suas famílias se multiplicaram. Evidenciou-se ainda mais as desigualdades sociais, financeira, cultural, sobretudo a educacional, os jovens autores de atos infracionais foram demasiadamente prejudicados impactando também nas atividades do Serviço de Medida Socioeducativa. As situações vivenciadas pela equipe são de extrema vulnerabilidade e violência. Para estarem preparados para enfrentarem juntos com o adolescente a travessia necessária para que consiga cumprir a medida socioeducativa, faz-se importante um lugar de escuta do sofrimento da própria equipe que é afetada pela realidade. Esse espaço de formação continuada promove a qualidade no atendimento e é um espaço de reflexão para análise profunda de cada caso atendido, criando dispositivos e formas inventivas de se fazer presente na vida do adolescente autor de ato infracional, principalmente neste período de pandemia. A equipe tem o compromisso de discutir e encontrar soluções para as dificuldades apresentadas pelos adolescentes e seus familiares nos atendimentos *on line*, se reinventou, realizando oficinas e atividades em grupos online, produção de vídeos, folhetos, articulação/mobilização via redes sociais (*facebook*, *status do whatsapp*, *instagram*), mobilização e orientações sobre a Covid-19 e vacina, encaminhamentos para a rede socioassistencial entre outros. Todas estas atividades desenvolvidas a partir deste momento inédito que estamos vivenciando, contribuem para a construção de conhecimento na área da Assistência Social, especialmente no trabalho com os jovens em conflito com as leis e as suas famílias.

Palavras-chave: supervisão; formação continuada- socioeducativo; vulnerabilidade.

TELAS EM DIÁLOGO 8

Impactos da pandemia e garantia de direitos

A EFETIVIDADE DA REDE SOCIOASSISTENCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO: do contexto de rua ao acolhimento familiar

Gustavo Amorim

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), gustavogamorim@gmail.com

Vanessa Pinto

Clínica Recanto de Orientação Psicossocial, wanessa.psc@gmail.com

Silvia Barbosa

Clínica Recanto de Orientação Psicossocial, e-mail: silviadfassistentesocial@gmail.com

Em março de 2021 a Gerência de Atendimento em meio aberto do Plano Piloto iniciou o acompanhamento na medida socioeducativa de liberdade assistida aplicada pela Vara da Infância e Juventude do DF ao socioeducando com iniciais R.T.C., com idade atual de 16 anos. O histórico de vida do adolescente é marcado por forte vivência de rua, desamparo familiar, vulnerabilidade social e dependência química; e ao momento da vinculação judicial ele se encontrava em situação de rua, já sendo acompanhado regularmente por diversas instituições: CAPSi Asa Norte, Defensoria Pública do DF, Conselho Tutelar de Brasília II, CREAS Samambaia, Ministério Público Promotoria da Infância e Juventude, VIJ-DF e SEAS (Serviço Especializado em Abordagem Social). A mobilização da rede socioassistencial percebeu-se fortalecida em tempos de pandemia com a articulação de encaminhamentos, discussões e estudos de caso multi-institucionais promovidos mediante o uso de um grupo virtual (aplicativo WhatsApp) de acompanhamento específico criado, com a realização de diversas reuniões virtuais com a participação ampla dos entes envolvidos. Disso resultou um pedido de internação compulsória do socioeducando em uma Instituição de internação psiquiátrica e dependência química do DF, sendo sua permanência na instituição prorrogada após o prazo inicial estipulado na decisão judicial. A equipe da GEAMA Plano Piloto, SEAS, Conselho Tutelar e CAPSI, parceiros efetivos em todo o processo socioeducativo, realizaram diversos atendimentos presenciais com o adolescente, mesmo no período de confinamento social em decorrência da pandemia em curso. A equipe SEAS desenvolveu um papel importante de suporte, cuidados e segurança durante a vivência de rua, sendo o adolescente trazido para os atendimentos pela equipe do SEAS, que na figura de um de seus colaboradores foi determinante para o vínculo estabelecido com o adolescente, não apenas por já o conhecer há tempo, mas por um empenho pessoal que fez e faz a diferença ao engajamento dispensado ao caso. R.T.C. foi regularmente visitado na clínica e diversas conversas foram mantidas com a equipe técnica da instituição. A atuação da rede permitiu a localização dos familiares responsáveis, e a articulação com os mesmos foi realizada com o intuito de fortalecimento e restauração de vínculos familiares para o acolhimento do R.T.C, pelo possível responsável. Para tal, a Rede socioassistencial permanece articulando entre os membros do próprio Estado (Distrito Federal), e também com os demais (BA) que farão o possível acolhimento. Atualmente, o jovem encontra-se estabilizado, em abstinência do consumo abusivo de drogas há cinco meses, em gradativo processo de regulação comportamental, e fortalecendo seus vínculos familiares. Anseia a inserção definitiva no núcleo familiar, e a rede socioassistencial permanece averiguando as possibilidades para que a ressocialização seja realizada brevemente.

Palavras-chave: internação compulsória; trabalho em rede; acompanhamento intersetorial; trabalho em equipe; estudo de caso multi-institucional.

APREENSÃO DE ADOLESCENTES POR POSSE DE DROGA NO DISTRITO FEDERAL - A desigualdade em números

Tathyana Lopes

Núcleo Psicossocial da Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas (UNISS), tathyanalopes.psi@gmail.com

Juliana Otoni

Unidade de Atendimento Inicial (UAI), julianaotoni.cultura@gmail.com

A apreensão por ato infracional análogo ao crime de posse de droga frequentemente impulsiona discussões no meio socioeducativo, tendo em vista as problemáticas que circundam este tema. Em relação ao consumo de drogas na adolescência, questiona-se se o jovem que é flagrado portando substâncias ilícitas seria beneficiado com sua vinculação ao sistema socioeducativo, ou se sua passagem pode acabar trazendo algum estigma ao atrelar o uso de drogas ao tema da segurança pública, e não da saúde. A principal justificativa dada pelas Delegacias da Criança e do Adolescente (DCAs) para o encaminhamento destes adolescentes para instituições de atendimento socioeducativo tais como o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) é que não foi possível realizar o contato com os responsáveis pelos jovens para que eles os busquem nas delegacias, além da suposta compreensão do Sistema Socioeducativo como ente mais preparado para localizar familiares de adolescentes que se envolveram com atos infracionais. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar as características socioeconômicas e familiares dos adolescentes apreendidos por posse de droga e posteriormente encaminhados ao NAI para atendimento de saúde, judicial e de especialistas socioeducativos no ano pré-pandêmico, do dia 1º de março de 2019 e o dia 31 de março de 2020, e comparar estes dados com os dos jovens apreendidos durante a pandemia do Covid-19, de 1º de abril de 2020 a 30 de abril de 2021. Desta forma, buscase que os resultados encontrados sirvam de base para construção de abordagens de atendimento, tanto socioeducativo quanto no âmbito das DCAs, que se atentem às especificidades destes jovens, e para reflexão sobre como o atendimento inicial recebeu esses adolescentes no período da emergência sanitária. Os dados foram coletados a partir da tabela estatística produzida pelo NAI referentes aos períodos supracitados, a qual conta com dados socioeconômicos, demográficos, escolares e de saúde de todos os adolescentes que compareceram ao NAI. Também foi realizada a revisão de relatórios escritos em conjunto entre especialistas socioeducativos e representantes das Secretarias de Educação e Saúde. Os dados coletados demonstraram a necessidade de uma maior aproximação com as Delegacias da Criança e do Adolescente com os entes do Sistema Socioeducativo, para possibilitar o conhecimento do fluxo de localização dos responsáveis dos adolescentes apreendidos por posse de droga e também construção de uma relação de apoio mútuo no que tange o atendimento de adolescentes envolvidos com atos infracionais.

Palavras-chave: posse de drogas; apreensão policial; racismo.

IMPACTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SOCIOEDUCANDOS PRIVADOS DE LIBERDADE COM A RESTRIÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR INTERNA EM TEMPO DE PANDEMIA

Vera Débora Maciel Vilhena

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, veradeboraestatistica@gmail.com

Andreлина da Luz Dias

Associação Polo Produtivo do Pará, andrelinaluz@yahoo.com.br

Jacqueline Agnes da Silveira Santos

Instituto de Metrologia do Estado do Pará, jaquelineassantos@gmail.com

Ana Maria Santiago Aragão

Associação Polo Produtivo do Pará, anaaragao009@gmail.com

Rosimar Porto Alegre Brasil

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, rosemarportoalegrebrasil@gmail.com

O alto índice de transmissibilidade do novo coronavírus e o agravamento significativo do risco de contágio, principalmente em espaços com aglomeração de pessoas, insalubridades, precárias condições de higiene, entre outros aspectos muito comuns em estabelecimentos no âmbito do sistema penal e socioeducativo brasileiro, resultaram na adoção de medidas de enfrentamento da emergência da saúde pública, para fins de reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus nos espaços de confinamento. Este trabalho buscou identificar os efeitos causados com as medidas preventivas de proteção à vida e à saúde das pessoas privadas de liberdade no momento pandêmico, em particular, a recomendada aos gestores competentes no que diz respeito à restrição de visitas dos familiares nas unidades socioeducativas de internação. Assim, este estudo tem por objetivo revelar o impacto com a restrição da convivência familiar interna no cumprimento da medida socioeducativa de internação. Pois, entende-se que o grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar, tiveram uma adequação na convivência familiar nas unidades de atendimento socioeducativo para continuação mínima das garantias de direitos dos mesmos. Para tanto, foi realizado um método estatístico, utilizando um lavamento documental e coleta no banco de dados com acesso pelo NIIT/NUPLAN (Núcleo de Informação Institucional e Tecnológico/Núcleo de Planejamento da FASEPA) aplicando a técnica estatística de análise descritiva que procurou abranger, aspectos gerais e amplos no contexto do cumprimento de medida – família, tempo de cumprimento, saúde, descumprimento de medida, medidas disciplinares, atividades pedagógicas, entre outros. De maneira a possibilitar o desenvolvimento do nível da análise, permitindo com isso, identificar as diferentes formas do fenômeno. Este estudo utilizou-se da técnica de amostragem com a população socioeducativa de uma das unidades de internação da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, localizada em Benevides, município da região metropolitana de Belém que atende socioeducandos de 18 anos e mais de idade. Como resultado da pesquisa foi possível identificar que a medida preventiva adotada de restrição a visitas de familiares na unidade de internação, trouxe grande impacto no cumprimento de medida de privação de liberdade, visto que, a estrutura preventiva nas situações limites – brigas, quebradeiras, fugas, motins, agressões e outras ocorrências dessa natureza, têm à família como suporte fundamental nas intervenções estratégicas da segurança preventiva. Também identificado no estudo o impacto repercutido e fragilizado nos vínculos afetivos pela ausência da família no momento crítico para a humanidade aprender e/ou reaprender sem a presença das referências mais próximas e fundamentais no processo de desenvolvimento dos socioeducandos.

Palavras-chave: convivência familiar, coronavírus na socioeducação; socioeducandos; medidas socioeducativas.

CIRCULANDO SABERES: estratégia de enfrentamento ao coronavírus no sistema socioeducativo paulista

Rosângela da Silva Domingos
Fundação CASA, rosangelasd@sp.gov.br

Mario Luiz da Silva Pereira
Fundação CASA, mariolsp@sp.gov.br

Natália Ribeiro Endo
Fundação CASA, nataliare@sp.gov.br

Guilherme Astolfi Nico
Fundação CASA, gnico@sp.gov.br

Tatiana Pereira Lima
Fundação CASA, tplima@sp.gov.br

Este trabalho, com a temática *Circulando Saberes: estratégia de enfrentamento ao coronavírus no sistema socioeducativo paulista*, apresenta ações adotadas pela Fundação CASA no enfrentamento aos efeitos do SARS-CoV-2 (o vírus que causa a Doença Covid-19). Para ancorar as argumentações recorreremos à metodologia de pesquisa documental, sem tratamento analítico, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente, da legislação brasileira e portarias institucionais no período pandêmico. Na perspectiva de promover conhecimento, disseminar informações cientificamente fundamentadas e promover reflexão, o objetivo desta produção traz: 1) contextualização sobre as bases normativas para a execução da política socioeducativa no Brasil e para a atenção integral à saúde do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; 2) apresentação das ações adotadas pela instituição no enfrentamento ao coronavírus, respostas imediatas e efetivas à garantia da saúde do adolescente atendido; 3) explanação sobre as ações formativas oferecidas pela Unicasa - Universidade Corporativa da Fundação CASA a todo corpo funcional e, por consequência, alcançando também os adolescentes inseridos no sistema socioeducativo paulista. A realização das ações considerou a necessidade de respostas imediatas e tomada de decisões apoiadas nas evidências técnicas de ciência e saúde, seguindo as orientações e recomendações da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde que através do Centro de Contingência do Estado de São Paulo monitorou e coordenou ações contra a propagação do novo coronavírus. Como resultado da ação formativa, a Unicasa, em parceria com as Superintendências Pedagógica e de Saúde da instituição, disponibilizou o curso “SP contra o novo coronavírus: Saiba como se proteger” para que os servidores e os centros de atendimento socioeducativo da Fundação realizassem com os adolescentes em medida socioeducativa a atividade formativa no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Obteve-se um total de 2.077 participantes, sendo 982 servidores e 1095 adolescentes capacitados de 55 centros de atendimento distribuídos na capital, interior e litoral. Compreendemos que a realização dessa formação alcançou os seus objetivos, tais como: apresentar as medidas para evitar o contágio; orientar e difundir a importância da prevenção e assistência no enfrentamento da Covid-19; instrumentalizar a comunidade socioeducativa acerca de medidas de biossegurança e medidas sanitárias; possibilitar a reflexão crítica em relação aos direitos à vida e à saúde no enfrentamento da pandemia no sistema socioeducativo; estimular os profissionais e adolescentes sobre a importância de medidas de higiene individual na rede de transmissibilidade; elucidar sobre fatos e mitos, desmistificar e sensibilizar a respeito da vacinação. O resultado positivo da ação mostrou que adolescentes se tornaram multiplicadores do conhecimento a seus familiares e que compreenderam a necessidade da radicalidade das medidas adotadas no enfrentamento à pandemia. Essa iniciativa, além de ter sido inovadora, pioneira e excepcional na Fundação CASA despertou novas propostas de trabalhos similares.

Palavras-chave: adolescentes; formação; pandemia; socioeducação.

CONTROLE DEMOCRÁTICO PARA GARANTIA DE DIREITOS DE ADOLESCENTES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DURANTE A PANDEMIA: Diferentes atores em cena

Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira

Integrante da Coalizão Nacional pela Socioeducação. Associada à Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, adriraquel@hotmail.com

Os reflexos da pandemia para adolescentes e jovens em privação de liberdade associam novas questões sanitárias trazidas pelo COVID-19, aos problemas já antigos e conhecidos que vão de estruturas inadequadas, ao deslocamento do sentido da socioeducação. Assim, em unidades socioeducativas de meio fechado se cruzaram fatores de riscos à integridade física e mental de adolescentes, condições de adoecimento e sofrimento para familiares e profissionais. O grande número de servidores afastados por fazerem parte de grupos de risco, ou estarem infectados, impactou fortemente as atividades pedagógicas, que já eram escassas, e passaram a inexistir durante meses, configurando maior tempo de ócio e confinamento em alojamentos. O objetivo deste artigo, elaborado a partir da atuação em espaços de monitoramento de unidades socioeducativas durante a pandemia, é apontar e provocar reflexões acerca dos impactos da pandemia e do importante papel assumido por órgãos de fiscalização e controle social. Se o cenário exigia ações para evitar a propagação do vírus nas Unidades Socioeducativas, bem como investimento em políticas de saúde e de proteção social, o que se viu foi diversos ataques à essas políticas, bem como a participação social. Exemplifica isso: as tentativas de desmonte do CONANDA; anúncio de ampliação do número de unidades de internação; iniciativas legislativas que tentam usurpar garantias já conquistadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes e SINASE; adoção de práticas institucionais como audiências e visitas familiares virtuais, que flexibilizam padrões normativos de garantia de direitos e, por vezes, passam a ser defendidas como modelos a serem implementados pós COVID-19. A pandemia se instalou em solo brasileiro sob um cenário já desalentador, marcado por graves ameaças ao Estado Democrático de Direito. Mas a luta por direitos e por democracia historicamente são parte de um mesmo processo, o que se mostrou em ações como a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), articulação de redes locais para monitoramento da aplicação e execução de medidas socioeducativas, bem como elaboração de Informes e Notas Técnicas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), estratégias diversas que vêm demarcando a presença de diferentes atores em cena, por garantia de direitos na socioeducação em tempo de pandemia. É mister ressaltar, a articulação de um novo Movimento: a Coalizão Nacional pela Socioeducação, que reúne representantes de organizações da sociedade civil, pesquisadores (as) e defensores (as) de direitos de adolescentes e jovens. Essa organização tem se destacado pelo poder de incidência em pautas legislativas, na produção de dados e no âmbito do sistema de justiça, buscando combater violações de direitos e o racismo estrutural. Vale especial menção ao Projeto de Lei nº 3668/2020 sobre a aplicação e execução de medidas socioeducativas durante a pandemia de COVI-19. Este PL, construído pela Coalizão e apresentado à Câmara Federal por um conjunto de Deputados, foi aprovado em outubro de 2021 na Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara Federal. Como resultado observa-se que os problemas agravados pela pandemia nos desafiam, mas também oportunizam novas articulações e impulsos na luta por garantia de direitos.

Palavras-chave: socioeducação; direitos; controle democrático; covid-19.

A JUSTIÇA JUVENIL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 - Novos dispositivos de garantia de direitos

Ana Margarida Barbosa Santos

Ministério Público do Estado do Maranhão, 43ª Promotoria de Justiça Especializada, anamargarida@mpma.mp.br

Maria Betânia Silva Magalhães

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, 2ª Vara da Infância e da Juventude, mbsmagalhaes@tjma.jus.br

Em 2020, com o contexto mundial de pandemia de Covid-19, novas formas de sociabilidade e cuidado com a saúde foram impostas, por meio de um arcabouço jurídico de leis, decretos e recomendações que tratavam de garantir as condições sanitárias, epidemiológicas e de proteção social da população. No campo da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou as Recomendações nº 62/2020 e nº 78/2020 que tratam das medidas preventivas à propagação da infecção pelo Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, assim como também o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Corregedoria Geral de Justiça estabeleceram na Portaria Conjunta nº 14/2020 medidas temporárias de prevenção ao contágio, além do Habeas Corpus nº 143.988 do Supremo Tribunal Federal (STF) que trata do patamar de superlotação em estabelecimentos socioeducativo. Com base nestas normas, a justiça juvenil precisou adequar-se. Neste sentido, a 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís realizou inicialmente a revisão processual de adolescentes internados com comorbidade, audiências em formato *on line*, e inspeções nos centros socioeducativos por videoconferência, dentre outras ações. O presente trabalho tem por objetivo analisar a internação domiciliar como dispositivo de garantia de direitos no âmbito da justiça juvenil, no período de março de 2020 a setembro de 2021. Os procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica; levantamento dos processos com decisão de conversão cautelar da privação de liberdade em internação domiciliar no período mencionado; construção e definição dos quesitos a serem investigados (perfil do adolescente, indicações para internação domiciliar, prazo, acompanhamento e desfecho dos casos); sistematização e tabulação dos dados em planilha no LibreOffice Writer Cal, sendo identificado 12 processos (socioeducandos). Em relação ao perfil desses socioeducandos, 83,3% são do sexo masculino, com maior incidência na idade de 17 anos (41,6%), com predominância do ato infracional de roubo majorado (66,6%). A indicação para internação domiciliar foi motivada por uma ou mais das situações expostas, a saber: a unidade não possuir equipe de saúde, em 41,6% dos casos; em 25% os socioeducandos apresentavam comorbidades, como problemas renais, asma e cardiopatia; 33% foram amparados pela determinação do STF, dentre outras situações. Essa conversão, com duração de 3 meses e prorrogação por igual período após avaliação, ensejou aos socioeducandos duas responsabilidades: a) não sair da residência, salvo em caso de urgência e, b) manter contato com a equipe técnica da unidade pelo menos uma vez por mês. A não observação desses itens resultaria em revogação da medida. Como desfecho dos casos, 66,7% tiveram suas medidas extintas pelo cumprimento, 25% estão cumprindo a determinação e 8,3% o adolescente foi assassinado. Vale ressaltar que, apesar de ter havido um desfecho trágico, vez que um adolescente foi a óbito, de um modo geral, o levantamento apontou um resultado satisfatório, visto que os demais socioeducandos cumpriram adequadamente a medida de internação domiciliar. Os dispositivos adotados por força da pandemia revelaram-se eficientes e resolutivos, podendo servir como parâmetro para novas intervenções e estudos.

Palavras-chave: justiça juvenil; internação domiciliar; São Luís.

OS DESAFIOS DA PANDEMIA NA SOCIOEDUCAÇÃO DO DEGASE-RJ E O PROTAGONISMO DAS FAMÍLIAS DOS ADOLESCENTES EM REDE POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Vanda Vasconcelos Moreira
DEGASE-RJ, vandavasconcelos@uol.com.br

Talita Figueiredo
DEGASE-RJ, talitatafigueiredo@gmail.com

Leila Mayworm Costa
DEGASE-RJ, eilamayworm.smas@hotmail.com

Luciana Helena de Almeida Santos
DEGASE-RJ, luci.bdf@hotmail.com

Eliana Lobo
DEGASE-RJ, eliana.lobinhocg@gmail.com

Ao longo da Pandemia da Covid-19, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro/DEGASE, criado há 28 anos, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, com responsabilidade de promover socioeducação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, vem enfrentando desafios com a articulação entre as equipes e os movimentos sociais de mães e familiares. Suas equipes de trabalho multidisciplinares expressam o compromisso ético-político da práxis psicossocial, que fomenta a rede interinstitucional e intersetorial no SUAS/CREAS, SUS/PNAISARI-PO. O DEGASE é integrante do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescentes, com ações pautadas nas Normativas Internacionais, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- 1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE-2012), Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC- 2006), agregando a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI/Plano Operativo/PO-2014). Utilizamos autores com abordagem social, que permitem análise crítica da realidade, como Esther Arantes, Danichi H Mizoguchi, Foucault, entre outros. O objetivo deste trabalho propõe ações que promovam a centralidade da família nas políticas públicas, em especial no contexto de pandemia, contribuindo para a construção de uma prática humanizada, tendo como eixo a promoção da cidadania e a justiça social, através da luta pelos Direitos Humanos, ética e compromisso social. Procura-se romper com as vozes silenciadas e contribuir para construção das vozes coletivas institucionalizadas e para uma cultura de pertencimento e protagonismo das famílias no processo socioeducativo, em especial neste contexto de pandemia, com novos paradigmas de humanização. No trabalho aqui relatado, as famílias interagem no processo de reformulação e criação de rotinas em contexto de pandemia, segundo orientações sanitárias da OMS, como suspensão temporária das visitas presenciais, reformulação dos protocolos para visitas virtuais, através de ferramentas da tecnologia da informação, via telefone, *whatsapp* ou videoconferência. Vale destacar que o trabalho multidisciplinar foi iniciado antes da pandemia no Programa de Atenção às Famílias no DEGASE (2018), com o Núcleo de Atenção às Famílias/NUAF e Fóruns de Atenção às Famílias. Estas ações se somaram ao exercício da cidadania, ao acessar direitos, institucionalizando o diálogo e debate crítico, gerando mudanças de paradigmas nos espaços institucionais. Propomos, neste trabalho, socializar tais práticas na construção de políticas públicas em saúde em contexto de pandemia, com a intenção de buscar maiores possibilidades e potencialidades em soluções criativas com a comunidade científica e a sociedade em geral aos desafios impostos no enfrentamento pandêmico, visando à execução de ações eficientes e o fortalecimento das Políticas Públicas de Saúde e sua interlocução com as políticas setoriais e os movimentos da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: socioeducação; pandemia; protagonismo das famílias; saúde de adolescentes.

A GARANTIA DO DIREITO AO CONVÍVIO FAMILIAR A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Taize Carvalho Santos

Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, taize.carvalho@gmail.com

Rafaela Vilarinho Mesquita

Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, vilarinho.rafaela@gmail.com

A convivência familiar é um direito de crianças e adolescentes que cometem ato infracional que deve ser garantido mesmo em tempos de pandemia. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no processo socioeducativo, é princípio que deve reger a execução das medidas socioeducativas, ainda aquelas aplicadas em contextos de privação de liberdade. Contudo, a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, empreendeu cenário adverso que requereu isolamento social para reduzir a disseminação da doença e, conseqüentemente, acarretou a suspensão de visitas presenciais em unidades de internação do Distrito Federal. Nesse sentido, este estudo almeja compreender como a pandemia de Covid-19 afetou a relação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas famílias. Para isso, o percurso da pesquisa estão organizados por meio dos objetivos específicos: analisar as orientações normativas do sistema socioeducativo do DF acerca das visitas de familiares a adolescentes internados durante o período pandêmico; investigar, a partir das vozes de profissionais atuantes na socioeducação do DF, quais medidas foram adotadas para, tendo em vista a suspensão das visitas, a manutenção do vínculo entre socioeducando e seus familiares; e identificar se e como a pandemia impactou a gestão das visitas nas unidades de internação. Esta pesquisa qualitativa foi realizada por meio de análise de documentos que orientam e regulam o sistema socioeducativo local e de entrevistas semiestruturadas com dez servidores de unidades de internação, via plataformas digitais por, aproximadamente, 60 minutos. Constatou-se a prescrição formal pelos órgãos estatais de ações como: a priorização pela aplicação de medidas em meio aberto, a revisão de internações provisórias, a adoção de protocolos de distanciamento social e de equipamentos de proteção individual, a promoção de campanhas de educação em saúde, a suspensão de atividades coletivas e a gestão das visitas e do recebimento de materiais de limpeza e higiene. Sobre as visitas, essas foram bastante sentidas pelos internos, principalmente, porque, quando retomadas, ainda havia a necessidade do distanciamento e, caso não fosse cumprido, poderiam receber sanções. Os entrevistados relataram a implementação de ações destinadas à manutenção do contato familiar dos socioeducandos, mencionando a realização de telefonemas e videochamadas. Todavia, devido à vulnerabilidade social a que estão submetidos adolescentes e suas famílias, em alguns casos, os internos estiveram privados do convívio familiar, o que ocasionou aumento do registro de ansiedade e tensão entre os jovens. Para reduzir tais sentimentos, e para que os jovens não permanecessem todo o tempo “na tranca”, foram desenvolvidas oficinas e revitalização de espaços. A partir das análises, percebe-se que a família ocupa papel sobressalente na formação social de seus membros, sendo assim, é patente a necessidade de que ela acompanhe o jovem em todo seu processo de cumprimento de medida. Por fim, depreende-se que a pandemia ocasionou prejuízo à garantia do direito ao convívio familiar na socioeducação, apontando a necessidade de aprimorar o entrelaçamento entre as prescrições normatizadas e as práticas adotadas para a efetiva reinserção do jovem na sociedade.

Palavras-chave: socioeducação; pandemia da covid-19; visitas; convívio familiar.

PÔSTERES DIGITAIS

A URGÊNCIA DO TRABALHO DIGNO ÀS FAMÍLIAS VINCULADAS AO PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA

Natasha Contro de Souza

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), Fundação Hermínio Ometto (Uniararas),
natasha.contro@gmail.com

O trabalho é uma atividade exclusivamente humana, se refere ao saber fazer, ao envolvimento do corpo, da inteligência e à capacidade de sentir, pensar e criar. Ele é um componente central para a compreensão da sociedade, da saúde, das formas de sociabilidade e dos modos de produção da vida. Ele vai além de uma discussão sobre fonte de renda ou emprego, mas remete aos processos de formação da identidade. Partindo deste pressuposto e das demandas apresentadas pelas famílias inseridas na medida socioeducativa (MSE) de liberdade assistida (LA) do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), avaliou-se a importância de ampliar essa discussão levando em consideração as características específicas que as atravessam. Sendo a maioria negras, com baixa escolaridade e, por consequência, baixa renda. Muitas são imigrantes do Nordeste que vivem em situações de habitação deficitárias, tendo a figura da mãe como a principal responsável. Em decorrência disto, compreende-se que a população mencionada vive às margens da sociedade, ocupando condições de trabalho precárias. Majoritariamente, as mulheres que circulam nos espaços dos atendimentos socioeducativos, as mães, vivem como empregadas domésticas, cozinheiras ou coletoras de reciclagem. As trajetórias mais bem sucedidas no trabalho formal ocorrem quando conseguem ser efetivadas em empresas terceirizadas como auxiliares de limpeza. Logo, há uma relação de continuidade entre a baixa escolarização, a informalidade do trabalho e a precarização social. Diante disso, no que se refere às intervenções grupais direcionadas a estas famílias, objetivamos elaborar um grupo de reflexão e acolhimento para os responsáveis, em especial, às mães, sobre as vivências vinculadas ao mundo do trabalho. A finalidade é percorrer temas pertinentes à empregabilidade, renda e desemprego, atrelando-os aos direitos trabalhistas e possibilidades de rompimento com as situações de exploração enfrentadas pelas participantes, corroborando a construção de ferramentas que possibilitam a resistência e ruptura com as formas de dominação. Os encontros ocorrem semanalmente de maneira remota pela plataforma *Jit si*, levando em consideração a pandemia. O grupo é mediado por uma dupla psicossocial, tendo duração de uma hora. A metodologia é de caráter qualitativo, sendo este um trabalho de campo, havendo como recorte a intervenção com famílias interessadas em discutir vivências no mundo do trabalho e os seus atravessamentos no cotidiano, incluindo o universo infracional e o adolescente/jovem em MSE. Por meio dos encontros foi possível identificar a importância de ofertar um espaço para o acolhimento das participantes e a necessidade de desnaturalizar vivências abusivas e violentas. As intervenções têm proporcionado a não culpabilização das mães sobre as tratativas hostilizadas advindas dos empregadores. Ainda assim, encontra-se resistência na participação delas, traduzidas quando questionam se a proposta “*é só para conversar ou arrumar trabalho*”. Isto denota a necessidade de, além de favorecer a construção dos grupos de reflexão para trocas de experiência, também auxiliá-las nas formas de acesso ao trabalho, inclusive, no que diz respeito às possibilidades dentro da informalidade, uma vez reconhecida a dificuldade de acesso aos contratos CLT para elas.

Palavras-chave: grupo de responsáveis; precarização do trabalho; medida socioeducativa; liberdade assistida.

A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO FERRAMENTA DE AUTORREFLEXÃO ENTRE ADOLESCENTES DE UMA UNIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL

Bruna dos Santos Nunes

Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF), brunadsn@hotmail.com

A Comunicação Não-Violenta (CNV) corresponde a um processo que busca inspirar conexões e ações compassivas. Isso se dá por meio de uma estrutura básica e um conjunto de habilidades de linguagem e comunicação que são utilizadas para a abordagem de diversos problemas, incluindo desde relacionamentos pessoais até conflitos globais. Sabe-se que a punição e os modelos disciplinares não se configuram como única solução para as ocorrências e/ou faltas cometidas por adolescentes acautelados no âmbito do Sistema Socioeducativo e, dependendo do caso pode gerar dificuldades para a efetiva ressocialização. Este trabalho teve a finalidade de orientar, com base na prática da CNV, a autorreflexão junto a adolescentes internados em uma unidade do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Considerando o período inicial da pandemia, em que o contexto do medo e da incerteza estava consolidado, foram realizadas, entre abril e agosto de 2020, 12 oficinas de CNV envolvendo um total de aproximadamente 40 adolescentes do gênero masculino e com faixa etária entre 13 e 17 anos em regime de internação provisória. As atividades foram oportunizadas para grupos de até seis adolescentes, no formato de roda de conversa e grupos de trabalho, de maneira que fosse possível realizar a escuta de todos, tendo sido planejadas e conduzidas por uma servidora da Instituição capacitada na prática da CNV. Os seguintes temas foram trabalhados: reconhecimento e identificação de emoções e necessidades, reações diante de conflitos, reflexão sobre comportamentos próprios e de outras pessoas e exercício de um olhar empático com o outro. Foram utilizados os seguintes materiais: lista de sentimentos e de necessidades, vídeos com encenações sobre situações de conflitos, textos, estudos de caso e tarjetas. Para avaliação das ações, no início e ao final das oficinas, os adolescentes eram convidados a compartilhar seus próprios sentimentos, por meio de consulta a lista de sentimentos disponibilizada pela facilitadora e percebeu-se, em geral, mudanças positivas em relação aos sentimentos pontuados. Além disso, após a realização das atividades, todos foram questionados sobre a importância das oficinas e se aceitariam participar novamente, tendo a maioria respondido afirmativamente. Destaca-se que alguns adolescentes apresentaram resistência inicial ao desenvolvimento da atividade, mas à medida que a dinâmica foi sendo conduzida, participaram ativamente. Nenhum adolescente se recusou a participar.

Palavras-chave: comunicação não-violenta; sistema socioeducativo; socioeducação.

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA EM CONTEXTO PANDÊMICO: a experiência da culinária como estratégia de intervenção grupal remota

Alessandra de Moura

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), alessandra.moura.to@gmail.com

Rebecca Maris de Sousa

Departamento de Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,
rebecca.sousa@usp.br

Maria Paula Panúncio-Pinto

Departamento de Ciências da Saúde, Divisão de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,
Universidade de São Paulo, mapaula@fmrp.usp.br

A proposta de grupos de culinária como estratégia de intervenção remota foi desenvolvida para favorecer o cumprimento de medidas socioeducativas durante a pandemia, através de parceria firmada entre a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP/USP) e o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), para realização de Estágio Profissional em Terapia Ocupacional na Atenção à Criança e ao Adolescente. O objetivo principal foi fortalecer o vínculo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na liberdade assistida (LA), através dos atendimentos remotos. Em relação aos objetivos específicos, temos: promover o diálogo entre os adolescentes a partir da temática da culinária e proporcionar espaço de escuta online, através de atividades cotidianas. Os critérios de participação levaram em conta características do adolescente, envolvendo aspectos relacionais, acesso a recursos tecnológicos (celular, computador, notebook, tablet e/ou outros), conexão (internet), interesse na temática, disponibilidade de horário e organização tempo-espacial. Foi desenvolvido um roteiro de atividades em conjunto, tendo como eixo central a atividade de culinária, em busca de um ponto comum entre os acordos feitos no decorrer das semanas, sendo revisados após cada encontro, tendo como norte os objetivos. O roteiro foi importante para o planejamento de cada encontro, com a inclusão de temas relevantes tais como relações familiares/afetivas, inserção no mercado de trabalho, cursos profissionalizantes e organização do cotidiano. Para tanto, foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas, promovendo maior dinâmica, integração, possibilidade de reflexão e diálogo. Foram utilizados recursos midiáticos como jogos online, vídeos do YouTube/Instagram, vídeos produzidos pelo COMEC, entre outros. Ocorreram sete encontros remotos semanais com duração de aproximadamente uma hora, utilizando o recurso tecnológico da plataforma Google Meet, através de videochamadas. Para a utilização deste recurso, foi necessário capacitar cada integrante do grupo quanto ao uso da plataforma, garantindo o espaço de fala dos adolescentes, favorecendo assim suas escolhas, fortalecendo a autonomia e independência de cada sujeito dentro dos processos e fazeres culinários, explorando ocupações de interesse dentro deste universo. O grupo contou com a coordenação de uma terapeuta ocupacional/orientadora de medida e de uma estagiária de terapia ocupacional, e com a participação média de três adolescentes por encontro. O desenvolvimento da proposta permitiu o compartilhamento de um espaço horizontal, levando em conta a integralidade de cada participante. A construção de um espaço seguro e acolhedor foi priorizado no sentido de oportunizar vivências significativas, e escuta às demandas dos participantes, considerando aspectos do cotidiano e fatores socioculturais. Desta forma, foi possível alcançar os objetivos propostos no decorrer das sete sessões, algumas das atividades, em especial as mais dinâmicas e didáticas, foram melhor aceitas, em contraponto às teóricas.

Palavras-chave: socioeducação; liberdade assistida; pandemia; grupo socioeducativo; terapia ocupacional.

CUIDE-SE: uma proposta de intervenção junto às famílias em contexto de pandemia

Andréia Custodia Canto de Andrade

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Larissa Caroline Silva de Souza

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Luana Vicente Salgado

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Tamires Pereira

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), atua há 41 anos na garantia dos direitos de adolescentes, na sua dimensão íntima e coletiva, considerando o contexto sociohistórico e familiar. Desta forma, o programa de Prestação de Serviços à Comunidade conta com uma equipe específica que realiza o acompanhamento familiar no âmbito da socioeducação. Diante do contexto de calamidade pública advindo da situação pandêmica do Covid-19, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através do provimento CSM 2565/2020 decretou a suspensão das medidas socioeducativas em meio aberto, e com isso, foi necessário reestruturar as intervenções técnicas para a continuidade da manutenção do vínculo com os usuários e seus familiares. Frente a esse contexto e com a ampliação da crise sanitária e social, que culminou no agravamento da situação de vulnerabilidade social e dos conflitos intrafamiliares, nasceu o “CUIDE-SE”, que foi elaborado a partir dos desafios vivenciados pela equipe que passou a lidar com o esgotamento da disponibilidade das famílias aos acessos, e em sua proposta procurou possibilitar a manutenção dos espaços de diálogo, reflexão e continuidade dos atendimentos com o público em questão, de maneira remota, através de materiais digitais, atendimentos telefônicos e vídeo chamada por aplicativo Whatsapp. Diante disso, elaborou-se ações que preconizassem a criação de estratégias disparadoras de diálogos, que retomassem a dimensão das temáticas transversais. Assim, foram realizadas atividades pontuais e permanentes, que possibilitassem reflexão e ao mesmo tempo cuidado dos grupos familiares atendidos, como a confecção e entrega de kits de cuidado pessoal, contendo máscara, álcool em gel e informativo referente ao contexto da crise sanitária, além de atividades a serem realizados pelo grupo familiar em seu domicílio, a fim de fortalecer o vínculo entre estes. Também foram desenvolvidos e divulgados materiais audiovisuais contendo informações sobre a campanha de vacinação municipal, oportunidade de emprego e cursos de qualificação profissional, assim como a ampliação de temas transversais e de prevenção e cuidado à saúde, a fim de propiciar ampliação e acesso a informações. Frente a essas intervenções, observou-se a manutenção do vínculo com as famílias atendidas, através do retorno que essas apresentavam das atividades propostas, por meio de registro das imagens, concomitante com a continuidade dos acessos à equipe de referência sem o rompimento do vínculo institucional. O projeto, além de instrumentalizar a equipe na atuação no cenário pandêmico com as famílias, possibilitou a ressignificação dos espaços de reflexão com os usuários atendidos prevalecendo a garantia de direitos.

Palavras-chave: família; pandemia; cuidado; medida socioeducativa.

ENFRENTANDO A PANDEMIA EM SERVIÇO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO: aprendizagem para estudantes de terapia ocupacional

Carla Regina Silva Soares

Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo,
carla-soares@usp.br

Marta Carvalho de Almeida

Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, mcarme@usp.br

Desde 2018 o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo - campus São Paulo - e o Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto Cruz de Malta (situado na zona sul do município de São Paulo) desenvolvem parceria para a oferta de formação prática de estudantes em Terapia Ocupacional Social. Com carga horária média de 20 horas semanais em um período de 4 meses, as atividades dos estagiários são definidas e acompanhadas pela equipe da unidade, com supervisão de docente e terapeuta ocupacional do curso, responsáveis pela disciplina de estágio. Os estagiários integram o cotidiano do serviço por meio de acompanhamentos individuais e em grupo, da colaboração em oficinas e projetos, bem como na participação em reuniões de equipe, contando ainda com períodos de estudo e de supervisão. Este trabalho tem por objetivo apresentar experiências e contribuições de atividades que agregam o ensino profissional e a prática socioeducativa no período da emergência sanitária (2020-2021), tendo em vista o foco na construção de processos de compreensão e diálogo sobre a pandemia por Covid-19 e sobre as possíveis formas de evitar ou reduzir suas repercussões no cotidiano de adolescentes, famílias e comunidades acompanhadas. Com essa finalidade foram analisados os registros das atividades práticas de 14 estagiários, que estiveram divididos em três diferentes turmas e períodos, compreendendo anotações sobre os encontros de supervisão de estudantes e de reuniões de equipe, bem como relatórios descritivos e trabalhos de conclusão da disciplina elaborados por estudantes. Os resultados mostram que, adotando formato e linguagem apropriada ao perfil dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, bem como o uso de recursos audiovisuais, tecnologias e mídias digitais, os estudantes tiveram atuação relevante na criação e difusão de conteúdos informativos sobre o coronavírus e medidas de prevenção da contaminação, sobre programas sociais implementados para o enfrentamento da vulnerabilidade social e as formas de acessá-los, e sobre a dinâmica de funcionamento do serviço durante o período. Também foram implementadas estratégias variadas para o estímulo da interação digital de forma síncrona e assíncrona, por meio da criação de grupos em plataformas digitais com temáticas de interesse dos jovens. Foi possível transformar as reuniões virtuais de equipe no principal espaço de diálogo e troca entre estudantes e equipe técnica da unidade, permitindo a elaboração de propostas fundamentadas tanto nas demandas apresentadas por adolescentes e suas famílias como na leitura social do território no qual se localiza o serviço. As atividades tiveram importante adesão de adolescentes e jovens acompanhados na unidade no período da pandemia, sendo possível considerar que contribuíram para a criação e manutenção de vínculos significativos da equipe do serviço com os jovens, em um período de interações sociais bastante limitadas pelas medidas de distanciamento físico. Embora em meio a vários desafios, reflexões e ações inventivas implicadas nessas atividades produziram processos fundamentais para a qualidade da formação profissional dos estudantes.

Palavras-chave: socioeducação; aprendizagem prática; educação superior; terapia ocupacional social

IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NA MEDIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Adilaine Juliana Scarano Vedovello

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), cpsc@comec.org.br

Luana Vicente Salgado

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Vanessa Santos Uchôa

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Em virtude do cenário pandêmico da Covid-19, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através do provimento CSM 2565/2020 de março de 2020, suspendeu a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com sucessivas prorrogações até setembro de 2021. Durante a permanência da suspensão da medida, pressupõe a não realização de atividades de PSC por ser preponderante o acesso e contato a serviços públicos e ainda, não estar vigorando o tempo determinado judicialmente. Diante deste cenário, o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), executor da referida medida, readequou suas estratégias para manter o acompanhamento dos adolescentes e suas famílias e orientá-los a respeito da importância do cumprimento da medida socioeducativa após o término da suspensão. Os objetivos foram promover estratégias para manutenção do vínculo entre os adolescentes e suas famílias; com a instituição executora, visando trabalhar os impactos do isolamento social, realizar orientações sobre a prevenção e cuidados com a saúde, efetivar as medidas protetivas em parceria com a rede intersetorial e promover ações de cidadania para garantia dos direitos. Foi potencializado a modalidade de atendimento virtual através do aplicativo WhatsApp por meio de vídeo chamadas e mensagens; telefonemas; atendimentos presenciais individuais e atendimento domiciliar. Diversas atividades foram organizadas e disparadas para os atendidos como meio de estabelecer uma ação dialógica neste contexto, tais como: informativos diversos a partir de demandas emergentes, vídeos educativos, elaboração de projetos pontuais que favoreceu a interação com os atendidos e o envio de kit de materiais para realização de atividades no domicílio. Diante das estratégias utilizadas, observou-se predomínio de acessos remotos por parte da equipe, que possibilitou o fortalecimento dos vínculos e permanência do acompanhamento, evitando o distanciamento com o serviço. Adesão dos adolescentes e das famílias na participação dos projetos enviados através de kit de materiais e devolutiva das atividades propostas por mensagens, fotos e relatos nos atendimentos. O período de dezoito meses de suspensão da medida de PSC impactou significativamente nas ações da equipe, na promoção de novas formas de diálogo junto aos atendidos, na adaptação da comunicação e na metodologia de atendimento a partir da escuta qualificada e das especificidades de cada caso. Foi necessário o replanejamento da rotina de trabalho, bem como a intensificação do trabalho junto às famílias, devido ao aumento das demandas socioassistenciais em virtude do contexto pandêmico.

Palavras-chave: adolescente; prestação de serviços à comunidade; socioeducação.

QuarenCENAS: retratos do isolamento social

Vanessa Santos Aparecida dos Santos Uchôa

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Tâmara Harumi Yamagute Rosa

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Sharlene Silva Magalhães

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), la@comec.org.br

Larissa Mazzotti Santamaria

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), coordenadoria@comec.org.br

Adilaine Juliana Scarano Vedovello

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), cpssc@comec.org.br

Os profissionais responsáveis pelos atendimentos das medidas socioeducativas em meio aberto do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) desenvolveram o projeto QuarenCENAS durante a fase inicial da pandemia da Covid-19 com a proposta de trabalhar a vinculação entre os atendidos e os técnicos de referência na nova modalidade remota de atendimento, assim como identificar a realidade enfrentada pela restrição do convívio social aos adolescentes e seus familiares. O objetivo foi promover diálogo, interação e reflexão juntamente aos adolescentes e familiares sobre o isolamento social, por meio dos registros fotográficos das cenas de seus cotidianos. Os adolescentes e seus familiares foram convidados a participar do projeto utilizando o celular pessoal para registrar imagens fotográficas desse momento atípico, que ilustravam temas emergentes favorecendo o diálogo nos atendimentos socioeducativos. Como disparador da atividade foi realizado um vídeo convidando-os para participar da atividade, com orientações para que as fotos fossem nomeadas com um título, dicas de fotografia (limpeza das lentes, iluminação, foco e zoom) e preservação da identidade. As fotos e autorização do uso da imagem foram enviadas pelos adolescentes e familiares pelo aplicativo de comunicação WhatsApp e armazenadas no Google Drive institucional do COMEC. Essas cenas (fotografias) foram trabalhadas dentro do contexto do atendimento de cada adolescente ou familiar, e posteriormente foi elaborado um vídeo contendo as imagens recebidas, o qual foi compartilhado na instituição. Aproximar-se da realidade dos adolescentes e suas famílias, por meio da imagem escolhida por eles, possibilitou a compreensão de outras experiências vividas que não se resumiram apenas à responsabilização da medida socioeducativa. Permitiu mostrar um olhar sensível para o mundo, seu bairro, sua casa - revelou a intimidade familiar e do território, expressando subjetividades e preocupações com os cuidados de saúde. As fotografias foram concebidas como produção discursiva e dialógica e a leitura das imagens consentiu problematizar a relação estabelecida com a realidade vivenciada. Foram recebidas 70 fotografias com diversos temas, que possibilitaram: manutenção do vínculo dos adolescentes e familiares com o COMEC durante o isolamento social, ampliação da comunicação sobre a pandemia e cuidados preventivos à saúde, verbalização das angústias provenientes pela diminuição e/ou ausência do convívio social, reflexão sobre os conflitos familiares diante do momento e potencialização da criatividade dos adolescentes e familiares para superar os desafios decorrentes da quarentena. Esse período estimulou os profissionais a pensarem, (re) pensarem, criarem e (re) criarem novas formas de dialogar com os adolescentes, jovens e suas famílias, inovando ou adaptando estratégias para sustentação dos atendimentos nas medidas socioeducativas. Neste aspecto, o recurso fotográfico mostrou-se uma ferramenta importante e inovadora para a realização do diálogo, mesmo não sendo uma atividade nova no trabalho do COMEC, viabilizou uma nova forma de mediação, o que possibilitou a compreensão da realidade que os atendidos enfrentaram, fortalecendo a ação socioeducativa em tempos pandêmicos.

Palavras-chave: adolescência; fotografia; isolamento social; socioeducação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE EVENTO - SOCIOEDUCAÇÃO: política, gestão e prática profissional

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF-PR),
Departamento de Terapia Ocupacional da UFPR, renatahdo@gmail.com

Beatriz Prado Braz Staut

Universidade Federal do Paraná (UFPR), beatrizstaut@ufpr.br

Joabe Michael Batista dos Santos

Universidade Federal do Paraná (UFPR), joabesantos@ufpr.br

Vitória Macedo Santos

Universidade Federal do Paraná (UFPR), vitoria.macedo@ufpr.br

Mediante a pandemia de Covid-19 e a necessidade de imposição de barreiras sanitárias, o fazer socioeducativo precisou ser reorganizado. Como exemplo da adaptação, destacam-se a suspensão do cumprimento de prestação de serviços à comunidade, a utilização de metodologia de acompanhamento remoto para o cumprimento de liberdade assistida e de semiliberdade e a utilização de novas abordagens, com o objetivo de garantir a realização da proposta pedagógica para os adolescentes em internação socioeducativa, considerando os novos protocolos sanitários vigentes. Utilizando das tecnologias e da realização de encontros virtuais de grande abrangência, e a curiosidade de estudantes de terapia ocupacional sobre a atuação profissional no âmbito da socioeducação, estruturou-se o evento “Socioeducação: Política, Gestão e Práticas profissionais”. Buscando garantir o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a que as universidades estão imbricadas, duas rodas de conversa discutiram a política socioeducativa e possibilidades de atuação de terapeutas ocupacionais neste contexto. Os encontros com a característica de extensão universitária foram propostos tendo como comunicadores pesquisadores que discutem a construção de políticas voltadas para a adolescência e juventude, gestores dos serviços e técnicos na execução das diferentes medidas socioeducativas (liberdade assistida, prestação de serviços, à comunidade, semiliberdade e internação, direcionadas ao público masculino e feminino). Foram registradas 348 inscrições no evento, sendo 67,1% profissionais (terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, conselheiros tutelares, socioeducadores, entre outros), 27,4% estudantes de graduação e 5,5% alunos de pós-graduação. O evento recebeu inscrições de grande parte dos estados brasileiros, e uma inscrição de Bogotá, do Chile. A experiência do evento virtual possibilitou a aproximação de pessoas de diversas áreas teóricas e regiões espaciais. Com esta experiência foi possibilitado o compartilhamento de informações e conhecimento sobre a socioeducação e a prática de terapeutas ocupacionais neste contexto, buscando a reflexão sobre possibilidades de contribuição desta categoria profissional na execução das práticas socioeducativas, assim como o que se almeja na atuação com a população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Compreendidos como profissionais que atuam em diferentes áreas, Terapeutas ocupacionais demonstram sua contribuição social também na socioeducação. Discutir como se efetivam e que repercussões têm as práticas profissionais, seja com os adolescentes seja na estruturação da política pública ou da gestão dos serviços contribui para a estruturação das bases teórico-metodológicas da profissão, assim como da própria socioeducação.

Palavras-chave: política socioeducativa; terapia ocupacional; extensão universitária; atuação profissional.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO EM REDE EM TEMPOS PANDÊMICOS - A prática da equipe socioeducativa na GEAMA Planaltina

Ana Carolina de Moura Pereira

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), anacarolina.mourap@gmail.com

Manuela Soares Silveira

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF), manu090993@gmail.com

O presente trabalho possui o objetivo de sistematizar a prática da equipe socioeducativa na Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA) de Planaltina/DF em tempos pandêmicos, sobretudo no que concerne às articulações em rede e intervenções intersetoriais. A equipe da GEAMA executa as medidas socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Como parte das atribuições das/dos profissionais da equipe, a relação efetiva e afetiva com a rede social e socioassistencial de Planaltina vinha sendo construída anteriormente à pandemia, por meio de reuniões mensais, contatos sistemáticos e construção de fluxos de atendimento considerando as especificidades do território. Contudo, as consequências da pandemia de Covid-19 vivenciada, como o acirramento das contradições sociais e intensificação do sofrimento psíquico, exigiram que as equipes socioeducativas adotassem técnicas diversas para auxiliar o público atendido em suas dificuldades mais emergenciais. Isto é, a atual conjuntura reconfigurou as rotinas de trabalho das Unidades Socioeducativas e desafiou os profissionais a se adaptarem às novas expressões das necessidades apresentadas pelo público atendido. As estratégias desenvolvidas neste contexto estão calcadas nos princípios, marcos legais, diretrizes pedagógicas e dimensões básicas do atendimento socioeducativo, especialmente o princípio da intersectorialidade e incompletude institucional. De um lado, a atuação junto à rede foi otimizada com vistas a garantir o acesso dos/as adolescentes e famílias aos direitos, bens e serviços em meio ao cenário sanitário atual. Por outro, a equipe socioeducativa reinventou práticas e investiu no fortalecimento de parcerias. Neste quadro, destacam-se as ações de segurança alimentar e cuidados em saúde física e mental. Entre tais ações, ilustram o movimento da equipe socioeducativa da referida GEAMA: o diálogo com diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, a fim de angariar doações de cestas básicas – além de frutas, verduras, ovos, materiais de limpeza e higiene, máscaras, e outros; o acompanhamento e auxílio necessário para garantir inserção das famílias acompanhadas nos programas socioassistenciais, como Auxílio Emergencial (Governo Federal) e Programa Prato Cheio (Governo do Distrito Federal), efetivando os encaminhamentos e construindo os fluxos necessários junto aos profissionais da política pública de Assistência Social; a mobilização e sensibilização por meio de redes sociais virtuais, para a responsabilidade e solidariedade social necessárias neste momento, disponibilizando canal para doações financeiras diretas; e parcerias com profissionais e instituições que atuam com atendimento em saúde mental gratuito ou de baixo custo, o que resultou em visitas domiciliares e atendimentos conjuntos, estudos de casos, fluxos institucionais e proximidade entre as instituições. Destarte, a articulação de rede anteriormente construída e aperfeiçoada durante a pandemia, especialmente por meio da sua dimensão essencial voltada às relações humanas entre os atores/as das políticas sociais, calcada na intencionalidade da prática para além de sua dimensão formal e imediata, possibilitou a oferta de respostas às demandas emergenciais agravadas pelo contexto pandêmico de Covid-19.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; pandemia; trabalho em rede; segurança alimentar.

DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLO PRODUTIVO NA SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS

Andreлина da Luz Dias

Associação Polo Produtivo do Pará, andrelinaluz@yahoo.com.br

Ana Maria Santiago Aragão

Associação Polo Produtivo do Pará, anaaragao009@gmail.com

Alexandrina Tereza Santiago Thomaz

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, alexandrina.santiago@yahoo.com.br

Eurides da Silva Andrade

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, eurides.andrade@bol.com

Ivoneide Sales de Queiroz

Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, ivaassistentesocial@hotmail.com

O grande desafio para uma política pública é promover a integração e articulação entre os serviços, seja na própria rede ou com serviços prestados pelas redes parceiras de atendimento. Seguindo esta concepção de intercomunicação com a rede de políticas públicas, surgiu o projeto Polo Produtivo na Socioeducação a partir do esforço conjunto da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará e de parceiros, como a Associação Polo Produtivo do Pará e, sistema de garantia de direitos, representado pelo Sistema de Justiça. Implantado em 2020, o projeto se propôs assegurar a capacitação profissionalizante de jovens adultos privados de liberdade, com perspectiva de geração de renda, por meio de encaminhamentos ao mercado de trabalho pós-preparação profissionalizante, adequando ao processo socioeducativo uma experiência de implementação de um polo produtivo em uma unidade de internação. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar os desafios encontrados na implantação do projeto Polo Produtivos na Socioeducação, perpassado pelas diferentes políticas setoriais que identifica a fragmentação nas articulações entre as políticas destinadas à proteção e inclusão social. Utilizou-se da pesquisa exploratória e da técnica estatística de análise descritiva para descoberta de práticas e diretrizes desarticuladas e fragmentadas, levando em consideração as demandas apresentadas no decorrer do processo de capacitação e inserção ao mercado de trabalho, tendo em vista, à articulação e à integração dos diversos serviços, órgãos e instituições de garantias sociais. O estudo acompanhou 30 socioeducandos inseridos nos cursos profissionalizantes – o curso de corte costura industrial, serigrafia, e culinária básica, panificação - do projeto da unidade de Atendimento Socioeducativo de internação para jovens na faixa etária de 18 a 21 anos, localizada no município de Benevides. Os resultados demonstraram fragilidade na conexão com as estruturas de governo de estado e município na efetiva integração com a política de assistência social, visto na rede interna, a exemplo o eixo educação, bem como, os obstáculos que dificultaram a consolidação da intersectorialidade. Conclui-se que, para dar fluxo a qualquer proposta que vise mudança, há necessidade de engajamento que compreendam a grandeza da ação e não apenas a expertise da parceria firmada, mas, sobretudo, a concepção de ir ao encontro de programas consolidados governamentais de promoção juvenis.

Palavras-chave: intersectorialidade; socioeducação na pandemia; socioeducandos; polo produtivo; profissionalização na socioeducação.

O IMPACTO DA PANDEMIA NO AMBIENTE ESCOLAR E O TRABALHO EM REDE

Anna Cristina Ferreira Santos

Secretaria de Educação do Distrito Federal, annacris.tina@hotmail.com

A pandemia da Covid-19 trouxe grandes mudanças e inquietações a toda humanidade. No cenário educacional, os profissionais foram desafiados a ressignificarem as suas práticas pedagógicas para uma nova prática no processo de ensino-aprendizagem em tempos pandêmicos. A família passou a ser uma grande aliada da escola em se tratando de ensino remoto. Porém, os jovens que foram sentenciados e estão cumprindo medida socioeducativa não têm a presença familiar como os outros estudantes e precisam dar continuidade aos estudos. Com isso, com quem a escola poderia contar para criar parcerias em uma Unidade de Internação? Para retomar o atendimento educacional com alunos das séries iniciais do ensino fundamental da Unidade de Internação de São Sebastião, após os primeiros meses de pandemia, foi de suma importância o trabalho em rede com os demais setores da unidade. A primeira preocupação estava com os alunos novos pois, como elaborar atividades para um aluno que você nunca teve contato e que não sabe o nível de alfabetização? Sabe-se que a grande maioria dos jovens em conflito com a lei das séries iniciais estão em processo de alfabetização e faz-se necessário realizar um teste da psicogênese para conhecer o nível em que se encontra. Ao entrar em contato com a gerente sociopsicopedagógica por telefone e explicar toda preocupação, ficou acordado que seria feito um pedido para as técnicas que atendessem os novos alunos aplicassem um “teste adaptado da psicogênese”. Com essa ação, teve-se uma noção geral do nível de alfabetização desses alunos e, assim, elaborar suas atividades com as devidas adaptações. O segundo passo, foi tentar ter um contato com toda a turma para explicar como estava sendo este novo modelo de educação, como poderia ser feita a comunicação entre professor e aluno e como ajudar um ao outro. A ideia foi mandar uma carta, individualmente, com o objetivo de conseguir esse primeiro contato. A ajuda veio da equipe de segurança. As cartas foram escaneadas e enviadas para o e-mail do agente encarregado da escola na qual distribuiu para todos os alunos. As cartas tiveram uma repercussão positiva e em cada atividade enviada, havia um espaço direcionado para comunicação. Aqueles que não sabiam escrever, a comunicação era reforçada via equipe técnica ou segurança. Uma terceira aflição era como atingir um aluno que necessitava de atendimento educacional especializado e estava no início do processo de alfabetização. Para solucionar esta questão, foi necessário o apoio da direção da unidade, da equipe sociopsicopedagógica, da equipe de segurança e da psicóloga da unidade. Foi cedido um espaço da gerência de segurança com acesso a internet para atender este aluno uma vez por semana, por uma hora via google meet. A psicóloga estava presente em todas as aulas para acompanhá-lo e ajudar no que fosse preciso. Com essa proposta, conquistou-se o atendimento para todos os alunos dos anos iniciais via meet para o ano letivo de 2021. O modelo ideal, neste contexto educacional, ainda é um processo a construir. Contudo, o trabalho em rede é fundamental.

Palavras-chave: escola; pandemia; trabalho em rede.

ENTRAVES PARA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INÍCIO DA PANDEMIA

Lyara Correia Guimarães

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, lyara.guimaraes@usp.br

Bruno César da Silva

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,
Defensoria Pública do Estado de São Paulo, bcsilva@me.com

Fernanda Papa Buoso

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, fernanda.buoso@usp.br

No início da pandemia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou várias medidas no âmbito da justiça penal e socioeducativa para tentar impedir a propagação da Covid-19. Grosso modo, no que tange a resposta judicial aos atos infracionais, deveria dar-se preferência à aplicação de medidas em meio aberto e rever-se as determinações de internação provisória. Ademais, a Vara da Infância e Juventude junto com as instituições de execução das medidas socioeducativas regulamentaram ações para garantir as medidas sanitárias de prevenção do Covid-19, especialmente o distanciamento social. Tais medidas impuseram desafios para a garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei em três pontos fundamentais: as audiências em ambiente virtual no âmbito da justiça socioeducativa; a aplicação de medidas socioeducativas; e a execução das medidas socioeducativas. A respeito das audiências em ambiente virtual, estas não estavam sendo realizadas de acordo com as condições legais previstas no art. 185, §2º e seguintes do Código de Processo Penal, o que viola direitos dos adolescentes e suas famílias, como: não estar acompanhado no mesmo ambiente pelo defensor e familiares; a dificuldade da presença dos familiares do adolescentes, mesmo em outro ambiente, pelo baixo acesso aos recursos digitais; a possibilidade de vazamentos de informações nos meios virtuais e não a garantia de incomunicabilidade entre testemunha ou de espontaneidade dos depoimentos. Já no campo da aplicação das Medidas Socioeducativas, na realidade brasileira ainda é um desafio seguir o pressuposto legal e as evidências científicas acerca da necessidade de adequação da medida às necessidades do adolescente, em termos desenvolvimentais e de engajamento infracional. Nesse sentido, o início da pandemia do Covid-19 acentuou o imperativo de uma aplicação cuidadosa de medidas socioeducativas visando respeitar o princípio da atualidade bem como à integridade física e psicológica dos adolescentes. Ainda em condições típicas, a ausência de sistematização e base científica para a execução das medidas socioeducativas já é um grande desafio para sua eficácia. Somando-se a tais entraves, com a pandemia foram suspensas as medidas socioeducativas de semiliberdade e de meio aberto e, ao mesmo tempo, determinado o acompanhamento remoto pelos técnicos nas medidas de semiliberdade e liberdade assistida, já no contexto das internações, a Fundação CASA/SP determinou a suspensão de algumas atividades bem como o escalonamento dos técnicos. Tais medidas precarizaram ainda mais o acompanhamento socioeducativo dos adolescentes que dispõe de poucos recursos tecnológicos e há maior empobrecimento da articulação com outros serviços fundamentais para a garantia da integridade física e psicológica jovens, sendo que o cenário da pandemia demanda, de forma oposta, maiores cuidados com a saúde de todos. As questões levantadas aqui são complexas, demandam a mobilização de diferentes setores, profissionais e gestores para que os processos da socioeducação sejam reavaliados para, então, serem aplicados de maneira adequada. Acima de tudo, requerem que o adolescente seja visto enquanto pessoa em desenvolvimento, devendo ter seus direitos plenamente respeitados. Ao contrário de perpetuar violações, a socioeducação deve ter um caráter protetivo.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; pandemia; adolescentes em conflito com a lei.

PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL EM SAÚDE - uma proposta para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal

Rutiele da Silva Oliveira

Faculdade Projeção de Sobradinho – DF, rutielesilva.oliveira@gmail.com

Talita Santos de Oliveira

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, talita87soliveira@gmail.com

A participação de socioeducandos em órgãos colegiados ou comitês gestores de políticas públicas a eles direcionados é um direito a ser garantido no âmbito da socioeducação. Além de oportunizar espaços nessas instâncias para que os adolescentes sejam ouvidos e tenham suas opiniões levadas em consideração, faz-se necessário estimular, junto aos adolescentes, o protagonismo juvenil e o engajamento no processo de participação e representação de outros adolescentes. No contexto da pandemia de Covid-19, iniciativas como essas se tornaram ainda mais prementes, haja vista a importância da incorporação de demandas trazidas pelos próprios adolescentes aos protocolos e procedimentos relacionados à preservação da saúde individual e pública ao longo do acompanhamento socioeducativo. Diante disso, propôs-se, por meio de um projeto de intervenção de estágio curricular supervisionado em Serviço Social, ferramentas e mecanismos capazes de estimular e instrumentalizar a participação e o protagonismo dos adolescentes do sistema socioeducativo nos assuntos referentes à saúde, em especial, ações e programas em que eles são parte e público-alvo. Para tanto, tomou-se como lócus o Grupo Gestor do Plano Operativo Distrital de Atenção à Saúde de Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal, o GGPOD-DF. O grupo tem como principal competência acompanhar, avaliar e monitorar a implementação da atenção integral à saúde de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Distrito Federal, buscando, dentre outras atribuições, definir estratégias de implementação do Plano Operativo Distrital de Atenção à Saúde de Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; promover a elaboração e padronização de fluxos, protocolos e normas de atenção à saúde dos adolescentes; e estimular ações intersetoriais entre as equipes das Regiões de Saúde e as equipes das unidades socioeducativas. Diferenciando-se de outros grupos intersetoriais da federação, o GGPOD-DF é composto por representantes da SES/DF, da SEJUS/DF, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Promotoria de Justiça em Defesa da Infância e Juventude, da Vara da Infância e Juventude, da Defensoria Pública da Infância e Juventude, de uma Instituição de Ensino Superior, de uma Organização da Sociedade Civil e dois adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa, um do gênero masculino e outra do gênero feminino. Tomando por base a participação no grupo, o projeto de intervenção foi realizado para fomentar a discussão e a reflexão com esses adolescentes sobre a importância do protagonismo juvenil em saúde, sobre a participação no GGPOD-DF e a representação de outros adolescentes que cumprem medida socioeducativa no DF. Foi executado entre os meses de março e junho de 2021. Consistiu na elaboração e divulgação de uma cartilha sobre protagonismo juvenil em saúde para os adolescentes e na realização de uma oficina virtual com os adolescentes que participam do GGPOD-DF. Os principais resultados obtidos referem-se ao reconhecimento, pelos próprios adolescentes, das possibilidades de seu protagonismo na esfera da saúde e da importância de seu espaço de voz, sobretudo, em relação à participação ativa no GGPOD.

Palavras-chave: participação; protagonismo juvenil em saúde; projeto de intervenção.

SETEMBRO AMARELO NO CENSE SÃO FRANCISCO - A prevenção ao suicídio em tempos de Covid-19

Adriana Soczek Sampaio
CENSE São Francisco, adrianapsicocense@gmail.com

Sayonara Terezinha de Oliveira
CENSE São Francisco, sayo.to13@gmail.com

Considerando que a pandemia gerada pela Covid-19 causou o aumento significativo de casos de transtornos psiquiátricos, como depressão e ansiedade, e elevou a ocorrência de casos de ideação e de suicídio consumado, entendeu-se como de suma importância a realização de um trabalho de prevenção com os adolescentes privados de liberdade no CENSE São Francisco. Aproveitando o mês alusivo a este tema, com a atividade proposta objetivou-se discutir aspectos relevantes acerca da prevenção ao suicídio, especialmente discutindo mitos e verdades, assim como sinais de alerta e a importância de se buscar ajuda e apoio em um momento de crise. A metodologia utilizada constituiu-se na apresentação oral e em slides do tema pela psicóloga e pela terapeuta ocupacional, abrindo-se à discussão entre os participantes e à elucidação de dúvidas. Na sequência, cada adolescente recebeu um balão que deveria encher e escrever neste uma palavra positiva alusiva à vida. O evento foi extensivo a todos os adolescentes da unidade, divididos em pequenos grupos, observando-se os protocolos de cuidados e distanciamento social. A atividade possibilitou aos adolescentes a desconstrução de preconceitos referentes ao suicídio, trabalhando-se sentimentos como respeito e empatia pela dor do outro, assim como sanou dúvidas quanto à ideação suicida e o ato em si, mitos e sinais de alerta, trazendo conhecimento sobre ações que podem efetivar tanto para ajudar alguém como para buscar ajuda para si. De imediato, observou-se uma maior conscientização sobre a importância do tema, o que certamente terá reflexo positivo na vida destes jovens para além da unidade socioeducativa e deste período pandêmico. Ainda, ao despir-se de preconceitos tanto sobre o tema quanto sobre a ocorrência de transtornos mentais, é possível haver o germinar de um olhar acolhedor sobre o sofrimento emocional em si e do outro. Logo, a discussão sobre o tema do suicídio propiciou no CENSE São Francisco um espaço de acolhimento, ao mesmo tempo em que gerou o empoderamento capaz de fazer com que cada adolescente esteja apto a buscar ajuda qualificada e pontual em caso de surgimento de sofrimento intenso e/ou ideação suicida. Assim, ações preventivas se mostram mais efetivas quando realizadas através de ações conjuntas e entrelaçando diferentes saberes, obtendo-se um ganho que transcende o presente e se projeta para a vida destes jovens.

Palavras-chave: suicídio; prevenção; socioeducação; adolescente; privação de liberdade.

PROJETO DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE INTERNAÇÃO SANÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Paloma dos Santos Figueiredo

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, palomasfigueiredo@gmail.com

Paulla Kalliny Moura Cronemberger

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, paullakalliny@hotmail.com

A Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS) é, como o próprio nome revela, uma instituição responsável pela execução da Internação Provisória no Distrito Federal. Porém, com o advento da pandemia da Covid-19, passou simultaneamente a executar a Internação Sanção. Deste modo, foi construído um Projeto de Intervenção para atendimento deste público específico. O objetivo deste trabalho é apresentar a prática em socioeducação do Projeto de Atendimento aos adolescentes em cumprimento de internação sanção do Distrito Federal no período de pandemia. Os objetivos do Projeto de Atendimento são: a) elaborar e executar uma metodologia de intervenção que colabore com a (re)vinculação dos adolescentes internados junto à medida de semiliberdade; b) Oferecer informações e esclarecimentos acerca da internação sanção, seu objetivo legal e sociopedagógico, além de outros temas que surgirem de interesse do público alvo; c) Facilitar a percepção a respeito dos entraves e possibilidades de cumprimento da medida de semiliberdade; d) Fomentar a troca de experiências, o exercício da escuta e da fala, a reflexão crítica sobre o conflito com a lei, o reconhecimento de dificuldades, potencialidades individuais e coletivas e contribuir para o processo de planejamento do projeto de vida; e) Fortalecer a intervenção interdisciplinar, intersetorial e a rede de apoio; f) Colaborar com a realização de atividades sociopedagógicas que reduzam o tempo de ócio nos alojamentos e promovam os preceitos da socioeducação. Para a execução do Projeto de Atendimento estão sendo realizadas práticas concomitantes de atendimentos individualizados e em grupos semanais, estudos de caso semanais e reuniões com a rede interna e externa de acordo com a demanda, em que participam as equipes técnicas multidisciplinares e/ou gestores. Outro procedimento metodológico é o trabalho intersetorial realizado de acordo com o fluxo de atendimento pactuado entre a equipe de referência do módulo de sanção e as unidades de execução da medida de semiliberdade. A avaliação do Projeto de Atendimento é feita pela equipe de referência, juntamente com a Gerência Sociopsicopedagógica, por meio do acompanhamento sistemático das ações previstas nesta metodologia. Com a execução do Projeto de Atendimento, foram realizados estudos de caso com CAPS, Conselho Tutelar, Unidade de Semiliberdade, reuniões com os agentes socioeducativos e contatos frequentes com Gerências de Atendimento em Meio Aberto, de acordo com o previsto no Projeto. Estão sendo realizados atendimentos individuais (no mínimo uma vez por semana). Contudo, os atendimentos em grupo não conseguiram manter a periodicidade planejada, fazendo-se necessária a reorganização interna dos procedimentos operacionais que viabilize a execução sistemática do atendimento das demandas institucionais. O trabalho intersetorial, sobretudo com as demais Unidades de Semiliberdade está em construção e enfrenta alguns desafios, entre os quais a redução do quantitativo de servidores em exercício e o estabelecimento de uma nova rotina de trabalho em decorrência da pandemia. Mesmo diante deste cenário, a equipe segue buscando a definição de um fluxo interno e de atendimento interinstitucional, em especial com as Unidades de Semiliberdade.

Palavras-chave: internação sanção; atendimento multidisciplinar; semiliberdade; intervenção interinstitucional.

SINTONIZANDO NA TRANSFORMAÇÃO – projeto de comunicação como estratégia socioeducativa no contexto da pandemia

Juliana Jodas

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Larissa Lemos Stocco

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), la@comec.org.br

Adilaine Juliana Scarano Vedovello

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), psc@comec.org.br

Sintonizando na Transformação é um projeto executado pelo Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) desde abril de 2020, em parceria com a Fundação FEAC, cujo principal objetivo é valorar a potência de comunicação e expressão social dos adolescentes e jovens que já cumpriram a medida socioeducativa, enquanto mobilizadores sociais, utilizando-se dos recursos digitais e tecnológicos, como: *podcasts*, músicas, poesias e entrevistas, para fomentar o diálogo e expressão com os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. O objetivo foi fomentar a reflexão sobre o uso da ferramenta da comunicação e tecnologia digital como metodologia de intervenção no campo socioeducativo e como estratégia que visa favorecer o afastamento do universo infracional de adolescentes e jovens. Como método realizou-se análise da experiência, sistematização dos registros e avaliações realizadas ao longo da execução do projeto. O projeto atendeu adolescentes/jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 28 anos que estão em cumprimento ou que já cumpriram as medidas socioeducativas (MSE) em meio aberto de liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC). Promoveu a ampliação do repertório de socialização, por meio de conteúdo informacional, de referências sociais e de apropriação de espaços sociais públicos e privados que permitiram o protagonismo juvenil a partir de instrumentalização com a elaboração e produção de arquivos multimídia de ferramentas digitais e de produção musical. Dessa forma, o projeto favoreceu vivências que possibilitaram a inclusão, cidadania, cultura e educação após e durante a medida socioeducativa, favorecendo a ressignificação do contexto infracional, com a promoção de novas perspectivas de vida e colocando o adolescente/jovem enquanto sujeito de direitos. A metodologia utilizada previu a transmissão de conhecimentos e trocas sociais entre adolescentes/jovens que já cumpriram as medidas socioeducativas com os demais que ainda estão em cumprimento, potencializando figuras de referências juvenis que apresentem linguagem e identidade próximas da realidade em que os adolescentes estão inseridos. Utilizou-se a abordagem grupal para trabalhar os conteúdos, sendo 2 grupos semanais, com identidade visual e comunicação própria denominados “A voz da visão” e “Periferia contra o sistema”, que no contexto da pandemia ocorreu na modalidade virtual. Ainda enquanto estratégia metodológica de apoio e estímulo a participação dos adolescentes/jovens mobilizadores sociais, o projeto previu uma bolsa auxílio que favorece o deslocamento entre o trabalho ilegal/exploratório para condição de trabalho decente, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acredita-se que a comunicação e a arte apresentam potencial de transformação dos contextos de exclusão, pois a partir dela é possível alocar o adolescente/jovem a um papel de protagonista de ações de mudança de si e da comunidade a qual pertence. Deste modo, a proposta se desenvolve em consonância com os pressupostos da educação popular de Paulo Freire, a qual se compromete com a construção de conhecimentos que desenvolvem condições para a superação de situações de exclusão e opressão social.

Palavras-chave: comunicação; protagonismo; juventude; socioeducação; mobilização.

A EFETIVAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA NA CIDADE DE TIMON/MA

Igor Fernando Castro Silva

Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC), igorcastro@msn.com

O presente artigo faz uma abordagem sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), frente às alterações decorrentes da deflagração da pandemia, verificando as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O tema “a efetivação das medidas de semiliberdade em tempos de pandemia” busca analisar dois importantes momentos vividos pela sociedade, desde março de 2020, quando houve a deflagração da pandemia pela ONU, aplicando a obrigatoriedade das normas sanitárias e sociais, e o aumento da criminalidade infanto-juvenil neste mesmo período. Neste momento incerto, a socioeducação, bem como o profissionalismo de suas ações, não parou. O atendimento socioeducativo manteve-se firme e atento à dinâmica social emergente e existente, conseguindo atingir seus objetivos, mesmo com todas as adversidades. Três objetivos específicos norteiam esta pesquisa, a fim de compreender o atendimento socioeducativo, seus parâmetros, diretrizes e conceitos além de identificar as medidas socioeducativas, analisando-as e compreendendo-as, finalizando com a análise da efetivação da medida socioeducativa de semiliberdade durante a pandemia, em Timon. Durante a pandemia, percebeu-se um aumento na utilização das novas tecnologias no atendimento socioeducativo para cumprimento das exigências estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e normas existentes no Estatuto da Criança. Por meio das novas tecnologias, foram realizados não somente o monitoramento familiar, mas também, em virtude da pandemia, iniciou-se um processo de acompanhamento das medidas sanitárias adotadas no meio comunitário e familiar, no qual o socioeducando se encontra inserido. Para isto, a equipe utilizou-se de procedimentos na forma online e semipresencial, adotando o uso do WhatsApp e de videoconferências por meio do Zoom e Google Meet, para dar continuidade ao monitoramento do socioeducando em convívio familiar e comunitário, sem prejuízo as ações preconizadas pelo Centro. Observamos que, mesmo o número de descumprimento no primeiro semestre tendo sido de 10 (dez) socioeducandos, maior que em outros anos, o número de cumprimentos superou as expectativas. Verificou-se, ainda, que mesmo com todas as alterações e adaptações que foram necessárias devido à pandemia, o Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Timon conseguiu realizar atendimento socioeducativo de qualidade, sem detrimento dos socioeducandos e com segurança aos seus funcionários, mantendo os protocolos de segurança, higiene e saúde todos em dia. Assim, no Centro Socioeducativo de Semiliberdade, as medidas socioeducativas de semiliberdade em Timon têm atingido êxito bastante significativo, mas que esta equipe não tem medido esforços para atuar em consonância com o que prevê o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como se espera. Atuando de modo a assegurar os direitos e garantias dos adolescentes, respeitando suas individualidades, e os preparando para a uma reinserção social cidadã participativa.

Palavras-chave: SINASE; ECA; socioeducação; semiliberdade; pandemia.

ESTREITANDO LAÇOS: Relações interinstitucionais e a proposta de executar a medida de semiliberdade em tempos pandêmicos

Daniele Narduci Pereira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná, danielenarduci@gmail.com

Priscila Laíssa Toledo

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná prih_toledo@hotmail.com

A construção e funcionamento das redes de atendimento que integram o chamado Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente está igualmente atrelado ao atendimento dos adolescentes em medida socioeducativa. Tratando especificamente da medida de semiliberdade, o acesso dos adolescentes aos serviços é intenso e pode-se dizer que sua permanência nas instituições que compõem o rol dos serviços de atendimento é parte integrante da execução da medida, ou seja, além de ser uma de suas características, é parte que prescinde a sua execução. As solicitações e encaminhamentos da equipe da semiliberdade não ocorrem apenas de forma direcionada ao adolescente, como também as famílias. Para a realização destes encaminhamentos, portanto, tais equipes trabalham com redes diversas, tendo em vista que algumas famílias residem em município distinto da localização da unidade de semiliberdade. Por outro lado, o papel da semiliberdade na rede de atendimento não se resume ao encaminhamento ou solicitações para os adolescentes e famílias a outros serviços. Considerando as dimensões política e operativa da medida de semiliberdade, ela integra o sistema de garantia de direitos e como integrante é corresponsável na promoção, defesa e controle de efetividade dos direitos das crianças e adolescentes, não apenas daqueles que se encontram, provisoriamente, sob seu atendimento, como também no amplo aspecto e alcance social de seu papel. A semiliberdade muitas vezes é reconhecida como “a medida das atividades externas”, porém sua característica transpõe este conceito, tendo em vista que ela é composta pela oferta de atividades internas e atividades externas de integração social, como o acesso do adolescente aos mais diversos serviços públicos e sua permanência por um período junto a sua família e comunidade. Portanto, a medida de semiliberdade possui amplo aspecto multidimensional e por esta mesma razão sua necessidade de promoção de um trabalho interinstitucional, integrando diversas políticas e setores para a execução da medida. No início de 2020 impôs-se a execução das medidas socioeducativas uma nova realidade social, transformada pelo contexto pandêmico. A necessidade de restrição de circulação de pessoas, a interrupção das atividades escolares, pedagógicas e profissionalizantes na forma presencial exigiu uma reordenação das unidades de atendimento. Além da interrupção dos serviços, a preservação da vida e saúde das pessoas atreladas à medida exigiu um novo entendimento acerca de sua execução. Passou-se então a realizar o que hoje tem sido denominado como semiliberdade remota, ou modalidade retoma da semiliberdade. Na modalidade remota, mais uma vez, o aspecto intersetorial se fez presente como parte imprescindível no desenvolvimento da medida de semiliberdade. Neste aspecto, acentuaram-se algumas características, destacando-se a articulação com as redes socioassistenciais locais; com a política de educação; e com a política de saúde. Nesta perspectiva, o contexto da pandemia fez evidenciar as equipes que executam a medida de semiliberdade a importância do fortalecimento do trabalho em redes de forma a garantir a medida sua dimensão intersetorial.

Palavras-chave: medidas socioeducativas; semiliberdade; intersetorialidade; pandemia covid-19.

SEMILIBERDADE E O ACOMPANHAMENTO REMOTO: Garantindo direitos em meio a pandemia do Covid-19

Priscila Laissa Toledo

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná prih_toledo@hotmail.com

Daniele Narduci Pereira

Secretaria de Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná, danielenarduci@gmail.com

A medida de semiliberdade é uma dentre as seis no rol de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apresentada como uma possibilidade de medida inicial, ou uma alternativa de progressão do regime de internação. Esta modalidade de medida implica em restrição de liberdade, sendo que o adolescente precisará ficar por um período no estabelecimento para o cumprimento da medida, ficando sob a responsabilidade e orientação de uma equipe de profissionais, geralmente, assistente social e psicólogo, agentes de segurança socioeducativa e direção. Enquanto cumpre sua medida no estabelecimento, comumente denominado casa, o adolescente realiza atividades externas, tais como escolarização, cursos profissionalizantes, atividades de esporte, cultura e lazer, com o intuito de integração com a comunidade. A medida da semiliberdade traz uma proposta de integração, entre as ações desenvolvidas dentro da casa, tais como atendimentos, orientações, encaminhamentos, rodas de conversas e os serviços disponíveis na comunidade. Assim, a semiliberdade se caracteriza por estreitar os vínculos dos adolescentes e da sua família com a comunidade, visando a reintegração do jovem que ocorrerá, de maneira integral, com a finalização ou progressão da medida, que é executada desta maneira em condições normais de saúde coletiva. Com a situação pandêmica que se instalou no país, devido ao vírus da COVID-19, no estado do Paraná, ocorreu uma reorganização do trabalho visando a continuidade no atendimento, sem descaracterizá-lo totalmente e sem infringir os direitos dos adolescentes, em especial, direito à vida, à saúde e à convivência familiar, trazendo a proposta do trabalho na modalidade remota, avaliando-se cada caso, nesse modo de atendimento. O atendimento remoto caracteriza-se pelo encaminhamento do adolescente para sua residência e a utilização de tecnologias, tais como celulares, computadores e quando há, uso de aplicativos como WhatsApp para enviar mensagens, fazer ligações por vídeos ou normais, ou Google Meet para realização de atendimento com o adolescente e sua família. A inserção dessa modalidade de atendimento levou em consideração que a permanência na casa de semiliberdade seria contraditória com a proposta que a própria medida compreende, qual seja, o desenvolvimento de um trabalho interno e externo. A permanência no estabelecimento, infringiria ainda o direito do adolescente à convivência familiar, visto que este não poderia circular entre o ambiente familiar e a instituição, devido ao risco de contaminação tanto do adolescente como da equipe e vice-versa. Deste modo, colocá-lo em acompanhamento remoto, na forma de visita familiar estendida, trouxe a garantia da efetivação desse direito e de outros também, como direito à vida e à saúde, com isso diminui-se a circulação em espaços públicos e evita aglomerações, como preconiza a Organização Mundial da Saúde. Após cerca de um ano e meio do início da pandemia no Brasil, essa modalidade de atendimento ainda vem sendo uma forma de garantir a continuidade do trabalho, que atualmente tem se estudado a retomada gradual do atendimento presencial dos adolescentes. A proposta é que aos poucos os adolescentes voltem a ser atendidos presencialmente nas casas de semiliberdade, à medida que consigam realizar atividades dentro e fora dos estabelecimentos.

Palavras-chave: socioeducação; semiliberdade; garantia de direitos; pandemia covid-19.

ENTRE O DITO E O NÃO DITO - Relatos sobre uma experiência teatral em um sistema socioeducativo

Laís Jacques Marques

Programa de Pós-Graduação em Teatro, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
laisjacquesm@gmail.com

Vicente Concilio

Programa de Pós-Graduação em Teatro, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), viconcilio@gmail.com

O presente trabalho falará sobre uma experiência com aulas de teatro online para jovens cumprindo medidas de internação por conflitos com a lei em Porto Alegre – RS, no Centro Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF). As ações se deram de fevereiro de 2021 até julho do mesmo ano e fizeram parte das atividades do grupo de pesquisa e extensão *Infiltração das artes cênicas em espaços de privação ou restrição de liberdade*, fundado em 2017 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Com a medida de distanciamento adotada no início da pandemia da Covid-19, parte do grupo segmentou-se para suas cidades de origem e pode, assim, atuar em outras cidades, de modo virtual, conforme previsto pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As práticas no CASEF ocorreram por uma hora semanal durante cinco meses e foram solicitadas pelo pedagogo da unidade que contatou uma das integrantes do grupo por já conhecer o trabalho que desenvolvemos. Entretanto, tais ações foram interrompidas a nosso ver demasiado rápido, isto devido a conflitos internos entre as jovens. Nosso objetivo com a apresentação do trabalho é evidenciar alguns aspectos que possam ter influenciado no encerramento prematuro da oficina, tais como o descaso para atividades artísticas e a dificuldade em resolver questões conviviais do grupo por parte da instituição socioeducativa. Como metodologia, utilizamos o estudo de caso, processo em que a pesquisa se dá inserida ao campo e que, além disso, se preocupa não só com a prática propriamente dita, mas em observar e relatar os pormenores ocorridos em torno da oficina de teatro, como a relação das participantes com a equipe de segurança e entre si. Para tanto, será analisado o diário de bordo de uma das autoras e ministrante da oficina, em que constam relatos escritos imediatamente após o encerramento de cada encontro. Almejamos, com isso, discutir a garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) a fim de promulgar a efetividade de tais direitos e de denunciar as incongruências em seus funcionamentos a partir do recorte de nossa experiência.

Palavras-chave: teatro em sistema socioeducativo; oficina de teatro online; sistema socioeducativo de internação feminina.

SUPERAÇÃO DURANTE A COVID-19 - Um projeto de intervenção por agentes socioeducativos

Carla Simone de Freitas Marin

Unidade de Internação de Brazlândia, DF, carplants@gmail.com

O objetivo geral do Superação foi executar um projeto de intervenção para o curso - Socioeducação como meio de responsabilização e emancipação de adolescentes - promovido pelo NUGEDS, em parceria com a UnB, abrindo um espaço de diálogo direcionado à autorreflexão sistemática de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na unidade de internação de Brazlândia (UIBRA). O intuito foi trabalhar a responsabilização consciente para a emancipação nos tempos de pandemia. Utilizando apenas capital humano, baseado nos conhecimentos e reflexões apresentados no curso foi feito a seleção de um texto e um exemplo de ressocialização para tanto. Foram convidados quatro jovens presentes no corredor disciplinar do módulo 10 da unidade de internação de Brazlândia, em 25 de setembro, a participar de dois momentos em uma conversa dirigida já explicando o objetivo e motivo do projeto. Todos aceitaram. Pela manhã foi lido o conto de Esopo: “As rãs e o poço”, que remete ao ato de pensar antes de agir. O intuito foi levar os jovens a um momento de reflexão das escolhas e atitudes, onde, ao refletir, pode-se, por exemplo, evitar se ver privado de liberdade. Logo após, foi perguntado se na memória haviam parado para pensar sobre as consequências antes de agir. Durante a conversa ficou claro a ciência dos jovens para com sua parcela de responsabilidade na condição de cumprimento de medida de restrição de liberdade e também da responsabilidade para o retorno à sociedade. Na tarde, foi trabalhado o presente como base para o futuro, mostrando exemplo de superação como o de Luiz Alberto Mendes. Todos os jovens foram unânimes quanto à atitude para mudar de vida; estudar e trabalhar. Faz diferença no trabalho de agente socioeducador, pois foi notado que o módulo ficou mais distensionado e houve uma aproximação respeitosa de ambas as partes. Os jovens tiveram uma reação muito positiva durante a rotina, sem alteração no plantão, visto que ficam muito tempo ociosos trancados num quarto. Um dos jovens disse que gostou porque foi dada atenção a ele. Cerca de dez a quinze minutos para cada jovem, numa conversa praticando escuta ativa pode ajudar sobremaneira os jovens e os agentes; inclusive com informações de prevenção e segurança. Assim foi possível promover uma rotina mais humanizada e estável no sentido emocional dos jovens no decorrer do plantão, podendo contribuir para evitar situações não desejadas, como opressão por parte de outro jovem, pensamentos negativos. Vale destacar que essa ação é potencialmente transformadora para ambas as partes, há uma troca inevitável que humaniza a rotina, aproximando socioeducando e socioeducador; dando ênfase a um caráter mais humanizado da figura do agente socioeducativo, que pode ir muito além “da tranca”, abrindo outras portas para o socioeducando.

Palavras-chave: responsabilização; humanização; socioeducação.

OFICINAS E MINICURSOS

Oficina - Práticas restaurativas e atendimento socioeducativo: conexões possíveis

- Gloria Cardozo, Ana Maria de Carvalho, Andressa Candido, Claudia Catafesta, Edna dos Santos, Elen Camilo Luz, Karina Ambrozio, Luciana Martins, Marcos Tordoro, Patrícia Giangarelli e Sheila Utida
- Em consonância com a diretriz do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013) de “criar mecanismos que previnam e mediem situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas” a oficina se propõe a apresentar experiências de aplicação das referidas práticas no trabalho socioeducativo desenvolvido em três dimensões: a) gestão do sistema socioeducativo; b) articulação da rede de serviços; e c) atendimento a/ao adolescente. Cada dimensão, será contemplada em um encontro, de modo a favorecer a troca de saberes e fazeres entre participantes e oficinairas/os e com isso, além de possibilitar maior conhecimento sobre a justiça restaurativa, os círculos de paz e as práticas restaurativas, se constituir espaço de acolhimento, conexão e construção/aprofundamento das relações entre a comunidade socioeducativa em nível nacional.

Oficina - Emancipação e integração social de adolescentes em privação de liberdade: Desafios e possibilidades

- Renata Hoeflich D. de Oliveira e Ana Paula Serrata Malfitano
- O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em seu art. 1º § 2º prevê que as medidas socioeducativas estabelecidas pelo ECA têm como objetivo: 1. A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; 2. A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e 3. A desaprovação da conduta infracional. Ao determinar a integração social do adolescente como sendo um objetivo da medida socioeducativa, estabeleceu-se que esta política visa afastar-se do modelo penal retributivo, marcado pela punição e pelo controle simplesmente. Porém, pensar integração social quando a medida determinada é a de privação de liberdade pode representar um paradoxo. Neste sentido, esta oficina propõe a troca de experiências e reflexões sobre como buscar a emancipação e a integração social de adolescentes em privação de liberdade, discutindo os desafios encontrados na prática e as possibilidades de alcance deste objetivo previsto na legislação.

Oficina para adolescentes e jovens - Oficina de escrita criativa/poética: ressocialização por meio da leitura e da construção poética

- Emerson Franco e Thalita Silvério
- Oficina para adolescentes e jovens

Oficina - Que tal um CERCO de estratégias profissionais ao trabalho infantil no tráfico de drogas?

- Larissa Mazzotti Santamaria, Leonel Castro Cabral e Marta Carvalho de Almeida
- Trata-se de uma oficina participativa, com proposta de trabalhar o tema “trabalho infantil no tráfico de drogas” de forma colaborativa entre os integrantes, a partir de dinâmicas de grupo e atividades sobre este complexo fenômeno de violação de direitos aos adolescentes e jovens envolvidos no trabalho do tráfico. Baseado na experiência do atendimento de adolescentes, jovens e suas famílias no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e reconhecendo o valor das narrativas dos jovens na composição de um corpo de conhecimentos sobre uma realidade de difícil acesso aos profissionais, propomos uma aproximação de dois pontos de vistas - adolescentes e profissionais - sobre a mesma realidade: o trabalho no tráfico de drogas, estimulando uma reflexão crítica e ampliada sobre o envolvimento e implicações dos adolescentes e jovens no tráfico.

Oficina - Projeto de Intervenção - como faz?

- Luana Alves de Souza, Andrea Lagares, Elessandra Cruz e Juliana Pereira

- Nesta oficina vamos abordar o projeto de intervenção enquanto um dos instrumentos que podem ser utilizados para que nossa atuação profissional seja cada vez mais planejada, intencional e propulsora de transformação social. Será uma oficina teórica e prática, pois vamos exercitar a construção de um projeto de intervenção.

Oficina - Compreendendo e refletindo papéis: Audiência em Psicodrama

- Tâmara Harumi Yamagute e Giuliano D'Andrea
- Proporcionar a vivência do psicodrama de uma audiência. Realizaremos a criação de personagens e inversão de papéis, faremos a simulação deste complexo momento na vida do adolescente, dialogando com toda a experiência do grupo. Posteriormente discutiremos sobre as narrativas criadas e a função de cada ator neste sistema, utilizaremos como plano de fundo o conhecimento do ECA e SINASE.

Oficina - Desafios de uma educação emancipatória na socioeducação

- Marcia Acioli, Thaywane Gomes, Thallita de Oliveira, Leonardo Ortegá, Eulla Brenequer, Ravena do Carmo, Webert da Cruz, Markão Aborigene e Dyarley Viana
- Oficina para debater as condições objetivas de uma Unidade de Internação frente ao desafio de uma educação emancipadora. Como um lugar de silenciamento e contenção dos corpos pode promover uma educação para uma vida comunitária que seja cidadã? A lógica do encarceramento, ambiente regido por regras autoritárias, de natureza mais punitivista é força contrária a uma educação para a autonomia, para a sensibilidade e vida comunitária e cidadã. Vamos discutir a experiência do INESC em 10 anos de experiência por meio de uma metodologia dos direitos humanos, da educação popular, da arte-educação e da educomunicação.

Oficina - Socioeducação e orgulho LGBTQIA+: existências plurais são possíveis

- Douglas Aparecido da Silva Gomes e Elyane Marques N. L. Lemos
- A presente oficina visa replicar a ação de intervenção socioeducativa realizada especialmente com os adolescentes - havendo a participação de diversos/as servidores - na unidade de internação de saída sistemática do DF durante o mês de julho. Este momento foi pensado como forma de celebração do mês do orgulho LGBT e dialogando com as necessidades para adquirir/socializar conhecimentos em uma perspectiva crítica acerca da diversidade sexual, identidades/expressões de gênero e violências que permeiam nesse cenário. Assim, esta ação foi planejada e executada dentro de uma proposta dialógica com a comunidade socioeducativa.

Minicurso - Socioeducação baseada em evidências

- Julianna Barbosa Rufino e Juliana Otoni Borges
- O minicurso tem por objetivo iniciar uma discussão exploratória sobre a política de socioeducação baseada em evidências. A partir da discussão sobre o que é a prática socioeducativa, que diagnósticos dessa prática podem ser alcançados por meio de dados estatísticos e que intervenções são passíveis de planejamento a partir destes. O curso será realizado em três encontros de 4h, cujos objetivos serão discutir a política de atendimento socioeducativa e seus principais objetivos a serem alcançados no primeiro encontro. No segundo encontro, pretende-se trabalhar a identificação de possíveis indicadores de monitoramento e avaliação de objetivos da prática socioeducativa. Por fim, no terceiro encontro, pretende-se exercitar com atividades práticas as habilidades de elaboração de objetivos e metas, criação de indicadores de acompanhamento e avaliação dos resultados das ações realizadas. O terceiro encontro trará, ainda, estudos de caso sobre intervenções realizadas no âmbito do Sistema Socioeducativo do DF durante a pandemia e em outros contextos. Espera-se que, ao final do curso, os participantes sejam capazes de estruturar propostas de intervenção baseada em evidências, monitorar sua execução e avaliar seus resultados a partir dos conhecimentos adquiridos.

Minicurso - Autonomia e interdependência nas práticas socioeducativas

- Marta Carvalho de Almeida e Carla Regina Silva Soares
- Partindo da problematização dos objetivos das práticas socioeducativas junto a adolescentes e jovens, o minicurso pretende apresentar e debater a noção de autonomia sob diferentes perspectivas conceituais e seus desdobramentos no planejamento, na execução e na avaliação das medidas socioeducativas. Valorizará a compreensão da autonomia como noção apoiada na complexidade das relações de interdependência, propiciando a crítica a perspectivas individualizantes e essencialistas. O curso valorizará o diálogo e as experiências profissionais do/as participantes.

Minicurso - Escrita socioeducativa: onde está o perigo?

- Ronalte Vicente da Silva
- No livro, *A ordem do discurso*, Michel Foucault (2014, p. 8) coloca a seguinte questão: “o que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde está o perigo?”. O minicurso propõe uma reflexão sobre o ato de escrever na socioeducação e apresenta algumas notas de método para a construção de materialidade analítica a partir de processos de execução jurídica de medidas socioeducativas. No primeiro caso o objetivo é provocar uma reflexão sobre a escrita socioeducativa. O segundo objetivo é compartilhar técnicas e ferramentas para pesquisadores que pretendem analisar processos jurídicos orientados pela noção de discurso em Michel Foucault. Na análise que o autor empreendeu em 19 processos jurídicos socioeducativos para realização da pesquisa que sustenta sua dissertação de mestrado, aprovada em dezembro de 2020, o autor percebeu que escrever na socioeducação é um ato absolutamente poderoso, que comporta certos perigos nem sempre reconhecidos ou refletidos.

Minicurso - Enfoque Restaurativo na Execução das Medidas Socioeducativas

- Carlos Roberto Cals de Melo Neto
- O minicurso se propõe a refletir o que significa "responsabilização" nas medidas socioeducativas previstas no ECA e como essa responsabilização pode ser fortalecida por meio do uso dos princípios da Justiça Restaurativa.

Minicurso - O projeto político-pedagógico como orientador da medida socioeducativa: do conteúdo pedagógico ao Plano Individual de Atendimento

- Maria Nilvane Fernandes
- Este minicurso busca refletir sobre a importância do PPP na concepção de práticas educativas na socioeducação. Para tanto, apresentaremos historicamente o contexto de surgimento do PPP como documento norteador de uma instituição e no enfrentamento da incidência neoliberal na década 1980; na sequência recuperaremos o sentido de conceitos e tendências que estão atrelados à sua elaboração diferenciando ação educativa de prática pedagógica; e, finalmente, articularemos como o documento pode contribuir para a reflexão sobre o conteúdo pedagógico das medidas e a elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) explicando os três marcos necessários para a sua elaboração: Marco Situacional; Marco Conceitual e Marco Operacional.

Minicurso - Arte e socioeducação: elevação estética e emancipação humana

- Paulo Cesar Duarte Paes, Camila de Oliveira Pinto e Neddy Esther Pache
- Demonstrar o entendimento libertador da fruição e criação artística tendo como principais fundamento os conceitos de catarse e elevação estética (Vigotski, 2001a, 2001b; Lukács, 1970, 1966; Duarte, 2010, 2016; Saccomani, 2016; Paes, 2021), como uma essencialidade na formação humana em geral e, em especial, junto a adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo. Uma vez apropriados os conceitos, a segunda parte do minicurso se aterá a analisar algumas experiências práticas de oficinas e ensino de artes em unidades de internação. Algumas destas experiências foram realizadas em décadas passadas quando eu trabalhava como professor de artes para adolescentes internos e estão registradas em publicações. Outras foram realizadas contemporaneamente por outros educadores, artistas e professores de artes.

Minicurso - A avaliação de adolescentes na execução de medidas socioeducativas

- Bruna Gisi Martins de Almeida
- O minicurso, destinado aos profissionais que atuam no sistema socioeducativo e aos pesquisadores do campo, tem como objetivo discutir a avaliação dos adolescentes durante o processo de execução das medidas socioeducativas. O minicurso parte da análise de quais são as normativas legais e diretrizes programáticas que orientam esse processo de avaliação dos adolescentes no sistema socioeducativo para, em seguida, propor uma reflexão sociológica sobre os efeitos do uso de instrumentos de avaliação para o modo de funcionamento das instituições e organizações que executam as medidas socioeducativas. Com atenção especial ao SINASE, o minicurso discutirá os pressupostos que orientam a proposta dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) em relação com as características do sistema de responsabilização de adolescentes brasileiro e de seu processo histórico de emergência e transformação. A discussão mobilizará os resultados de pesquisas empíricas sobre as medidas socioeducativas em diferentes contextos para analisar de que maneira os instrumentos de avaliação participam das lógicas de funcionamento das instituições e interferem na atuação dos profissionais das medidas socioeducativas e na relação desses profissionais com o judiciário.

Minicurso - Grupaldades e Metodologias Coletivas no Trabalho com Adolescentes na Socioeducação

- Dayane Silva Rodrigues
- O minicurso pretende diferenciar o conceito de grupo e as metodologias coletivas de trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de situar algumas possibilidades de atuação não individualizantes no contexto do acompanhamento a esse público. Para tanto, apresentará um apanhado geral acerca dos estudos sobre os processos grupais, bem como discutirá a dimensão processual de construção das grupaldades, no que diz respeito ao poder de afetar e ser afetado em socioeducação e produção de planos comuns e singulares com os adolescentes. Metodologicamente, o minicurso utilizará da exposição dialogada dos conteúdos e do relato de experiências grupais como mediadoras da construção compartilhada de conhecimentos. Como resultados formativos, espera-se lançar questões que fomentem a problematização teórico-metodológica no campo das atuações com adolescentes a quem se atribui autoria de infrações e discutir o atendimento socioeducativo para além das tradicionais prescrições comportamentais de nível individual.

Minicurso - Desenvolvimento da adolescência

- Darliane Silva do Amaral
- O minicurso propõe o estudo da caracterização da adolescência, adotando a Teoria do Desenvolvimento de Lev Semionovitch Vigotski, a qual considera que essa fase etária se constitui como a idade de transição, marcada pelo desequilíbrio do que foi formado na infância e um equilíbrio não encontrado das novas formações que ainda não se completaram. Esse processo compõe o desenvolvimento da personalidade e a formação da consciência reflexiva do adolescente. Ademais, o minicurso pretende discutir aspectos peculiares da educação ofertada aos adolescentes no Sistema Socioeducativo.

Minicurso - Práxis socioeducativa emancipadora: primeiras horas de voo

- Leonardo Ortegal
- Sonhador, sonhadora, como vai sua práxis? Nesse minicurso, aprenderemos juntos sobre os pilares do trabalho socioeducativo comprometido não apenas com a transformação da realidade dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, mas do mundo em que vivemos como um todo. Liberdade, criatividade, poética, emancipação, abolição. Estas são algumas das principais categorias pelas quais vamos sobrevoar nesse minicurso.

Minicurso - Violências e gênero: responsabilidade(s), agenciamento de cuidado e experimentações de resistências nas relações com as meninas em privação de liberdade

- Gabriela Gramkow, Nathalí Estevez Grillo, Julia Hatakeyama Joia e Sthefânia Carvalho
- O campo da socioeducação recentemente foi convocado a escutar, reconhecer e cuidar das questões de gênero. Este encontro exige conciliação com os discursos e práticas apoiadas nos direitos humanos e na legislação vigente. Como a instituição gênero compõe um regime político de governo da vida de gestão do patriarcado convidamos para um encontro (de)formativo com agentes da cena da socioeducação. Este minicurso se propõe colocar em análise a(s) responsabilidade(s) vividas nas relações de desigualdade e violências que produzem nossas subjetividades e relações sociais na experiência da socioeducação com as adolescentes em privação de liberdade, que tangenciam lógicas outras que compõe a trama institucional da medida socioeducativa de internação. Desejamos agenciar coletivamente enunciações de novas formas de cuidado com apostas éticas-estéticas-políticas que experimentam resistência e criam linhas de fuga para o atendimento socioeducativo às adolescentes.

